

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Ione Vieira dos Santos

Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: Um estudo de caso no PDS Anapu – Estado do Pará, Brasil.

Belém
2011

Ione Vieira dos Santos

Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: Um estudo de caso no PDS Anapu – Estado do Pará, Brasil.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro

**Belém
2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Santos, Ione Vieira dos

Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: um estudo de caso no PDS Anapu – Estado do Pará, Brasil / Ione Vieira dos Santos ; orientadora, Noemi Sakiara Miyasaka Porro - 2011.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

1. Agricultura familiar – Anapu (PA)- Condições sociais. 2. Sociologia rural – Anapu (PA). 3. Assentamentos humanos – Pará, Sudeste – Condições sociais. 4. Trabalhadores rurais – Migração – Anapu (PA). I Título.

CDD – 22.ed. 307.72098115

Ione Vieira dos Santos

Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: Um estudo de caso no PDS Anapu – Estado do Pará, Brasil.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Data da aprovação. Belém – Pa: 24/03/2011

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Orientadora)
(NCADR /UFPA)

Prof. PhD. Gutemberg Armando Dinis Guerra (Examinador Interno)
(NCADR /UFPA)

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Examinador Externo)
(UFAM)

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos que ofereço àqueles(as) que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado e para o meu crescimento, tanto na dimensão intelectual quanto pessoal. Agradeço

A Deus, pelo dom da vida e por toda fé e energia, que me fizeram prosseguir;

Aos meus pais, Luiz Vieira dos Santos e Marilêda Ferreira dos Santos, pelo apoio incondicional durante toda a vida, sem o qual esse trabalho não seria possível;

A meu companheiro Radamés Estrela Abdala, presente em todas as horas, nos momentos felizes e tristes;

À Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) pela oportunidade dada para a realização deste curso de Mestrado;

À CAPES, pelo apoio financeiro ao longo destes dois anos de mestrado;

À Land Coalision International, pelo apoio financeiro ao trabalho de campo através do projeto Coalisão da Terra, sob a tutela institucional do ICRAF – Centro Mundial Agroflorestal;

À RAVA/ICRAF pela oportunidade de treinamentos e intercâmbios;

Ao Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), onde me deu a oportunidade de início como pesquisadora e que muito contribuiu para a realização deste curso de mestrado;

A Prof^a. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro por ter sido orientadora, professora e amiga com muita dedicação, comprometimento e profissionalismo durante esses dois anos de curso;

Àquelas pessoas do PDS Virola-Jatobá, PDS Esperança e Expansão do PA Itapuama, pela confiança e apoio, onde me receberam e forneceram dados, informações, conhecimentos, depoimentos e experiências de vida, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho e da minha vida profissional;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA, pela dedicação, companheirismo e por me ajudar a acreditar que é possível promover um processo de mudança e construção social, com elevação das oportunidades na sociedade, principalmente para as comunidades menos favorecidas;

A todos os mestrandos da turma 2009 e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), que me apoiaram e auxiliaram nos momentos em que precisei.

RESUMO

A mobilidade espacial foi um processo essencial na constituição da atual sociedade amazônica, a despeito das contraditórias políticas públicas promovendo deslocamentos em nome de um desenvolvimento que jamais se realizou como prometido. Ao abordarmos a questão da mobilidade espacial de agricultores, consideramos a história do campesinato brasileiro, que é a da luta pela terra. Em áreas de assentamento da chamada reforma agrária, verifica-se que essa dinâmica, que nas décadas passadas ocorria do sul para o norte do país, no caso da Transamazônica alterou-se e a mobilidade espacial tende a ocorrer internamente, entre localidades na própria região. Nos casos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Anapu e da Expansão do Projeto de Assentamento – PA Itapuama, constatou-se que o acesso a terra não tem representado a conquista da desejada autonomia relativa, pois, as condições oferecidas pelo Estado aos chamados beneficiários da reforma agrária não têm garantido as condições de devida apropriação da terra, levando-os a novos deslocamentos na tentativa de garantir a sua reprodução enquanto camponeses em outros espaços. Ainda assim, em nossa pesquisa, concluímos que o processo de mobilidade espacial se configura como uma estratégia da reprodução familiar camponesa, embora com sérias ameaças à consolidação de seu processo de territorialização.

Palavras Chave: Mobilidade espacial. Campesinato. Projetos de assentamentos da reforma agrária.

ABSTRACT

The spatial mobility of family farmers was a key process in the formation of the current Amazonian society, despite the contradictory public policies promoting displacements in the name of a development that never took place as promised. In addressing the issue of spatial mobility of farmers, we consider the history of the Brazilian peasantry, which is the history of struggle for land. In areas of the so-called agrarian reform settlements, it appears that this dynamics, which occurred in the past decades from south to north, in the case of the Transamazonica, it changed, and spatial mobility tends to occur internally, between localities within the region. In the case of the Sustainable Development Project - PDS Anapu and Settlement Expansion Project - PA Itapuama, it was found that access to land has not represented the achievement of the desired relative autonomy, because the conditions offered by the State to the so-called beneficiaries of agrarian reform have not assured the conditions for proper ownership of the land, leading them to new displacements in an attempt to ensure its reproduction as peasants in other spaces. Still, in our research, we conclude that the process of spatial mobility is configured as a reproductive strategy of peasant family, albeit with serious threats to the consolidation of the process of territorialization.

Keywords: Spatial mobility. Peasantry. Settlement projects of agrarian reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O desmatamento na área da Transamazônica, e os sítios estudados.....	19
Figura 2: Taxas de desmatamento anual no Estado do Pará e Amazônia Legal (1988-2009).....	50
Figura 3: Variação do preço do Kg da amêndoa do cacau entre os anos de 1995 – 2008.	57
Figura 4: Municípios mais desmatados em junho de 2010	60
Figura 5: Percentual de lotes, por número de detentores desde sua primeira ocupação, nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.	71
Figura 6: Percentual de famílias efetivamente residindo nos lotes que detém, distinguindo-se aquelas que ocuparam a área de forma espontânea daquelas que ocuparam sob direção do INCRA.....	80
Quadro 1: As atividades que compuseram a trajetória de vida de seu Carlos Sobrinho, Vicinal Transunião, Expansão do PA Itapuama.....	83
Figura 7: Áreas declivosas e de mata ciliar desmatadas.....	89
Figura 8: Áreas de cacau recém plantadas em consórcio parcial com banana principalmente, e a emergência espontânea do babaçu, no PDS Esperança.....	91
Quadro 2: Histórico de deslocamentos e de atividades que compuseram a trajetória de vida de Seu Roberto, 62 anos, morador da Vicinal Mutum, PDS Virola- Jatobá.	96
Quadro 3: Histórico de deslocamentos e de atividades que compuseram a trajetória de vida de Seu João, 62 anos, morador da Vicinal Mutum, PDS Virola-Jatobá.....	104
Figura 9: O casal Manoel e Alzira na fabricação de farinha de mandioca.	120
Figura 10: Média do número de lugares onde os chefes de família moraram nos últimos 10 anos (n=48).....	134
Figura 11: Crianças do PDS Virola-Jatobá participando com a família do processamento da farinha da mandioca.....	139
Figura 12: Preço pago no ato de transferência de direitos ao lote por 15 unidades familiares do PDS Virola-Jatobá.	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Amostragem de entrevistas realizadas na primeira e segunda fase da pesquisa.	29
Tabela 2: Desmatamento por categoria fundiária em junho de 2010 na Amazônia Legal.	59
Tabela 3: Assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Baixo Xingu.....	60
Tabela 4: Ano de chegada das famílias entrevistadas em lotes nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.	70
Tabela 5: Forma auto-declarada de acesso a direitos à terra pelas famílias dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.	72
Tabela 6: Situação jurídica auto-declarada dos detentores dos lotes em estudo dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.	73
Tabela 7: Local de onde vieram os chefes de família antes de morar nos Assentamentos em estudo.	81
Tabela 8: Constituição da cobertura vegetal dos lotes nos PDS Esperança, PDS Virola- Jatobá e Expansão do PA Itapuama.....	86
Tabela 9: Resultado de análises de 22 amostras de solo coletadas em lotes no PDS Esperança e 10 amostras no PDS Virola-Jatobá, indicando solos mais adequados no PDS Esperança.	90
Tabela 10: Dados de escolaridade de 183 membros que constituem as 48 famílias entrevistadas do PDS Virola Jatobá.	111
Tabela 11: Incidência de doenças na família no ano de 2007 (n=48).	113
Tabela 12: Ingresso monetário anual obtido através da comercialização de produtos agrícolas (n=42 famílias).	121
Tabela 13: Renda obtida através da venda da mão-de-obra familiar num ciclo agrícola (out. 2007 - nov. 2008). (n=36 famílias)	131

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

ASSEEFA – Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia

CAR – Cadastro de Atividade Rural

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CIFOR – Centro Internacional de Pesquisas Florestais

EMATER – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESEC – Estação Ecológica

FES – Floresta Estadual

FLONA – Floresta Nacional

FNO – Fundo Constitucional do Norte

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICRAF – Centro Agroflorestal Mundial

ILC – International Land Coalition

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LA – Licença Ambiental

LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica

LAR – Licença de Atividade Rural

MDTX – Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu

NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Projeto de Assentamento Coletivo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PAF – Projetos de Assentamento Florestal

PARNA – Parque Nacional

PDA – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIN – Plano de Integração Nacional

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPG7 – Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais

PROMANEJO – Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PU – Plano de Uso

RAVA – Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTR - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA PESQUISA.....	21
2.1 OBJETIVO GERAL.....	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	22
3.2 REDIMENSIONAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.3 OS MÉTODOS.....	28
4 ARCABOUÇO TEÓRICO	34
4.1 O CAMPESINATO, A PEQUENA PRODUÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	35
4.2 O CAMPESINATO E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA	38
4.3 A TERRA E TERRITÓRIO EM INTERAÇÃO COM A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	43
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	47
5.1 A TRANSAMAZÔNICA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	47
5.2 COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA.....	51
5.3 O CONTEXTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA TRANSAMAZÔNICA.....	56
5.4 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO E A QUESTÃO DO DESMATAMENTO	58
6. ESTUDO COMPARATIVO: A MOBILIDADE ESPACIAL DAS FAMÍLIAS NOS ASSENTAMENTOS ESPECIAIS E CONVENCIONAIS	62
6.1 ASSENTAMENTOS CONVENCIONAIS	62
6.2 ASSENTAMENTOS ESPECIAIS	64
6.3 ESTUDO COMPARATIVO: EXPANSÃO DO PA ITAPUAMA E PDS ANAPU	69
6.3.1 Forma de ocupação.....	74
6.3.2 Formação da expansão do PA Itapuama e do PDS Anapu	77
6.3.3 Local de residência	79
6.3.4 Trajetória de família	81
6.3.5 Processos produtivos	84

7 ESTUDO DE CASO: A MOBILIDADE ESPACIAL DAS UNIDADES FAMILIARES DO PDS VIROLA JATOBÁ.....	94
7.1 A MOBILIDADE ESPACIAL NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE DOIS VIZINHOS	94
7.1.1 A trajetória de vida do Sr. Roberto Nascimento de Souza, 62 anos	95
7.1.2 A trajetória de vida do Sr. João Soares, 62 anos	103
7.2 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO, COM OS MESMOS VELHOS DESAFIOS	109
7.2.1 Precariedade ou ausência de infra-estrutura.....	109
7.2.2 Precariedade ou ausência de serviços públicos de educação	110
7.2.3 Precariedade ou ausência de serviços públicos de saúde	112
7.2.4 Precariedade ou ausência de apoio técnico e crédito à produção agrícola.....	114
7.2.5 Limitantes bio-físicos para o principal produto com mercado consolidado	116
7.2.6 Reduzido capital inicial	117
7.3 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO E OUTROS NOVOS DESAFIOS	119
7.3.1 Restrição à bovinocultura como forma de intervenção no desmatamento ..	119
7.3.2 O chamado Manejo Florestal Comunitário	122
7.4 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO, MAS “NÓS QUE CONQUISTAMOS ESSA TERRA!”	123
8 A MOBILIDADE ESPACIAL DA UNIDADE FAMILIAR À LUZ DA TEORIA DO CAMPESINATO E DO CONCEITO DE PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	132
8.1 A MOBILIDADE ESPACIAL À LUZ DOS DEBATES SOBRE O CAMPESINATO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA	133
8.2 O ASSENTAMENTO COMO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	136
8.2.1 “A gente tem que ganhar o mundo pra se tornar homem”	136
8.2.2 “Nós que conquistamos essa terra”	140
8.2.3 “O mundo não está mais do jeito que era: as coisas mudaram”	143
8.3 CONQUISTA AO DIREITO À TERRA, AUTONOMIA RELATIVA OU AINDA SUBORDINAÇÃO?.....	145
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXOS	162

1. INTRODUÇÃO

[...] você pode fazer uma pesquisa nesse assentamento aí, ninguém tem casa, os colégios é caindo... as estradas não são suficientes, nem um orelhão pra na hora que você se aperrear, pra fazer uma ligação de urgência, porque sempre morre um parente e, a gente quer ter notícia e não tem. Não tem um posto de saúde. Que reforma agrária é essa gente? No papel não é assim, é muito diferente... A pessoa que vem pra um mato desse, pra arrumar uma terra, que vem sem dinheiro pra comprar a terra, aquela pessoa não tem nada... As vezes, quando ele chega, nos primeiro meses até um ano, se ele trouxer um dinheirinho, ele ainda tá numa boa. Porque aqui, todo mundo é fraco não tem condição pra pagar ninguém. Quem não tem uma reserva, logo que chega a coisa começa a apertar, ele não tem produção pra de imediato fazer um dinheiro, e às vezes ainda vem a doença. Aí, o que ele vai fazer? Ir embora, vender o lote! (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Nesta dissertação, analisamos como grupos sociais, designados como agricultores familiares e conceituados como camponeses, lidam com o processo de mobilidade espacial de suas famílias e a transferência informal de direitos de acesso a terras públicas destinadas a projetos de assentamento de reforma agrária.

Ao longo de 2009 e 2010, dedicamo-nos a investigar o processo de mobilidade espacial das famílias e transferência de lotes no interior de dois assentamentos de reforma agrária na Transamazônica: PDS de Anapu e a Expansão do Projeto de Assentamento (PA) Itapuama. O fenômeno da mobilidade é bastante complexo, especialmente ao ocorrer em assentamentos ocupados por agricultores familiares, migrantes de várias regiões do Brasil. Com trajetórias diversas, esses agricultores têm a experiência comum do deslocamento e do assentamento em terras amazônicas. Portanto, após uma fase preliminar da pesquisa comparando as modalidades de assentamentos PA e PDS, enfocamos nossa pesquisa em uma situação representativa da modalidade fundiária PDS, tendo como lócus, o PDS Virola-Jatobá, localizado no município de Anapu, Estado do Pará.

Como veremos nas próximas seções, partes das sociedades presentes na Amazônia brasileira foram formadas após movimentos migratórios, incentivados por ações visando a expansão econômica. A promoção do ciclo da borracha e as grandes

obras de infra-estrutura do governo militar são exemplos que atraíram trabalhadores e investidores de outros estados para a Amazônia (HÉBETTE, 2004a). Na atualidade, na área estudada, verificamos que essa dinâmica mudou e a mobilidade espacial tende a ocorrer internamente, entre localidades na própria região designada como Transamazônica.

Por várias décadas, a abertura e a expansão de fronteiras¹ foram partes integrantes das estratégias de desenvolvimento nacional no Brasil. Num passado recente, a chamada “conquista” da Amazônia chegou a representar uma panacéia para muitos problemas sociais e econômicos, sendo apontada como solução para os problemas de concentração de terra e pressão populacional. Nessa concepção, a abertura das fronteiras agrícolas na Amazônia cumpriria importante papel no processo de desenvolvimento regional, além de atender aos interesses geopolíticos dos governos militares (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Na década de 1970, com os projetos de colonização do governo militar, ocorre efetivamente a ocupação da fronteira agrícola na Amazônia, através da decisão de subsidiar assentamentos de agricultores familiares a serem integrados ao mercado, a partir da construção da rodovia Transamazônica. Neste contexto, abre-se um espaço para a migração, tanto dirigida quanto espontânea, de agricultores familiares sem terra e geralmente descapitalizados. A rodovia constituiu-se em importante obra do Plano de Integração Nacional (PIN) lançado em 1972, que tinha objetivos concomitantes de ligar a Amazônia ao resto do país. O PIN visava minimizar as tensões fundiárias de outras regiões brasileiras; reduzir os impactos da modernização agrícola, que ocorria na região sul do país; e atender os objetivos geopolíticos de necessidade de defesa da soberania nacional alegada pelos militares, visando “integrar para não entregar” (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 38).

Assim, a conexão entre esses problemas e a solução proposta pelo governo militar materializou-se na forma de rodovias, cruzando florestas e rios, para supostamente garantir a chegada do desenvolvimento e a defesa nacional de áreas tidas como isoladas. Associada à estrada, propôs-se então um esquema de colonização, com distribuição de lotes às margens da rodovia e das estradas secundárias a famílias de agricultores sem terra de todo o país.

¹ Para Hébette (2004a), a expansão de fronteiras obedece a perspectiva desenvolvimentista do governo militar e seus agentes, que viam o ecossistema amazônico como barreira a ser vencida através de um processo civilizatório, em que a agricultura moderna teria papel fundamental.

No entanto, a rodovia Transamazônica não foi um projeto isolado, vários outros planos de incentivo à ocupação da região amazônica foram implementados nas últimas décadas do século XX, com vistas a estimular o investimento de capital doméstico e estrangeiro. Neste contexto que afeta a Transamazônica, destacam-se investimentos públicos e privados em infra-estrutura, indústrias, exploração de recursos minerais e florestais e projetos agro-pastoris. Por conseguinte, a economia e os grupos sociais regionais experimentaram crescimento vertiginoso, com a chegada de famílias imigrantes em busca da terra própria em solo amazônico (HÉBETTE; MOREIRA; LAITÃO, 2004).

Parte dessas famílias imigrantes introduziu novos cultivos como a pimenta-do-reino que foi uma das primeiras culturas perenes inseridas na região, seguindo da cultura do cacau entre os anos de 1976 e 1978. A partir de 1976, os colonos passaram a receber incentivos do Banco do Brasil através de créditos subsidiados com assistência técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMATER) para a implantação do cultivo da pimenta-do-reino e, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) mediante o programa PROCACAU passaram a receber apoio e incentivos ao cultivo do cacau. Nas áreas de solos de média a baixa fertilidade deu-se preferência ao plantio da pimenta-do-reino e do café. Já nos solos de melhor fertilidade, áreas consideradas de “terra roxa estruturada”, foi dada prioridade a lavoura do cacau, embora também tenha sido implantada em áreas de solo com fertilidade inferior (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Porém, passados os anos de maiores investimentos governamentais permitidos pelos “milagres” da década de 70, de solução a Transamazônica passa a ser um novo problema, já nos anos 80. Abandonados à própria sorte, imigrantes de diferentes origens, ao lidar com o desconhecido ecossistema, acabam esgotando tanto os recursos que trouxeram consigo, como defrontando com os riscos da degradação dos recursos naturais existentes.

Em meados da década de 80 assistiu-se a redução de incentivos, devido à crise financeira e à ausência do poder público na região, fatores que levaram a formação de uma grande frente política envolvendo diversos setores, como professores, empresários e agricultores familiares, para reivindicação de políticas públicas coerentes com a demanda local. Neste momento, emergem diversos movimentos sociais em prol do desenvolvimento rural na região, sendo o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu (MDTX), o mais expressivo, por reunir os Sindicatos de

Trabalhadores Rurais (STRs) e as associações locais de agricultores familiares da região Transamazônica. Na ocasião, ocorre também a emancipação de vários municípios sob alegação da necessidade de um quadro político-administrativo mais favorável, que viabilizasse a zona rural com políticas e programas de educação e de infra-estrutura, que eram fortemente reivindicadas pelos grupos locais.

Na década de 1990, identifica-se uma modificação nos aspectos produtivos da Transamazônica, em função da diminuição dos preços e dos volumes dos produtos de culturas perenes, devido ao agravamento de doenças, especificamente nos plantios de pimenta-do-reino e do baixo preço do grão do café. Paralelamente, ocorre a expansão da pecuária bovina, tanto na agricultura familiar como na patronal, incentivada por créditos agrícolas subsidiados. A partir de então, intensifica-se o avanço do desmatamento (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Assim, nos anos 90, destacando-se do chamado “arco do desmatamento”, já se observava a intrusão do desmatamento seguindo as linhas da estrada e dos lotes de colonização em formato de “espinha de peixe” (Figura 1).

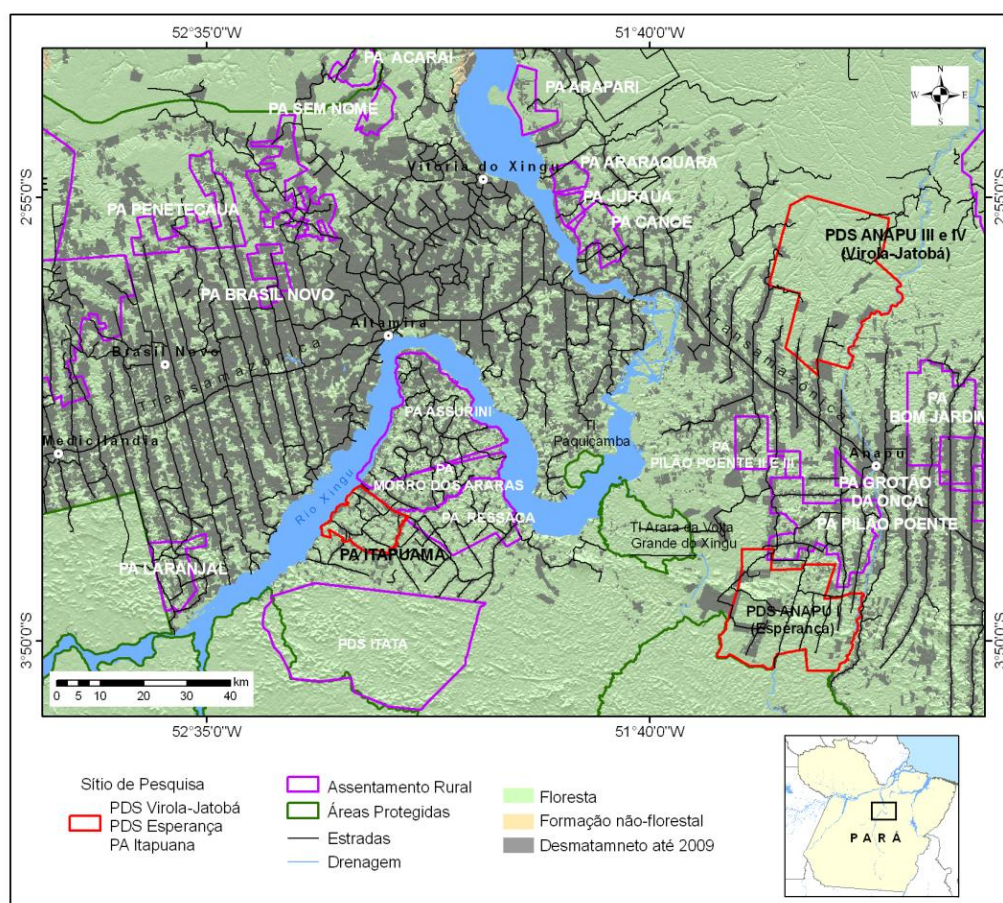


Figura 1: O desmatamento na área da Transamazônica, e os sítios estudados.
Fonte: Mapa elaborado no Centro de Geotecnologia do IMAZON, por Rodney Salomão Reis (2010).

Como veremos na literatura científica voltada ao desenvolvimento da Amazônia, essas consequências do modelo de desenvolvimento regional, com as políticas oficiais adotadas para a região, são frequentemente associadas a fenômenos identificados como novos problemas. Entre eles, a intensa mobilidade intra-regional, expresso na linguagem dos planejadores nas baixas taxas de retenção de colonos nos assentamentos da região, é atribuída ou a uma incompatibilidade dos beneficiários da reforma agrária ao modelo adotado ou à ineficácia do próprio modelo. Não obstante, a Amazônia continua sendo percebida por agricultores familiares sem-terra como uma alternativa de sobrevivência, não ocorrendo retorno aos Estados de origem, mas mantendo-se taxas expressivas da chamada migração intra-regional (LUDEWIGS et al., 2009).

Ao longo desses dois anos de estudos e observações empíricas em assentamentos rurais na Transamazônica, constatamos que tanto em assentamentos tradicionais, PA, como em novas modalidades de assentamentos especiais, PDS, há uma intensa mobilidade espacial de famílias.

Para melhor entendermos o processo de mobilidade espacial no contexto de assentamentos com enfoque em intervenção no desmatamento, tomamos como unidade de análise a unidade familiar (UF). Considerando a multiplicidade de fatores em interação com tal processo, para fins dessa dissertação, selecionamos inicialmente as seguintes variáveis como ponto de partida de nossa análise, identificadas como as mais relevantes durante as etapas preliminares da pesquisa:

- A trajetória e os estágios de seu ciclo de vida;
- A condição econômica (consumo e produção); e
- A condição de acesso a serviços de saúde e educação.

Através do estudo destas variáveis, procuramos entender a dinâmica da mobilidade espacial dessas unidades familiares, bem como a formação do chamado assentamento e os mecanismos pelos quais essas famílias definem sua territorialização.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como grupos sociais, designados como agricultores familiares e conceituados como camponeses, lidam com o processo de mobilidade espacial de suas famílias e a transferência informal de direitos de acesso a terras públicas destinadas a projetos de assentamento de reforma agrária com enfoque ambiental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar o processo de mobilidade espacial das unidades familiares em situações de regularização fundiária na Transamazônica;
- Identificar, descrever e comparar o processo de mobilidade espacial das unidades familiares em 2 situações de regularização fundiária, sem e com enfoque ambiental, PA e PDS respectivamente;
- Identificar e descrever a mobilidade espacial em uma situação de regularização fundiária com enfoque ambiental, o PDS Virola-Jatobá;
- Analisar a mobilidade espacial dos chamados beneficiários de reforma agrária e a transferência de direitos de acesso a terras em situação de regularização fundiária com enfoque ambiental na Transamazônica.

3 METODOLOGIA

3.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa responde aos requisitos do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, e integra-se às atividades do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), do qual a autora é respectivamente mestrande e pesquisadora associada. A pesquisa também responde a demandas das organizações sociais locais, expressas à orientadora em 2007. A resposta a essas demandas visa consolidar os objetivos do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), de articulação entre pesquisa, formação e desenvolvimento na Transamazônica. Além disso, essa pesquisa responde a alguns questionamentos da própria autora, enquanto filha de pais agricultores que tiveram suas trajetórias com permanências nas regiões nordeste, sudeste, sul e norte do país. Porém, mesmo pertencendo a uma família que sempre esteve atrelada à vida no campo, todos os seis irmãos após adultos migraram para outras atividades não agrícolas, a exemplo do meu próprio caso hoje, como estudante de mestrado.

Neste estudo, denominaremos como Transamazônica o conjunto composto pela rodovia Transamazônica – BR-230, pelo projeto de colonização em seu entorno e pelos projetos de assentamento em sua área de abrangência, que se localizam geralmente na seção final de estradas secundárias que partem da rodovia principal, adentrando a floresta. A situação da Transamazônica, apesar de suas peculiaridades, é um importante foco de estudo sobre a interação entre a questão ambiental e a questão fundiária, devido à intensidade e à escala de seus efeitos sobre o bioma amazônico e sobre uma importante parcela de sua sociedade. É nesse contexto social e ambiental que a interação entre mobilidade espacial e intervenção no desmatamento sobressai como questão premente para o bem-estar das famílias e a sustentabilidade dos ecossistemas que fazem parte de seus modos de vida.

O delineamento do objeto de pesquisa se inicia com uma série de atividades preliminares em PA e PDS, de 2007 a 2009, em que a autora participou como assistente de pesquisa em projeto desenvolvido pela equipe do LAET. Já em 2010, buscamos um maior enfoque no PDS, como uma das formas de assentamentos vinculados à chamada

reforma agrária, por ser relevante peça para o entendimento do processo de mobilidade no atual contexto marcado por ações governamentais de intervenção no desmatamento.

O período exploratório foi realizado nos meses de julho e setembro de 2009. Nessa fase, realizou-se estudo comparativo entre os dois modelos de regularização fundiária: 1) PDS, localizado no município de Anapu, que em sua concepção formal combina os aspectos sociais e produtivos de reforma agrária com preocupações ambientais, reforçando o cumprimento das regras florestais; e 2) PA, localizado nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio que, embora seja também sujeito às regras ambientais vigentes, enfoca formalmente mais os aspectos sociais e produtivos da reforma agrária, sendo percebido pelos beneficiários como mais permissivo no que se refere às restrições para conter o desmatamento.

Nessa fase exploratória, por comparação, buscamos compreender como a execução das novas regras florestais através dos instrumentos de Assentamentos Especiais afeta a dinâmica da constituição e funcionamento do processo de transferência de direitos associados a terra, atualmente praticado pelos beneficiários da chamada reforma agrária na Transamazônica. Nesta primeira etapa da pesquisa nosso olhar esteve voltado como as dos planejadores, para a taxa de retenção de famílias nos assentamentos e para as regras de intervenção no desmatamento. Porém, como veremos a seguir, a própria pergunta de partida e mesmo o objeto de pesquisa tiveram que ser redesenhados. Assim, na segunda etapa enfocamos nosso estudo em uma única área de assentamento (PDS Virola-Jatobá), onde buscamos considerar a unidade familiar do agricultor como sujeito e não como mero objeto da intervenção governamental na questão agrária.

O trabalho exploratório, tal como proposto por Quivy e Campenhoudf (1998), consistiu em uma etapa fundamental do projeto de pesquisa, pois, através deste, é possível verificar a pertinência da pergunta de partida. Como afirmamos na Introdução, esta pesquisa representa não apenas um requisito do Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas, mas responde também às demandas da interação entre o LAET e seus parceiros locais e institucionais. Assim, o trabalho exploratório desta pesquisa teve início em 2009, viabilizado pelo Projeto Coalisão da Terra, sob responsabilidade da autora desta pesquisa, através de bolsa para trabalho de campo a nível de mestrado, obtida junto ao International Land Coalision (ILC), sob a tutela institucional do Centro Mundial Agroflorestal (ICRAF).

Essa etapa do trabalho exploratório contou também com dados obtidos, com a participação da autora, no projeto Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente (RAVA), realizado no período de 2007-2008, através da parceria entre o LAET/NCADR, a organização local Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA) e o ICRAF.

No decorrer do período exploratório, a questão da mobilidade espacial das famílias no PDS de Anapu evidenciou-se em meio às reclamações de que no PDS “a gente não manda no que é seu” e sob demanda de lideranças locais preocupadas com a rotatividade das famílias nos PDS. Assim, inicialmente assumimos a seguinte pergunta de partida, para esta dissertação:

Como as diferentes modalidades de regularização fundiária influenciam o processo de mobilidade espacial das famílias?

A pesquisa exploratória consistiu num processo de identificações, descrições e análises das informações obtidas em campo, nas duas modalidades de assentamento (PA e PDS). As atividades preliminares contaram com o suporte de estudos dos autores Schlanger e Ostrom (1992), Ribot e Peluso (2003) e Pacheco et al. (2009), cujas investigações e reflexões contribuíram teoricamente na discussão sobre a temática. Naquela etapa, tomamos como hipótese que, uma vez que os agricultores alegavam maior rigor na intervenção no desmatamento nos PDS, nestes encontraríamos uma maior mobilidade das famílias, saindo do PDS e em busca de PA, onde “cada um cuida do que é seu”.

A metodologia do projeto RAVA, que gerou os primeiros dados do trabalho exploratório, foi fruto da discussão entre parceiros institucionais, integrando perspectivas da academia, de instituto de pesquisa e de organização de base. A metodologia foi baseada numa integração de métodos quantitativos e qualitativos, cujos dados foram analisados numa perspectiva interdisciplinar (antropologia, agronomia e estatística). A parceria entre instituições de pesquisa e organizações sociais locais visou relações de pesquisa colaborativa, de forma continuada e interativa, com vista a uma interlocução mais direta com os atores locais.

Um conjunto de questionários estruturados foi aplicado ao início e ao final de um período de doze meses, a nível de comunidade (questionários V1 e V2) e de domicílio (A1 e A2), bem como um subconjunto de questionários trimestrais (Q1-Q4) a

nível de domicílio (Ver Anexo A). De um universo de cerca de 400 famílias residentes nos PDS Esperança e PDS Virola-Jatobá, e de 450 famílias residentes na Expansão do PA Itapuama, ao final da etapa de coleta de dados quantitativos, obteve-se uma amostra aleatória de 196 famílias que responderam o questionário domiciliar A1 e 133 famílias que participaram de todas as etapas de pesquisa. Esses dados quantitativos foram sistematizados num banco de dados Access e analisados por estatística descritiva. Esses questionários levantaram dados sócio-demográficos e econômicos referentes aos recursos agrícolas e florestais e ao seu uso no modo de vida local. Os procedimentos e instrumentos metodológicos da RAVA foram elaborados e testados por pesquisadores do Centro Internacional de Pesquisas Florestais (CIFOR), e adaptados pelos pesquisadores da RAVA, sob coordenação do ICRAF. Além disso, cada membro da RAVA, incluindo nossa equipe, integrou tais dados com instrumentos de abordagem qualitativa.

Para a realização da análise quantitativa da pesquisa específica para essa dissertação, sob o projeto Coalisção da Terra, já enfocando a mobilidade espacial das famílias, utilizamos apenas os dados do questionário estruturado do levantamento domiciliar (A₁) obtido no âmbito da RAVA. Para algumas das análises comparativas, a partir dos 196 questionários (A₁) aplicados em três áreas de assentamento: o PDS Esperança, o PDS Virola-Jatobá, e a Expansão do PA Itapuama, foi definida uma amostra aleatória de n=48 famílias para cada um dos três assentamentos, totalizando 144 famílias. As variáveis priorizadas para a análise quantitativa no projeto Coalisção da Terra para verificar se ocorria a mobilidade espacial incluíram:

- o ano de chegada das famílias no lote,
- a forma auto-declarada de acesso a terra pelas famílias,
- a situação jurídica auto-declarada do lote,
- o número de transferências ocorridas em cada lote,
- o local de onde vieram os chefes de famílias antes de morar no lote
- a composição das categorias de cobertura da terra em cada lote.

Através do projeto Coalisção da Terra, enfocamos a questão do acesso e transferência de terras, investindo nos métodos qualitativos abaixo descritos, que substanciaram a perspectivas dos sujeitos entrevistados e a interpretação dos resultados

quantitativos, obtidos por questionários estruturados. Em cada um dos três assentamentos, a metodologia incluiu a realização de:

- 5 Entrevistas individuais com informantes chaves;
- 5 Entrevistas individuais abertas para elaboração de histórias de vida;
- 10 Entrevistas individuais semi-estruturadas com enfoque no tema;
- 1 Entrevista semi-estruturada em grupos de enfoque;

Como nesta primeira etapa da pesquisa o olhar estava voltado para as taxas de retenção de famílias no interior dos PDS Anapu (PDS Esperança e PDS Virola-Jatobá) e do PA (Expansão do PA Itapuama), demos maior enfoque nos dados quantitativo. Assim, foi efetuado um levantamento sobre o número de transferências de direitos por lote, o que foi realizado para as 48 famílias selecionadas. Os dados obtidos através das entrevistas, reuniões e observações diretas e participantes foram examinados, considerando-se sua relativização e contextualização.

Na comparação de dois modelos de regularização fundiária mencionados: PA e PDS durante a fase exploratória, buscamos também, compreender como a execução das novas regras florestais afeta a dinâmica da constituição e funcionamento do processo de transferência de direitos associados à terra, atualmente praticado pelos chamados beneficiários da reforma agrária na Transamazônica. Durante o período exploratório do projeto Coalisção da Terra, cujo trabalho de campo foi dividido em duas etapas de 15 dias cada, conforme permitido pela programação das aulas, apreendemos a relevância dos seguintes processos para a temática do projeto de pesquisa definitivo: 1) trajetória e ciclo de vida da família; 2) condição econômica; e 3) condição de acesso a saúde e educação. Analisando esses processos, constatamos nessa fase exploratória que não são, nem exclusiva nem necessariamente, a modalidade fundiária ou o rigor das intervenções no desmatamento os fatores determinantes para a mobilidade espacial de famílias. Assim, reformulamos a pergunta de partida e o objeto de pesquisa e, dada a constatação, decidimos focar o estudo em apenas um dos PDS, para possibilitar numa segunda etapa da pesquisa, não mais uma visão como a dos planejadores, mas sim, a partir de um olhar científico. No atual estudo, analisamos as visões e os benefícios do acesso a terra segundo a perspectiva dos agricultores; os diferentes valores – econômicos, sociais, culturais – da terra para esses atores; a constituição e funcionamento do processo de

transferência de direitos associados à terra ocupada, seu funcionamento e a interação com as políticas públicas em exercício. Além disso, examinamos com maior profundidade os fatores alegados recorrentemente, como a trajetória da família, a etapa no ciclo de vida, as condições econômicas, de acesso a educação e saúde que, em interação, influenciaram na decisão dos agricultores em venderam e/ou abandonarem os lotes em áreas da chamada reforma agrária.

3.2 REDIMENSIONAMENTO DA PESQUISA

O trabalho exploratório, cuja pergunta de partida era focada na modalidade de regularização fundiária, nos permitiu qualificar a perspectiva e redimensionar os fatores abordados. Através dessa etapa, constatamos de que não é o instrumento de regularização fundiária o fator determinante nem para o processo de mobilidade das famílias dos PDS Virola-Jatobá e Esperança e nem para a transferência dos direitos aos lotes, e detectamos a relevância dos agentes locais, especialmente a unidade familiar, na interação entre essa intervenção e a mobilidade espacial. Com as entrevistas do trabalho exploratório expressando contínua e recorrentemente visões de liberdade e de resistência às diferentes intervenções em seu modo de vida, entendemos o que afirma Neves (1995, p. 286): “Os produtores agrícolas vinculados ao processo de assentamento são comumente entendidos pela perspectiva oposta, onde o contexto e a conjuntura são superdimensionados como unidades de análise, subjugando os domínios privilegiados naquela outra perspectiva de estudo a modo de resistência”.

Assim, compreendemos que assim como os planejadores havíamos superdimensionado a importância dos contextos e instrumentos de regularização fundiária, e buscamos reposicionar o papel fundamental dos sujeitos locais na defesa ao trabalho livre² e sua resistência a novos cativeiros, como expressavam os entrevistados. Consequentemente houve a necessidade de reformulação da pergunta de partida, que foi assim revisada para a segunda etapa do processo de pesquisa:

Nos chamados assentamentos especiais, como os chamados agricultores familiares beneficiários da reforma agrária combinam os diversos fatores que

² A luta pelo trabalho livre é aqui entendida como a busca das famílias pela autonomia relativa do sistema de produção de modo que não venham necessitar vender mão-de-obra para garantir a reprodução familiar, bem como, a permanência na terra.

influenciam a mobilidade espacial de suas famílias, estabelecendo critérios para a decisão da transferência de direitos associados à terra, segundo a racionalidade camponesa?

Ao revisar a pergunta de partida, percebemos também que essa mudança de enfoque, de objeto do instrumento da intervenção para o sujeito da ação de resistência, privilegiando suas estratégias de autonomia, demandaria uma metodologia qualitativa que aprofundasse as subjetividades envolvidas. Assim, decidimos nessa nova etapa, aproveitando dos resultados da comparação entre PDS e PA realizada na etapa exploratória, focar apenas no PDS Virola-Jatobá de Anapu, devido aos limites do tempo do mestrado, permitindo metodologia qualitativa de aprofundamento.

3.3 OS MÉTODOS

Definir métodos para o melhor entendimento do processo de mobilidade espacial em grupos sociais conceituados como camponeses, que viveram diferentes trajetórias até chegar ao lugar estudado, o assentamento PDS, não foi uma tarefa fácil. Assim, por se tratar de um estudo de caso, lançamos mão de métodos de cunho antropológico e técnicas da etnografia, como a história oral de vida e a observação participante.

A opção pelo estudo de caso deu-se por ser um método que consegue lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos. Os vários fenômenos observados em campo foram articulados com os relatos obtidos junto aos entrevistados do grupo e em seguida receberam as atribuições de relevância teórica, seguindo-se a orientação de (BECKER 1994, p. 118).

Para constituir o estudo de caso, utilizamos o método da história oral de vida, tratado à luz da metodologia de Halbwachs (1990), utilizada para análise das trajetórias de vida de famílias moradoras no assentamento em estudo. Essas histórias de vida contribuíram para o entendimento da combinação de motivos que resultam na decisão de mobilidade a partir da lógica camponesa, e de como suas experiências são reproduzidas no interior do assentamento.

Uma vez que tomamos a unidade familiar como a unidade de análise, a história de vida é o método que articula o entrevistado de uma dada unidade com o seu coletivo, e contribui para o entendimento do grupo social como um todo. Para tanto, como

ferramenta de análise da história oral, apropriamos também o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990), por representar o universo de uma caminhada coletiva, um resumo das vivências coletivas anteriores, considerando que as lembranças individuais não são exclusivamente do indivíduo.

As histórias de vidas foram obtidas de entrevistados com quem efetivamos também um processo de observação participante. De acordo com Mann (1973, p. 96), a observação participante “é uma tentativa para colocar observador e observado do mesmo lado, tornado o observador um membro do grupo de modo à experienciar o que eles experienciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles”. A observação participante envolve situações em que a observadora fica tão próxima das questões em foco quanto um membro do grupo que ela está estudando, participando das atividades cotidianas normais deste. Assim, além dos dois períodos de 15 dias em 2009, na segunda etapa da pesquisa em 2010, selecionamos duas famílias, nas quais a autora se inseriu durante um mês corrido, participando de todas as atividades familiares e sociais desta. Apesar de que um mês não lhe tenha permitido uma etnografia da situação estudada, a técnica da observação participante contribuiu com o processo de verificação das entrevistas abertas e dos dados obtidos com o questionário estruturado. Posteriormente, a autora retornou por mais 7 dias para confirmação dos resultados da análise dos dados.

Outro método utilizado conjugadamente à observação participante foi a entrevista informal que, segundo Mann (1973), por ser um encontro “face a face” entre a observadora e o observado, especialmente com a finalidade de consultarem-se sobre o assunto estudado, “possibilita ao informante impor a situação subsequente” (Idem, p. 103). A tabela abaixo mostra o número de entrevistas realizadas:

Tabela 1: Amostragem de entrevistas realizadas na primeira e segunda fase da pesquisa.

Atividades	Realizado na fase exploratória no PA e nos PDSs	Realizado na segunda etapa do trabalho de campo no PDS Virola Jatobá
Entrevistas informais individuais com informantes chaves	15	4
Entrevistas informais individuais abertas para elaboração de histórias de vida;	6	6
Entrevistas individuais semi-estruturadas com enfoque no tema;	15	15
Entrevistas semi-estruturadas em grupos de enfoque;	2	2

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Por se tratar de uma pesquisa que aborda questões relacionadas aos conceitos e práticas do campesinato, lançamos mão de métodos etnográficos, para observação de detalhes e seus significados da vida cotidiana das famílias, que vem reproduzindo no interior do assentamento o seu modo de vida camponês. Assim, a pesquisa se constituiu na observação de detalhes da vida cotidiana das famílias assentadas, bem como, na convivência com a família e nas participações em assembléias, festas e reuniões.

A partir do referido método, buscamos entender os significados da vida diária, valorizando os sentidos compartilhados pelos iguais, para a compreensão do social, de modo a interpretar aquilo que o sujeito já havia interpretado dentro de seu universo simbólico. Assim, contamos com estes métodos para entender, a partir do ponto de vista dos detentores da cultura camponesa, alguns exemplos transitórios de comportamentos modelados (GEERTZ, 1989).

De acordo com Geertz (1989), o que define a etnografia não são os métodos e sim, uma descrição densa, resultado do esforço intelectual que ela representa. Porém, é importante destacar que a etnografia, mesmo sendo resultante de uma descrição densa, sempre será a interpretação de um fato social efetuada por alguém.

A exemplo do trabalho de Herédia (1979), nos servimos dos métodos da etnografia para nos ajudar também a compreender a invenção do espaço camponês através da relação trabalho, terra e família, que segundo a autora são temas indissociáveis. Mediante o apoio metodológico da referida autora, buscaremos analisar a coerência interna do processo de trabalho agrícola de agricultores familiares no interior de um projeto de assentamentos especial da chamada reforma agrária, PDS, para entender as decisões associadas à mobilidade das unidades familiares e à transferência de direitos ao lote.

Ao optarmos, na segunda etapa da pesquisa, por uma abordagem qualitativa, adotando os métodos acima mencionados, foi necessário refletirmos sobre a posição da pesquisadora em relação ao objeto de estudo. É impossível definir e estudar cientificamente um objeto de estudo em função do senso comum e das pré-noções. Segundo Bourdieu (2003, p. 34), “construir um objeto científico é antes de mais nada e, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações compartilhadas por todos”. A construção torna-se ainda mais complexa quando a pesquisadora carrega vínculos com o objeto de estudo e, portanto, não está isenta de compartilhar destas representações tidas como “comuns”. Para Mann (1973, p. 10), em função de todos os valores, preconceitos e tendências pessoais que o pesquisador “carrega” é muito

complicado estudar a sociedade em que ele vive. Na condição de filha de colono e integrante de uma equipe que vem realizando dois trabalhos de pesquisa no referido PDS, os riscos de ver somente as coisas que quer ver e de não ver aquelas que parecem depor contra suas próprias convicções, ou *bias*, foi o grande desafio a ser enfrentado.

Assim, buscamos evitar a assunção de uma falsa neutralidade através da tentativa de uma imersão no cotidiano de uma unidade familiar, aproximar de uma participação mais efetiva nesse cotidiano. Pelo termo “participação”, referimos à busca de um grau de envolvimento efetivo do observador na situação sendo observada. Nesse processo, a percepção da falsa neutralidade se fez claro. Nas entrevistas, buscamos assegurar de que as interações fossem registradas o mais efetivamente possível, através de gravações e ou anotações no diário de campo. Quanto a utilização dos relatos dos entrevistados nesta dissertação decidimos manter a identidade dos mesmos preservadas a partir da substituição de nomes.

Na presente pesquisa, a análise dos dados será realizada a partir das três operações conforme definidas por Quivy e Campenhoudf (1998): 1) identificação, 2) descrição e 3) análise das relações entre as variáveis e a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir das hipóteses.

Para atender o **primeiro objetivo** da pesquisa, na construção do objeto de pesquisa lançamos mão de literaturas sobre o tema abordado; análise documental; e abordagem teórica conceitual com enfoque no objeto de estudo.

Para atender o **segundo objetivo** da pesquisa, efetuamos análise documental, entrevistas com lideranças de instituições locais e uma combinação de dados quantitativos e qualitativos. Para os quantitativos, foram utilizados os seguintes dados obtidos durante a execução do projeto RAVA e Coalisão da Terra junto aos agricultores:

- dados sobre o ano de chegada das famílias entrevistadas em lotes nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama (RAVA);
- dados sobre o número de beneficiários por lote (n=48) nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama (Coalisão da Terra);
- dados sobre a forma auto-declarada de acesso a terra pelas famílias dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama (RAVA);

- dados sobre a situação jurídica auto-declarada dos beneficiários de lotes nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama (RAVA);
- dados sobre o ano de acesso à terra (RAVA);
- dados sobre o local de onde vieram os chefes de família antes de morar no assentamento (RAVA);
- dados sobre a constituição da cobertura vegetal dos lotes nos dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama (RAVA).

Os dados qualitativos obtidos através dos métodos descritos na parte inicial desta seção se referem a:

- dados sobre a trajetória de vida de seis famílias (Coalisão da Terra);
- dados sobre o processo de reprodução das famílias e da organização social (Coalisão da Terra);
- dados sobre o processo de negociação na transferência de direitos associados à terra (Coalisão da Terra).

Para atender o **terceiro objetivo** da pesquisa, foram utilizados os seguintes dados quantitativos e qualitativos:

- dados sobre escolaridade dos membros das famílias (RAVA);
- dados sobre análise de solo (CEPLAC);
- dados sobre o ingresso monetário proveniente de produtos agrícolas (RAVA);
- dados sobre a renda obtida através da venda mão-de-obra familiar (RAVA);
- dados sobre a incidência de doenças na família (RAVA);
- dados sobre o número de lugares que os chefe de família moraram nos últimos 10 anos;
- dados sobre a trajetória de vida de seis famílias (trabalho de campo);
- dados qualitativos quanto o entendimento dos agricultores sobre as regras de intervenção no desmatamento (Coalisão da Terra e Trabalho de campo);
- dados qualitativos sobre as condições de serviços sociais prestado pelo Estado (Coalisão da Terra e Trabalho de campo).

Para atender o **quarto objetivo** da pesquisa foram mobilizados conceitos aprendidos da literatura e registros das observações empíricas para o entendimento do processo de mobilidade espacial de agricultores em sistemas de reforma agrária na Transamazônica.

4 ARCABOUÇO TEÓRICO

Além do ajuste metodológico, revisamos também o arcabouço teórico de suporte. As teorias do campesinato e da economia política contribuem aos estudos do campesinato em situação de fronteira na Amazônia, ao proporcionar um arcabouço teórico que explica a relação entre os fatores econômicos e sócio-demográficos em um determinado ambiente, mediante a atuação das forças políticas promovidas por agentes sociais com diferenciais de poder.

A presente pesquisa, tendo seu referencial teórico na economia política e na antropologia, utilizará os dados quantitativos para responder às questões objetivas e materiais, e os dados qualitativos para compreender como os sujeitos locais interpretam essas condições materiais. Não buscaremos novas análises estatísticas ou detecção de tendências a nível regional, mas uma proposta de reposicionamento de perspectiva sobre o tema que privilegia os sujeitos locais, para o entendimento das múltiplas configurações das variáveis já identificadas pelos autores citados na revisão da literatura na seção introdutória. As macro-tendências detectadas pelos métodos demográficos, estatísticos e de sensoriamento remoto apresentam um importante cenário geral, porém, finda homogeneizando a diversidade das situações.

De nossa parte, tentaremos evidenciar essas diversidades pelos métodos qualitativos, para focar não o cenário em que se inserem os atores, mas sim apresentar os atores como sujeitos a construir esses cenários. Através da interação com os entrevistados, buscaremos compreender a dinâmica da mobilidade espacial através da lógica própria dos protagonistas do fenômeno, uma vez que, na fase exploratória desta pesquisa, estes já apresentavam múltiplas configurações. Para tanto, apresentaremos a seguir o referencial teórico que nos apoiou na elucidação dessas configurações. Em nossos estudos sobre o campesinato e a situação de fronteira na Amazônia lançamos mão dos seguintes autores: Hébette (2004b), Hébette (2004c), Hébette (2004d), Hébette e Marin (2004), Hébette et al. (2004), Hébette, Moreira e Leitão (2004), Schmink e Wood (1992), Wanderley (1996) e Leite (2007) que abordam as particularidades dos processos sociais mais gerais da problemática agrária do Brasil, bem como da dinâmica da fronteira e os impactos das políticas desenvolvimentistas sobre o campesinato brasileiro. Quanto aos estudos sobre os conceitos do campesinato, utilizamos as abordagens de Chayanov (1981), Wolf, (1976), Shanin (2005), Mendras (1978), Wanderley (1996), Neves (2002), Schmitz e Mota (2007), Schmitz (2008) e Miranda

(2008) para um debate sobre o uso do conceito nas categorias de designação em situações de pequena produção e agricultura familiar. A luz das discussões e conceitos oferecidos por Schlanger e Ostrom (1992), Oliveira (1998), Ostrom et al., (2001), Ribot e Peluso (2003) e Wood; Walker e Toni (2003), tratamos das questões referentes a terra e ao processo de territorialização.

4.1 O CAMPESINATO, A PEQUENA PRODUÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um setor econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento (Chayanov 1929, apud Abramovay, 1992, p.59).

Pois, para o mesmo, o trabalho da família é o único componente possível para a obtenção de recursos para um camponês, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro. Neste caso, o trabalho do camponês tem como fim, a satisfação de suas necessidades. Assim, o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo. Dito de outra forma, este é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho, ou seja, está apto a controlar as condições técnicas de produção.

O campesinato denominado de “campesinato tradicional” por Wanderley (1996, p. 3) “é uma forma particular de agricultor familiar”. Mendras (1978, apud Wandelely, 1996, p. 3) aponta as seguintes características das sociedades camponesas: “relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autonomia relativa; uma sociedade de interconhecimentos; e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”.

De acordo com Wanderley (1996, p. 3), essa autonomia relativa buscada pelo campesinato é “econômica, social e demográfica”. Quanto à autonomia econômica, seria a “capacidade de prover a subsistência do grupo familiar”. Porém, isto não significa que esta forma de agricultura familiar não possua relação com o mercado. De acordo com Chayanov, (1974), Esta característica autônoma não era percebida por

teóricos de inspiração marxista, por não apresentar possibilidades de sobrevivência de um segmento social que, pela sua duplicidade de condição, não acionava a relação capital-trabalho.

Mesmo com as características apresentadas por Chayanov, o campesinato brasileiro, segundo Wanderley (1996), tem características peculiares no que se refere ao conceito clássico de camponês. Peculiaridades essas resultantes de processos sociais da trajetória da agricultura brasileira conforme relata a autora:

Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que “o modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão; e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Dentre tais particularidades, a existência de terras livres tem incentivado o processo de mobilidade espacial de camponeses brasileiros, que têm a luta pela terra como a busca de um espaço de produção e reprodução familiar, bem como, um espaço de vida e de trabalho. Porém, o acesso a terra nem sempre tem garantido a permanência da família na terra, pois a agricultura camponesa, que é geralmente pequena, tem enfrentado grandes restrições quanto à sua potencialização, devido ao pouco recurso disponível e a falta de apoio. Quanto ao nível de produção, é importante destacar que ela é camponesa, não por sua dimensão, mas sim, pelas relações internas e externas ao sistema de produção (WANDERLEY, 1996).

Com base no conceito de camponês, podemos analisar diferentes categorizações e termos designativos ou termos de mobilização e ação política. De acordo com Schmitz e Mota, (2007), a pequena produção é uma expressão que surge no Brasil nos anos 1970, buscando substituir o termo campesinato, momento do “milagre brasileiro” de grande repressão da ditadura militar. Tal substituição representou uma estratégia do governo, pois, o termo campesinato representava uma bandeira da ação política contraditória aos planos do governo militar, havendo assim a necessidade de evitar termos que fortalecessem os movimentos de identidade camponesa.

A expressão pequena produção se contrastava com a grande produção, separada pela média. Neste contexto, o termo pequena produção restringia-se ao tamanho da propriedade e ao valor da produção, não dando conta, em uma abordagem

analítica, da “heterogeneidade de situações da agricultura” (SCHMITZ; MOTA, 2007, p. 6)

Com o fim da ditadura militar e a chamada democratização do país, emerge a expressão agricultura familiar. De acordo com Wanderley (1996, p. 2), “o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para a autora, em função da combinação entre propriedade e trabalho, a agricultura familiar assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais.

Neste estudo adotaremos “campesinato” como o conceito trabalhado na academia para entender um segmento social, e os termos “pequena produção” e “agricultura familiar” referem-se a uma noção operacional lançada por agentes governamentais e por vezes assumido pelos movimentos e organizações sociais como designativo para a ação política. Embora o termo agricultura familiar tenha assumido caráter de novidade e de renovação, esta não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. Para Neves (2002), a agricultura familiar é uma categoria de ação política e não um conceito teórico. Pois, o termo agricultura familiar “é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores estando a um projeto de redefinição de suas formas de integração” (idem, p. 137).

Além das categorias discutidas acima, existem outras expressões como: trabalhador rural, termo muito ligado aos sindicatos e posseiros, expressão ligada à situação jurídica em que o detentor não possui o direito de jure da terra (GUERRA, 2001).

Os conceitos aqui discutidos (campesinato, pequena produção e agricultura familiar), segundo Schmitz e Mota (2007, p. 4) “surgiram de forma cronológica em função de diferentes modelos de desenvolvimento”, congregando em cada época, todos os segmentos da população rural que detinha e administrava o meio de produção. Assim, a utilização do termo pequeno produtor relacionado à expressão pequena produção não é adequado como unidade analítica, por não se atentar para a combinação entre trabalho e propriedade, o que confere uma diversidade de formas sociais sob mesma designação (Wanderley, 1996). De acordo com a autora, pode ser incorporada na agricultura familiar toda a população rural que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, dentre outros, mas

não os trabalhadores sem terra antes de deter terra e os trabalhadores da agricultura. Já a Lei da Agricultura Familiar (Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006) abre para mais categorias ainda como: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Segundo Schmitz (2008, p.5), “o modelo oficial de desenvolvimento relativo a esta categoria é a integração ao mercado através do crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e da inovação tecnológica apoiada pela assessoria dos extensionistas (no caso ideal)”.

Nesta dissertação, utilizaremos o conceito de camponês para analisar as situações em agricultura e extrativismo familiar, tendo a unidade familiar de produção como unidade de análise. Como Neves (2002), entendemos que agricultores familiares e trabalhadores rurais são categorias adotadas para ação política.

4.2 O CAMPESINATO E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

Hébette (2004e) aborda os movimentos migratórios sob o ângulo da função do Estado na gestão e na gerência da força de trabalho para o capital, considerando que a acumulação de capital é sempre acompanhada da mobilização de uma força de trabalho que lhe esteja subordinada, sendo que, “nessa mobilização inscrevem-se os movimentos migratórios, que aparentemente são movimentos espontâneos” (Idem, p. 357). Enfocando o caso da colonização agrícola, o mesmo considera que, embora faça parte de uma política dita de fixação do homem no campo, trata-se na verdade de um projeto que fomenta o deslocamento do camponês com a finalidade de atender as necessidades do capitalismo, como o caso típico dos fluxos migratórios do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia.

Schmink e Wood (1992) definem três distintas fases de expansão da fronteira que ocorreram no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. A primeira entre as décadas de 1940 e 1960 no Paraná incentivada pelo “boom” da atividade cafeeira. A segunda entre as décadas de 1950 e 1960 em Goiás e Mato Grosso que envolveu: a busca de novas áreas para implantação de pastagens extensivas por grandes proprietários fundiários incentivados pelo crescimento do mercado da carne bovina. Nessa fase também ocorrem movimentos migratórios em função do deslocamento da capital brasileira e pela construção de rodovias a exemplo da Belém-Brasília. Já a terceira fase ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 na região norte do país, mas com

características específicas em relação às anteriores, dentre elas, a maior participação do governo que possuía grandes interesses geopolíticos.

Na região norte, sob o regime do governo militar a expansão da fronteira era vista como alternativa de “desenvolvimento” da Amazônia para “integrá-la”, como também, para resolver dilemas políticos que ameaçavam o regime autoritário. Apesar do projeto de definição de lotes e de construção de agrovilas na Transamazônica durante o Programa de Integração Nacional (PIN) ter iniciado num ritmo acelerado, rapidamente foi desativado, pois o Estado sendo de classe, não poderia contrariar os interesses dos grandes proprietários fundiários. Assim, contrário à fixação do camponês a terra, o Estado, através de políticas desenvolvimentistas (construção de estradas e de hidrelétricas, mineração, extração de madeira), tem contribuído para a subordinação do camponês, através da disponibilização sazonal de sua força de trabalho nas fazendas, ou nos grandes projetos. Políticas estas que tem fomentado, ao longo do tempo, os movimentos migratórios (HÉBETTE, 2004e).

Schmink e Wood (1992) tratam essas três distintas fases de expansão da fronteira agrícola no Brasil, considerando-as como componentes importantes das grandes transformações do país após a Segunda Guerra Mundial, resultantes da tendência geral inerente ao capitalismo comandado pelo crescimento econômico, até então reconhecido como “desenvolvimento”. Conforme analisado por Hébette (2004f), o interesse do grande capital acabou inviabilizando o tão anunciado projeto de fixação do homem a terra através da distribuição de terras pelo processo de colonização. O que se assiste é um processo inverso, a expropriação de populações locais e a dificuldade de consolidação do campesinato:

O que se verifica na Amazônia, é que latifúndios, em números cada vez maiores, se concentram nas mãos dos que têm de sobra terras inexploradas; que espaços ocupados e efetivamente explorados por homens laboriosos são “limpados” de seus moradores e se tornam terras sem homens, terras de bois; que florestas secularmente preservadas por populações indígenas lhes são arrancadas para serem derrubadas e que, em época nenhuma da história, a Amazônia acolheu levas tão grandes de homens sem raízes, sem fixação, verdadeiros nômades. O que se fixa, sim, na Amazônia, é a especulação, a grilagem e a violência (Idem, p. 333-334).

Este quadro apresentado por Hébette coaduna com as análises de Wanderley (1996), sobre as particularidades dos processos sociais mais gerais da problemática agrária do Brasil, onde considerou antes de tudo, o “modelo original” do campesinato brasileiro, bem como a história da agricultura, a saber:

[...] o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão; e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou possíveis de serem ocupadas pela simples ocupação ou posse (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Em estudos de Hébette (2004e), a não absorção dos migrantes está atribuída não à falta de terra, mas sim, à política de Estado que tem sempre favorecido o movimento de expansão dos grupos de latifundiários, onde um único fazendeiro tem recebido 50.000 ha de terra enquanto uma família um lote de 100 a 50 hectares. Neste contexto, o tamanho dos lotes delimitado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas áreas de colonização (100 ha) e nos PAs (variando de 100 a 50 ha) tem demonstrado não ser suficiente, mediante o modelo produtivo da região Amazônica.

Conforme discutido por Schmink e Wood (1992), Hébette (2004a), Wanderley (1996) e Leite (2007), no Brasil, a grande propriedade, ao longo de toda história, aparece como dominante e sempre apoiada por políticas públicas que têm contribuído para a sua reprodução. Em contrapartida, a agricultura camponesa aparece marginal, ocupando lugar secundário nas políticas que regem a sociedade brasileira.

Como principais conseqüências da política desenvolvimentista do regime militar, Schmink e Wood (1992) enfatizam a política fundiária que favoreceu a compra de grandes extensões de terras por companhia de colonização privada, os grandes projetos de construção e os confrontos entre vários grupos sociais, na fronteira em disputa.

Segundo Schmink e Wood (1992) e Hébette (2004f), a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, foi muito mais acelerada do que em períodos anteriores. Expansão esta que agravou os conflitos entre grileiros, posseiros, pecuaristas e índios, que passaram a disputar o controle das terras então acessíveis. Estes conflitos foram estimulados pelo sistema voltado ao favorecimento dos grandes capitais, que concentraram a propriedade da terra, onde o Estado aparece como fiador desse movimento de expansão dos grupos mercantis.

Em meados da década de 1970, por pressões dos empresários, a colonização via o poder público, alegadamente voltada para os agricultores familiares, foi abandonada em favor de um novo esquema de ocupação das terras através de firmas privadas. Assim, a política de desenvolvimento que parecia enfatizar a absorção de excedentes de agricultores de outras regiões do Brasil, se tornou em uma política de

favorecimento ao grande capital, o que provocou uma grande instabilidade na propriedade da terra (SCHMINK; WOOD, 1992).

Conforme tratado por Schmink e Wood (1992), parte do interesse em “desenvolver” a Amazônia se constituía em uma estratégia do governo militar em reforçar a aliança política com a elite nacional que apoiou o golpe de 1964 que no momento encontrava-se abalada. A expansão da fronteira amazônica acabou favorecendo o mercado externo por se tornar uma importante fonte de fornecimento de matérias-primas (minérios e recursos naturais), além de aumentar a demanda por produtos da indústria moderna (HÉBETTE, 2004g). Visando minimizar a tensão da política interna, o governo militar passou a incentivar empresários de várias regiões do país principalmente os do sul e sudeste, a se apropriarem de grandes áreas para instalação de fazendas e, como incentivo, oferecia vantagens creditícias.

Mas, com a preocupação mundial sobre os efeitos das mudanças climáticas globais, as conseqüências ambientais e sociais das políticas desenvolvimentistas do regime militar “encontrou eco na crescente preocupação mundial sobre o desmatamento e seus efeitos sobre povos locais e mudanças climáticas globais” (SCHMINK; WOOD 1992, p.5). Este novo fenômeno, intensificado pela mídia internacional, provocou novos debates sobre as políticas de desenvolvimento na Amazônia, o que veio a fortalecer as organizações de grupos locais, garantindo força à sua própria defesa. A partir de então, povos locais que eram antes “biologizados”, considerados como parte da natureza e passivos, a partir de sua organização e participação política passaram a ser sujeitos ativos (Almeida, 2008), invertendo a situação anterior. Consequentemente, organizados em representação política, afetaram as tendências econômicas e políticas a nível nacional. Assim, ao contrário do que se esperava com as políticas desenvolvimentistas, “persistentes elementos do extrativismo tradicional amazônico sincretizaram-se com os modernos sistemas de produção para trazer à tona novas formas de organização sócio-econômica e política” (SCHMINK; WOOD 1992, p.8). Essa conquista é interpretada por Almeida (2008, p. 92), como sendo, “uma politização da natureza”.

Com base na teoria da economia política, os autores afirmam que, num papel central da diversidade de fronteiras em disputa têm-se os conflitos sociais. De acordo com Schmink e Wood (1992), no cenário amazônico, as fronteiras em disputa estão constituídas em diferentes relações de poder, que são definidas por uma diversidade de grupos sociais que se subdividem em dois estratos: dominantes e subordinados,

fundamentados em diferentes níveis de poder. Para a autora, o poder se constitui na “capacidade de um ator impor sua vontade, com sucesso, sobre o outro” (Idem, p. 9).

Para a Schmink e Wood (1992, p. 11), “devido ao fato de que os interesses caracterizam grupos sociais diferentes e são tanto revelados quanto formados nas disputas nas quais se engajam, tais interesses são dinâmicos e sujeitos à contínua redefinição”.

Assim, quando diferentes grupos sociais negociam interesses opostos, a partir da mobilização das várias fontes de poder a suas disposições, continuam a reconstruir seus respectivos interesses, bem como, novas estratégias, conexões e alianças. O resultado favorável em uma disputa dependerá das configurações de fatores econômicos, políticos e ideológicos em que a disputa se insere (SCHMINK; WOOD, 1992)

Mediante tantas disputas, Wanderley (1996, p. 8), aponta para as dimensões mais importantes da luta dos camponeses brasileiros em busca de terra: o de “conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”. Porém, a conquista por este lugar tem levado a um intenso processo de mobilidade espacial dos agricultores. Segundo a autora este processo se apresenta com duas faces: “a esperança e o fracasso”. Nesta trajetória, o risco de fracasso sempre foi uma constante, pois, além de terem que enfrentar as dificuldades inerentes ao próprio deslocamento e à instalação, o maior desafio consiste em vencer as mesmas condições que tentavam sair, o da pobreza.

Miranda (2008), assim como Wanderley, analisa a história do campesinato brasileiro, afirmando que na história da luta pela terra, o caráter expropriador da questão fundiária no Brasil tem deixado sem terra gerações de camponeses, transformado em “herdeiros de uma história de expropriação que só tinha a deixar para os seus filhos os caminhos percorridos, suas crenças, tradições e os segredos do ofício de ser lavrador” Miranda (2008, p.189), e que o acesso a terra torna-se a esperança de reconstituírem a sua autonomia e liberdade. Porém, conforme analisado pela autora, os sonhos de autonomia e liberdade mesmo com o acesso a terra muitas vezes é desfeita mediante as dificuldades com o isolamento e a situação de pobreza encontrada. Abelém e Hébette (1998), em seus estudos, apontam a falta de direitos à cidadania de agricultores em áreas de assentamento no Estado do Pará, mostrando a precariedade das condições de habitabilidade (condições de moradia, saúde, educação, hidro-sanitárias e acesso a energia elétrica) dos mesmos. Situações estas que levaram Abelém e Hébette (1998) e Wanderley (1996) a considerar a fronteira um lugar de utopia.

4.3 A TERRA E TERRITÓRIO EM INTERAÇÃO COM A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Durante o trabalho exploratório, percebemos a importância da organização social na formação da chamada comunidade. As relações entre as unidades familiares no interior dos assentamentos aparecem com estratégias a fim de superarem parte das dificuldades enfrentadas principalmente no período inicial de sua instalação nos lotes. Pois, adquirir uma terra implica em vencer os obstáculos como a falta de recursos financeiros, a ausência de apoio do Estado e o desafio de apropriar-se da mesma e, nela construir o espaço de moradia, de trabalho e de organização das relações com outras famílias.

Percebemos então que existe uma diferença entre a terra enquanto solo, matéria física, um lote qualquer, e a terra socialmente construída por uma unidade familiar e pela chamada comunidade, estabelecendo um processo de territorialização. Num primeiro momento, intuímos que a terra enquanto matéria física, enquanto não submetida a um processo de construção e apropriação social, poderia ser objeto de venda. Já quando a terra passa a ser o território que permite a reprodução não apenas física da família, mas da autonomia do grupo social sob a perspectiva do campesinato, então, a mesma já não seria passível de venda. No PDS, observamos que a formação desse território está em curso, incipiente em alguns ramais, mais avançado em outros. Mas temos pistas, através das recorrentes entrevistas, de que prepondera um direcionamento de que todos se direcionam movidos pela busca da autonomia relativa, através do trabalho livre.

Para entender esse processo de territorialização, obtivemos apoio teórico nos estudos de Oliveira que define a noção de territorialização:

[...] como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Assim, durante a pesquisa buscamos estudos sobre identidade camponesa e os mecanismos políticos que a mantém.

Outros autores também ajudaram na reflexão sobre a questão da terra, tratando-a, em diversos esquemas conceituais, em termos de propriedade da terra enquanto

direito. Enfatizando os diversos regimes de direitos de propriedade, Schlanger e Ostrom (1992) especificaram distintas modalidades de direitos, tanto aqueles praticados de *jure* quanto de *facto*, por diversas categorias de usuários: posseiros, proprietários, donos efetivos ou meros usuários autorizados. Tais esquemas conceituais vêm sendo aprimorados ao longo dos anos, através de definições mais claras de conceitos, de escalas adotadas, atenção às instituições dos diferentes atores nessas diferentes escalas e, especialmente, a distinção entre o recurso (o bem, a terra) e a propriedade (o direito sobre o bem) (OSTROM et al., 2001).

Teoricamente, pode-se afirmar que a propriedade enquanto direito *de facto*, emanada por regras e práticas locais, é menos segura enquanto não for reconhecida pelas autoridades como direito de *jure*, emanada por leis e políticas públicas (SCHLANGER; OSTROM 1992, p. 254). No entanto, na Amazônia, observam-se casos em que posseiros mantinham suas propriedades com maior segurança sob seu próprio controle e ordem, do que quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) as regularizou instalando lotes sob projeto de assentamento, quebrando a ordem social vigente. Além disso, em estudos sobre a interação entre propriedade da terra e questões ambientais, na Transamazônica, por exemplo, registra-se que a titularidade da terra em determinados locais resultou em maiores investimentos no lote, acarretando em maior depleção dos recursos naturais existentes sobre a terra Wood; Walker e Toni (2003) e revertendo em maior insegurança quanto ao benefício inerente à propriedade integral: a terra com a floresta em cima.

De fato, observações empíricas de nosso trabalho de campo inicial sugeriram que o fato de que cerca de metade dos entrevistados estarem na Relação de Beneficiários do INCRA – etapa para a propriedade como direito de *jure* – não os diferenciou em sua relação com as leis ambientais ou com a intervenção no desmatamento, não se notando associações com menores taxas de mobilidade espacial.

Além disso, o conjunto de autores que trata da propriedade como direito de *facto*, baseado em regras locais, associa suas observações empíricas a grupos sociais relativamente consolidados, como povos e comunidades tradicionais ou grupos ocupacionais em processos de territorialização avançados. É necessário um olhar especialmente diferenciado para as áreas de reforma agrária na Transamazônica. Nos anos iniciais de assentamento em áreas destinadas à reforma agrária, as famílias provenientes de diferentes Estados e situações sociais diversas constituem grupos sociais visando uma comunidade em formação. Ainda que muitas das regras e práticas

inerentes ao campesinato estejam presentes, várias outras estão em construção ou confirmação. Assim, as regras de propriedade como direito de *facto* também carecem de consolidação.

Colocando a questão no contexto jurídico nacional, vemos na redação final do novo Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002) que, devido aos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados no Artigo 5º. Inciso XXIII da Constituição Federal de 1988, a propriedade, definida como o direito de usar, gozar e dispor de um bem é condicionada pela sua função social e ambiental. Portanto, nas situações que observamos em campo, não podemos afirmar que os chamados beneficiários da reforma agrária tenham efetivamente a propriedade da terra, no sentido de que esse direito não realizava plenamente sua função social e ambiental. A família não conseguia usar, gozar e dispor da terra de maneira que esta cumprisse sua função social de garantir vida digna em ambiente íntegro ao beneficiário da reforma agrária. Esse direito era e é dependente de uma série de condições que não se cumpriram: o fomento, habitação, crédito, informação, educação, além de outros.

Assim, em situações sociais como novos assentamentos de reforma agrária, onde nem o direito emanado das leis formais, nem o direito emanado de regras e práticas tradicionais se viabilizam, a propriedade da terra deve ser abordada como direito a ser concretizado, e abordagens teóricas que privilegiem o conceito de acesso podem oferecer suporte mais adequado que o conceito de propriedade. Ribot e Peluso (2003) fazem uma distinção entre acesso e propriedade, sendo propriedade uma das muitas formas de acesso. Os autores definem acesso como um “conjunto de poderes”, enquanto propriedade tem sido definida como um “conjunto de direitos”. “Acesso indica todos os possíveis meios através do qual uma pessoa é capaz de se beneficiar de coisas. Propriedade geralmente evoca um tipo de demanda socialmente reconhecida e apoiada em um direito, seja esse reconhecimento por lei, costume ou convenção” (RIBOT; PELUSO, 2003, p. 156). Os autores conceituam acesso num arcabouço teórico da economia política, tendo-o como resultado de relações sociais, munindo-o de flexibilidades e dinâmicas possibilitadoras de mudanças sociais. Em nosso trabalho de campo preliminar, observamos múltiplos mecanismos de acesso, e critérios de prioridades para o acesso ou para o abandono que variavam conforme a situação.

Devido à interdependência entre mecanismos de acesso, não lhes é possível impor uma hierarquia absoluta ou abstrata. As maneiras como os vários mecanismos de acesso se encaixam em momentos político-econômicos

devem ser determinados empiricamente. A análise de acessos é, por isso, o processo de identificar e mapear os mecanismos pelos quais o acesso é obtido, mantido e controlado. Além disso, como os padrões de acesso mudam com o tempo, eles devem ser entendidos como processos (BERRY 1993, LUND 1994, e PELUSO 1996, apud RIBOT; PELUSO, 2003, p. 160).

De fato, ao observarmos empiricamente as situações de mobilidade espacial das famílias e os processos de desmatamento, em um contexto de supressão de direitos e poderes, percebemos que o acesso e posterior deslocamento de segmentos desses grupos sociais ocorrem numa diversidade de situações, segundo diferentes mecanismos. Além disso, o peso sobre cada fator a acionar esses mecanismos variava a cada situação. Registramos tais situações de perdas ou transferências de direitos e de terra e, por vezes, de formação de um mercado informal de acessos associados à terra sob reforma agrária. Os registros apontaram configurações diversas e de difícil ordenamento. Buscaremos com este projeto de pesquisa, descobrir o sentido e a lógica implícita nessas múltiplas configurações, a variar nos processos em curso.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

5.1 A TRANSAMAZÔNICA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Na literatura estudada Hecht (1985), Binswanger (1991), Fearnside (2001), Laurance et al. (2002), indica-se a transferência de terras, vinculada à mobilidade espacial dos beneficiários de assentamentos, como uma das causas do avanço do desmatamento e aumento de pobreza. De fato, observa-se empiricamente que, diferente de povos e comunidades tradicionais (indígenas, seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores e outros), um significativo contingente dos chamados colonos, agricultores sem terra, imigrantes assentados em áreas consideradas sob reforma agrária, apresenta uma mobilidade espacial mais elevada, a qual tem sido associada pelos planejadores do desenvolvimento ao desmatamento. Nesse contexto, o governo tem criado Assentamentos Especiais como forma de intervir no desmatamento e, ao mesmo tempo, manter suas proposições de distribuição de terras.

Vários fatores têm sido apontados na literatura como causas da mobilidade dos agricultores familiares, vinculando-os a efeitos sobre as taxas de desmatamento. As políticas fiscais e creditícias da agropecuária empresarial e a compra facilitada de imóveis rurais por investidores e corporações, ocorridas nas décadas de 70 e 80, tanto em fronteiras como em áreas agrícolas consolidadas, foram apontadas como causas do desmatamento e da insegurança de pequenos produtores na terra. Aliada a esses fatores, a própria forma de alocação e regularização da terra para os distintos atores, desfavorecendo a agricultura familiar, já era denunciada como causa do desmatamento em grande escala, hoje já consumado em vastas extensões (HECHT, 1985 e BINSWANGER, 1991).

No final da década de 90, as consequências dessas políticas já haviam consolidado um cenário de degradação ambiental, com 552 mil km² desmatados na Amazônia, 80% dos quais sob pastagens ativas e abandonadas (FEARNSIDE, 1996). Segundo o autor, neste estágio, a distribuição legal e ordenada de terras se inviabilizara e, para remediar a situação, restaria ao governo “regularizar” as invasões, tanto por grandes empresários e especuladores quanto por agricultores sem terra, numa conivência com a chamada “indústria da desapropriação” associada à “indústria da invasão”. Nesse período, observou-se, por um lado, o fortalecimento de movimentos

sociais contra a concentração de terras e, por outro, iniciativas governamentais de reforma agrária mais orientada ao mercado, além de outros programas privilegiando a privatização, em convívio explícito com a “grilagem”. Nesse contexto, a migração intra-regional e a transferência de direitos associados à terra entre clientes da reforma agrária, devido à falta de apoio público e de liderança local adequada para as iniciativas da agricultura familiar, já eram consideradas fatores impeditivos para a redução do desmatamento (FEARNSIDE, 2001).

Em modelagens para estimativas de desmatamento futuro extrapoladas de dados históricos, Nepstad et al. (2000) e Carvalho et al. (2001) relacionaram a presença de estradas pavimentadas e não pavimentadas com a penetração crescente no interior da floresta, resultando em desmatamento intensificado pela severidade de secas. Diferindo nos procedimentos e no grau dessa extrapolação, outros autores Laurance et al. (2002) quantificaram a relação de investimentos públicos em infra-estrutura com o desmatamento, alegando também um favorecimento governamental a empreendimentos de capital intensivo que empurrariam as roças de corte-e-queima de agricultores familiares floresta adentro. Esse favorecimento às iniciativas de capital intensivo em detrimento às iniciativas de mão-de-obra intensiva promoveu o estabelecimento de conflitos sociais na fronteira (SCHMINK; WOOD, 1992).

Outros autores como, Andersen et al. (2002), utilizando modelos econômicos, indicaram lucratividade inferior da agricultura de corte-e-queima em ecossistemas ainda desconhecidos pelos colonos imigrantes, em comparação à venda da área desmatada, para subsequente conversão em pastagem. Além disso, em locais de mais fácil acesso, esses autores consideraram mais lucrativo o repasse da terra desmatada para produção de soja em economia de escala, se comparados ao alto investimento inicial e retorno a longo prazo dos cultivos perenes, inclusive florestais, atualmente incentivados pelo governo (ANDERSEN et al., 2002). Essa vantagem comparativa induziria à mobilidade espacial dos agricultores menos capitalizados.

Paralelos aos modelos em escala macro regional, investimentos de pesquisa também foram feitos a nível local e domiciliar. Dois estudos foram feitos na porção oeste da Transamazônica, em áreas mais integradas ao mercado comparativamente aos sítios estudados na presente pesquisa. No primeiro estudo, o marco conceitual Chayanoviano foi adaptado para investigar a problemática do desmatamento associado à mobilidade espacial da unidade familiar de produção. Análises estatísticas multivariadas mostraram que os anos de residência no lote, a composição etária dos membros e o

estágio no ciclo de vida da família afetam significativamente os valores da área coberta com vegetação secundária, que seriam indicadores de práticas de pousio ou lotes abandonados, associados à mobilidade espacial (PERZ; WALKER, 2002). No segundo estudo, a análise de regressões dos dados sobre variáveis sócio-demográficas e biofísicas coletados a nível domiciliar, associados a dados de sensoriamento remoto, indicaram que, na fase subsequente ao desmatamento inicial, quando prevalece a subsistência, tanto os produtos agropecuários quanto a própria terra lavrada subordinam-se aos efeitos do mercado. No entanto, os autores concluíram que a decisão sobre a venda da terra não necessariamente visa à maximização do lucro (CALDAS et al., 2007).

Estas pesquisas realizadas até o início dos anos 2000 mostram a necessidade de melhor investigar a interação entre mobilidade espacial dos agricultores familiares e o desmatamento, inserindo-a nos processos históricos das políticas públicas vigentes e das estratégias adotadas pelas famílias. Para tal objetivo, é importante considerar ações governamentais marcantes ocorridas a partir da safra florestal de 2004-2005, quando foram temporariamente suspensas as autorizações para exploração madeireira. Porém, com a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284, de 2 de março de 2006) intensifica-se o rigor a proibição de assentamentos de reforma agrária convencionais em áreas com cobertura florestal primária. Apesar da inércia dos processos agropecuários e florestais associados ao desmatamento em curso, tais ações provocaram profundas alterações no cotidiano dos órgãos governamentais, do empresariado envolvido e das sociedades locais, inclusive agricultores familiares.

Contemporâneas à incorporação dessas novas regras ambientais, ocorreram operações de fiscalização florestal e intensificaram-se debates sobre mercados de carbono e discursos ambientalistas de variadas estirpes. Porém, no atual estado, observamos empiricamente que tais ações associadas a uma preocupação ambiental representam apenas uma das faces de um modelo de desenvolvimento, cuja outra face se expressa através dos contínuos incentivos a cultivos industriais e agropecuários associados à economia globalizada, ao extrativismo empresarial predatório e a obras de infra-estrutura como barragens hidrelétricas e projetos de mineração articuladas a ações governamentais federais como o Avança Brasil e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse conjunto contraditório firma-se através de políticas e programas que, tanto pelo lado desenvolvimentista quanto pelo lado ambientalista,

desfavorecem a integridade do direito a terra, segundo a concepção camponesa expressa pelos agricultores familiares entrevistados.

Assim, mesmo em estudos realizados após a execução mais rigorosa de normativas de cunho ambiental e a criação da Lei de Gestão de Florestas Públicas em 2006, Pacheco et al. (2009), verificam que persiste um desencontro entre as regulamentações ambientais e as necessidades dos grupos locais em relação ao uso de suas terras e da floresta. Em estudo realizado tanto em áreas já regularizadas, a exemplo de Projetos de Assentamento Agroextrativista e Projetos de Assentamento, quanto em áreas em que se propõe um PDS, na Transamazônica e no Baixo Xingu, verificou-se que o formato do instrumento da regularização fundiária não tem implicações significativas sobre a forma efetiva de uso dos recursos naturais, nem sobre os ganhos econômicos decorrentes desse uso. Os recursos protegidos foram aqueles que as comunidades já vinham protegendo na prática. Os autores concluem que a regularização fundiária não tem ajudado tampouco a melhorar a seguridade da posse da terra. Faz-se necessário, portanto, que as famílias tenham não somente o domínio sobre a terra, mas também, condições necessárias para fazer com que a terra cumpra com sua função social.

De toda maneira, é também fato que, seja devido às políticas governamentais, seja devido às variações nos mercados nacional e internacional de commodities associadas ao desmatamento amazônico (soja e madeira ilegal), ou a combinação entre ambos, 2009 e 2010 apresentaram reduzida e celebrada taxa de desmatamento (Figura 2).



(a) Média entre 1977 e 1988, (b) média entre 1993 e 1994 e (d) taxa estimada

Figura 2: Taxas de desmatamento anual no Estado do Pará e Amazônia Legal (1988-2009).

Fonte: INPE, 2009.

Assim, com a relativa contenção à extração madeireira ilegal por parte do empresariado a partir de 2004, parte da atenção às causas do desmatamento foi enfocada nas áreas de assentamento para a reforma agrária. Apesar de que o abandono e/ou transferência de direito à terra já viessem sendo estudados Campari (2002), encontrando-se na Transamazônica assentamentos com mais de 75% dos lotes sem seus beneficiários originais Ludewigs et al. (2009), a associação entre esse processo de mobilidade espacial e o desmatamento nos assentamentos de reforma agrária evidenciou-se e tornou-se alvo de ações inter-ministeriais. Observações empíricas realizadas pela autora em 2007 e 2008, na Transamazônica, indicaram que o cumprimento das regras ambientais passou a ser objeto de maior fiscalização por parte dos órgãos governamentais responsáveis a partir de meados de 2000. Assim, assumimos preliminarmente que com a intensificação das intervenções no desmatamento surgiram novas questões sobre a permanência dos agricultores na terra que ocupam, e sobre os efeitos na mobilidade espacial de suas famílias.

5.2 COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA

Considerada pela sociedade e governo brasileiros como “atrasada” na década de 1970, a Amazônia brasileira, com uma vasta dimensão territorial e um imenso potencial de recursos naturais e minerais, desponta como uma alternativa ao desenvolvimento econômico do país, a ser inclusa à modernidade.

Como parte dos objetivos geopolíticos propostos pelo governo militar, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN) através do Decreto Lei Nº 1.106 Brasil (1970), caracterizando a abertura de grandes eixos rodoviários, dentre eles, a Transamazônica. No ano de 1969, o governo militar Presidente Médici anuncia o início da abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230), e como marco da iniciativa, derrubou-se uma castanheira onde foi colocada uma placa de inauguração em seu tronco (GOMES, 1972).

Em um discurso do presidente Médici no ano de 1970, o general deixou claros objetivos:

A política de meu governo na Amazônia está voltada prioritariamente para realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização. Em síntese: ou crescemos todos os brasileiros, ou nos retardamos indefinidamente por crescer. E, como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional – PIN terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso do Brasil (Presidente Médici apud GOMES, 1972, p. 12).

Neste período, o governo investiu num programa de ocupação e distribuição de terras na Amazônia brasileira, dentro de um discurso nacionalista expresso no lema “terra sem homens para homens sem terra” (HÉBETTE, 2004g, p. 278).

Através do programa de colonização, o Governo pretendia até o ano de 1974, instalar 100.000 famílias ao longo da rodovia Transamazônica Hébette (2004g.), mas tal índice não foi alcançado, pois, entre 1970 e 1979, apenas 40.000 famílias foram contempladas com terras pelo programa de colonização.

O projeto de loteamento da Rodovia Transamazônica BR-230 (PICs Altamira, Marabá e Itaibuba) obedeceu ao esquema conhecido como “espinha de peixe” onde, a cada cinco quilômetros na margem da rodovia Transamazônica foi aberta uma estrada denominada de vicinal, que daria acesso a outros lotes. Nos 10 primeiros quilômetros da vicinal foram cortados lotes com 100 ha e, a partir desses 10 km, as glebas de 500 ha. Os lotes cortados ao longo da rodovia Transamazônica assim como nos 10 primeiros quilômetros das vicinais (estrada lateral) possuíam tamanhos de 100 ha, com 500 metros de frente e 2000 metros de fundo, enquanto que nas vicinais os lotes de 100 possuíam 400 metros de frente por 2500 de fundo (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

De acordo com Sablayrolles e Rocha (2003), no planejamento de infraestrutura para o plano de ocupação estabelecido pelo INCRA, havia três tipos de núcleos urbanos: 1) as rurópolis, denominadas cidade pólo, a exemplo da cidade de Altamira, que sediava os principais setores de serviço (administração regional, bancários e comércios de atacado); 2) as agrópolis, que mais tarde transformaram-se em municípios (exemplo: Medicilândia, Brasil Novo, Anapu) onde deveriam estar a prestação de outros serviços como a assistência técnica e comércio; e 3) as agrovilas, localizadas a cada 10 ou 20 km de distância uma da outra, onde deveria estar presentes os serviços mais periféricos.

Quanto ao esquema de distribuição de terras, as famílias que vinham da região nordeste do país e representavam um terço dos recém chegados, foram colocados a margem do processo de distribuição formal de terras. Essas famílias foram instaladas nos lotes de solos menos férteis na porção leste da rodovia, enquanto no sentido oeste

do PIC Altamira onde se concentram os solos de melhor fertilidade, a exemplo do município de Medicilândia, o INCRA concentrou os migrantes da região sul do país, os chamados “sulistas”,³ geralmente mais capitalizados (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). De acordo com Hébette (2004g), os colonos da região sul do país eram vistos pelo programa de colonização como agentes de introdução de técnicas de produção mais sofisticadas, sendo capazes de transmitir tais técnicas para os colonos “nordestinos”, considerados mais pobres e tecnologicamente atrasados.

Como incentivo nessas áreas de colonização, o INCRA, além apoiar programas de créditos e assistência técnica, disponibilizou título dos lotes, construiu casas de madeira nas propriedades e fomentou parte dos custos durante o primeiro ciclo agrícola. Para que o colono recebesse o título definitivo de posse da terra, o INCRA exigia desmatamento de parte da terra recebida e o início das atividades agrícolas. Mesmo com o código florestal vigente para a região Amazônica, que permitia a abertura de 50% da área do lote, devendo o colono manter os outros 50% constituído como reserva legal, pouco se cumpria tal lei, uma vez que os colonos recebiam incentivos do próprio INCRA para que ampliassem suas áreas agrícolas e os órgãos de fiscalização não se faziam presentes.

Mesmo sem ter atingido as metas previstas pelo governo federal, no ano de 1974, o projeto de colonização dirigida foi abandonado, ficando o INCRA responsável apenas pela regularização fundiária das terras públicas da União. O Instituto deixou tanto de incentivar o assentamento de colonos na Transamazônica como de efetuar os necessários apoios, ficando as famílias recém chegadas a mercê da própria sorte. Por outro lado, o governo federal continuou oferecendo aos grandes latifundiários uma série de incentivos, dentre eles os incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Favoreceu-se a apropriação subsidiada de terras na Amazônia Becker (1998) e conseqüentemente a intensificação no desmatamento, pois grande parte dos incentivos financeiros era destinada à exploração da madeira e/ou a projetos agropecuários. A SUDAM, além de liberar os recursos e fiscalizar os empreendimentos beneficiados, também possuía a obrigação de analisar e aprovar projetos. Assim, foi responsável, entre os anos de 1991 e 1999 por concentrar cerca de 26,5% dos financiamentos destinados à Amazônia, sendo que, dos 732 projetos aprovados, 287

³ Parte dos migrantes chamados “sulistas” eram originalmente oriundos do Nordeste do país, porém com trajetórias por estados da região Sul.

desses foram para o Estado do Pará (SAUER, 2005). Vários desses projetos foram aprovados para implantação nas terras hoje regularizadas como o PDS de Anapu.

Mesmo sem apoio governamental, assistiu-se na região da Transamazônica até os anos 1980, um rápido crescimento no número de agricultores familiares. Esta se deu através da ocupação espontânea de novas áreas, geralmente ao longo das vicinais constituídas por solos de média e baixa fertilidade, onde o acesso à estrada principal era dificultada pela precariedade das estradas vicinais.

A partir de 1990, assiste-se a estabilização da população na região da Transamazônica, mas com a continuidade no processo de migração intra-regional. A instalação de várias indústrias madeireiras na região da Transamazônica favoreceu a continuidade de ocupações espontâneas ao longo das estradas abertas pelas referidas empresas, que davam continuidade as vicinais abertas no período da colonização através da intrusão em áreas de florestas públicas em terras da União.

Assim, durante os anos 1990 até meado de 2000, na região da Transamazônica assistiu-se tanto o processo de ocupação espontânea de terras da União por agricultores familiares, como a concentração fundiária por madeireiros que, na maioria das vezes também eram fazendeiros (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Neste período, constatou-se no Estado do Pará uma das mais elevadas taxas no desmatamento. Alencar et al. (2004), ao fazer uma correlação entre o aumento do rebanho bovino e a área total desmatada nos Estados da Amazônia Legal, dentre eles o Pará, concluiu que, a pecuária é uma das principais atividades responsáveis pelo aumento da taxa no desmatamento. Atividade esta que se expandiu não somente pela rentabilidade na comercialização da carne no mercado doméstico e internacional, como também, pelos créditos subsidiados e especulação da terra. Cabe destacar que, embora a pecuária na agricultura familiar tenha também se expandido principalmente nos anos 1990, através de créditos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), a maior expansão tem ocorrido nas áreas de grandes latifundiários (ALENCAR et al., 2004).

Quanto ao processo de regularização fundiária das áreas da União ocupadas de forma espontânea por agricultores familiares, só foram regularizadas após reivindicação e pressão dos movimentos sociais locais sobre o INCRA. Até os anos 1990, o INCRA regularizava as áreas mediante a criação de assentamentos tradicionais, os conhecidos PAs, modalidade de regularização fundiária em vigor no Brasil desde 1970, como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. Mesmo após algumas tentativas do governo de regularizar as posses na região, estima-se que grande parte dos assentamentos tenha

algum tipo de irregularidade fundiária. Outros problemas ocorridos após a criação de assentamentos no município de Altamira são: a comercialização informal de terras; e a concentração fundiária por fazendeiros e empresários da região, conforme relatado por um técnico do INCRA do município de Anapu.

Assim, o INCRA, mesmo regularizando as áreas através da criação de assentamentos, áreas essas que na maioria das vezes apresentam cenários de disputas entre diferentes atores, logo em seguida, devido ao abandono desses assentamentos, assiste-se novamente a concentração fundiária com conseqüente avanço no desmatamento, em áreas específicas.

No atual contexto de preocupação mundial sobre o desmatamento, seus efeitos sobre a população em geral e mudanças climáticas globais, as desastrosas conseqüências ambientais e sociais das políticas de “desenvolvimento” do governo militar passam a ser refletidas. As novas políticas passam a ser debatidas por diferentes categorias, dentre elas, os movimentos ambientalistas e sociais locais. Assim, mediante a pressão internacional e da sociedade civil organizada, as novas políticas ambientais e fundiárias passaram a integrar novas regras de intervenção no desmatamento, dentre elas, a criação de novas modalidades de assentamentos, como o PDS.

Porém, mediante as ambiguidades entre as políticas ambientais e da chamada reforma agrária, alguns setores da sociedade civil organizada, a exemplo de grupos de agricultores, empregados de madeireiras e empresários vêm contestando as novas políticas ambientais. Uma das medidas questionadas pelos agricultores dos assentamentos é a determinação de 80% das áreas como reserva legal de seus lotes que geralmente possuem tamanhos entre 100 e 50 ha. Segundo esses agricultores, em função do modo de produção atualmente praticado na região, a referida legislação ambiental dificilmente será respeitada dentro dos assentamentos. Assim, a destinação de áreas de florestas públicas na Amazônia para fins da chamada reforma agrária e a seguridade da legislação ambiental aparecem como contraditórias. Segundo os agricultores entrevistados, este é um dos fatores que tem dificultado a consolidação dos assentamentos na Amazônia Legal.

5.3 O CONTEXTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA TRANSAMAZÔNICA

A agricultura familiar na região da Transamazônica conta com sistemas de produção diferenciados articulando-se três elementos principais: os cultivos anuais (atualmente mais para garantia do consumo familiar), os cultivos perenes (principalmente, cacau, café e algumas fruteiras) e o gado bovino. As pequenas criações (principalmente aves e suínos) têm menor relevância do ponto de vista financeiro no mercado, mas são importante fonte de proteínas e de regulação financeira principalmente nos momentos de maiores dificuldades enfrentado pela família. A combinação destas atividades e a predominância de um desses elementos levam a sistemas diversificados ou, por outro lado, à especialização, como a pecuarização pela implantação de extensas áreas de pastagem causando a predominância e dependência econômica da criação bovina (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

O cacau, introduzido na região desde 1973, é incentivado a partir de 1976 através da CEPLAC, com o programa PROCACAU, que propõe créditos de implantação subsidiados. Desde esta época convencionou-se, pela assistência técnica, indicar e apoiar o cultivo do cacau apenas em terra roxa estruturada (que corresponde a menos de 5% do território da Rodovia Transamazônica, trecho Pacajá – Itaituba, de acordo com (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Embora o cacau, mais exigente em fertilidade, tenha melhor desenvolvimento e produtividade em solos de terra roxa estruturada, os agricultores da região praticam o cultivo em outros solos de menor fertilidade natural, ainda que apresentem menor produtividade, pois este já tem mercado consolidado, na ausência de mercado para outros produtos.

Devido à atual estabilidade nos preços do cacau, verificou-se nos últimos anos o aumento significativo de plantios de cacau em propriedades de agricultores localizadas em áreas de solos considerados pela CEPLAC como não apropriados para a referida cultura. Solos estes, que oferecem limitações de natureza química além de impedimentos físicos naturais (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

A partir dos anos 2000, com a melhoria dos preços do cacau no mercado nacional e internacional, simultaneamente à instabilidade do preço do gado bovino e do café na região da Transamazônica, ocorre a expansão da atividade cacaeira. Na Figura 3, podemos observar a variação de preço da amêndoa do cacau entre os anos de 1995 - 2008.

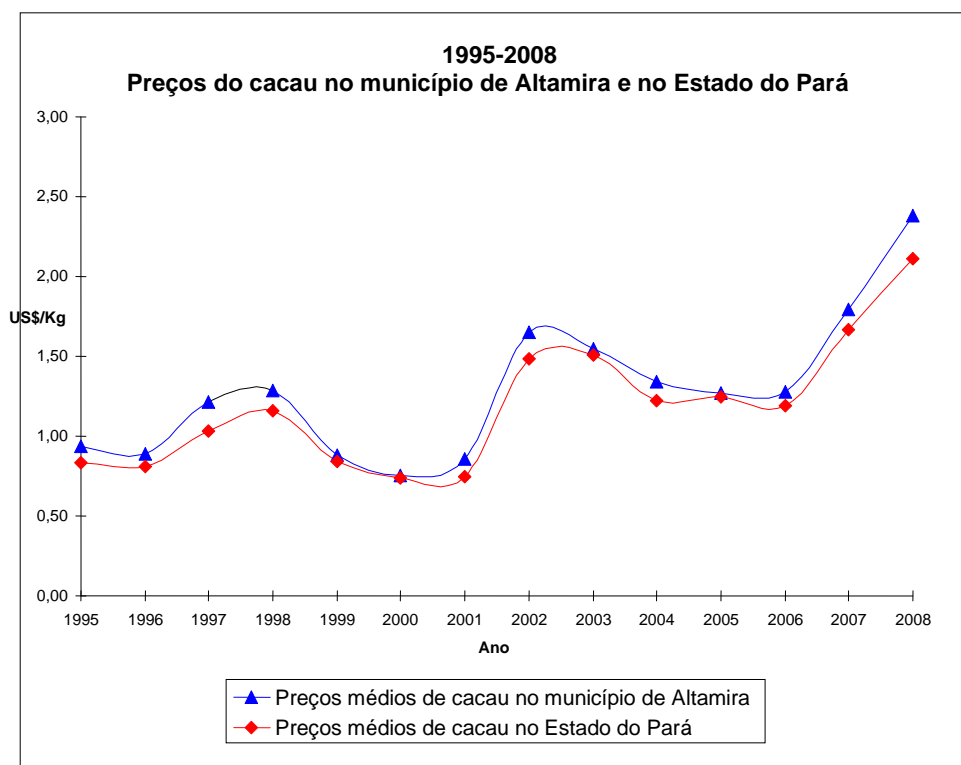


Figura 3: Variação do preço do Kg da amêndoa do cacau entre os anos de 1995 – 2008. Fonte: CEPLAC/SEREX, 2008⁴.

Assim, o mercado da região tem influenciado de forma direta na combinação das atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores. Apesar de tais influências, Roy (2002) questiona os programas políticos de governo voltados para a agricultura familiar, em relação principalmente aos créditos agrícolas, verificando que esses programas são construídos sobre a pressuposição da existência do agricultor familiar de mercado, não considerando uma quantidade significativa de agricultores cujas atividades de produção, mesmo estando ligadas ao mercado, são orientadas para a reprodução da família e não para o lucro monetário. Esses agricultores familiares não se encontram apenas nos lotes da colonização, mas também nos assentamentos.

⁴ Tabela de preços mensais médios pagos a produtores da Amazônia, 1982 a 2008. Dados não publicados obtidos em caderno de anotações do extensionista Sr. Gilson Brandão do Serviço de Extensão Rural da CEPLAC, Núcleo Regional de Extensão Rural da Transamazônica.

5.4 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO E A QUESTÃO DO DESMATAMENTO

A colonização, como vimos na primeira seção, não deu conta de “fixar” os imigrantes, tanto pela área não suficiente para os descendentes, quanto pelas dificuldades em se estabelecer economicamente, como vimos na seção 5.2. Assim, tanto os imigrantes pioneiros como outros recém chegados, demandaram novos assentamentos.

A Transamazônica, além da “espinha de peixe” formada pelos lotes de 100 ha do esquema de colonização iniciado nos anos 70, ao longo da rodovia e das estradas secundárias, é hoje ladeada por áreas sob diferentes modalidades fundiárias: além dos PDS e convencionais PAs e suas expansões, temos as Unidades de Conservação Federais e Estaduais e, sobretudo, as Terras Indígenas.

De acordo com Sablayrolles e Rocha (2003), a expansão de ocupação espontânea de novas zonas durante os anos 90, tanto pelos agricultores familiares nordestinos excluídos do processo de colonização, como por sem-terra vindos principalmente da região Nordeste do país, que seguiam as aberturas de estradas feitas por madeireiros ilegais para a exploração de florestas nos fundos das vicinais e assentamentos em glebas estaduais e da União, sob complacência do INCRA, culminou em fortes demandas por parte do movimento social organizado para a criação de novos projetos de assentamentos.

Simultaneamente, os incentivos à pecuária extensiva e a leniência à exploração ilegal da madeira e grilagem permitiram concentração ilícita de riquezas, especialmente terras e recursos florestais. Por outro lado, o abandono dos pequenos produtores imigrantes pelo poder público e sua vulnerabilidade ante um setor privado inseqüente geraram uma espiral de empobrecimento. Ambos os processos resultaram na degradação das terras ao longo da rodovia, na insustentável intrusão floresta adentro e na crescente insegurança quanto à propriedade da terra – inclusive em áreas designadas como de reforma agrária.

Assim, nos anos subseqüentes, além dos convencionais projetos de assentamento, novos instrumentos de regularização fundiária com prepostos ambientais foram criados: projeto de assentamento extrativista (PAE), PDS, e projetos de assentamento florestal (PAF). Assim também, novas Unidades de Conservação foram criadas incorporando prepostos sociais: reservas extrativistas (RESEX), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), além de florestas nacionais (FLONA) e florestas

estaduais (FES). Contemporâneas a estes instrumentos de regularização fundiária, várias políticas e programas regularizando o acesso e uso dos recursos florestais existentes nestas áreas foram determinadas em virtude das preocupações associadas às mudanças climáticas. Em junho de 2010, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) detectou 172 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, correspondendo a 67% no Pará, seguidos dos estados do Amazonas (13%), Mato Grosso (10%), Rondônia (8%), Acre (1%), Roraima (0,5%) e Tocantins (0,5%). Em comparação ao ano de 2009, a taxa de desmatamento de 2010 sofreu uma elevação de 15% (HAYASHI et al., 2010).

Em relação à situação fundiária e à taxa de desmatamento para o mês de junho de 2010 (Tabela 2), constatou-se que cerca de 70% ocorreu em áreas privadas ou sob outras formas de posse. Seguido dos Assentamentos das áreas chamadas reforma agrária, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Tabela 2: Desmatamento por categoria fundiária em junho de 2010 na Amazônia Legal.

Categoria	Km²	%
Assentamento de Reforma Agrária	28	16
Unidades de Conservação	18	11
Terras Indígenas	6	3
Privadas, Posse & Devolutas	120	70
Total (Km ²)	172	100

Fonte: Imazon/SAD, 2010, compilado por Hayashi, et al., (2010).

Os dados nos mostram que o Pará continua ocupando a incômoda posição de líder do desmatamento em toda a região Norte. Quanto aos municípios mais desmatados, sete estão localizados no Pará, quatro desses, na Rodovia Transamazônica (Altamira, Anapú, Pacajá e Uruará) (Figura 4).

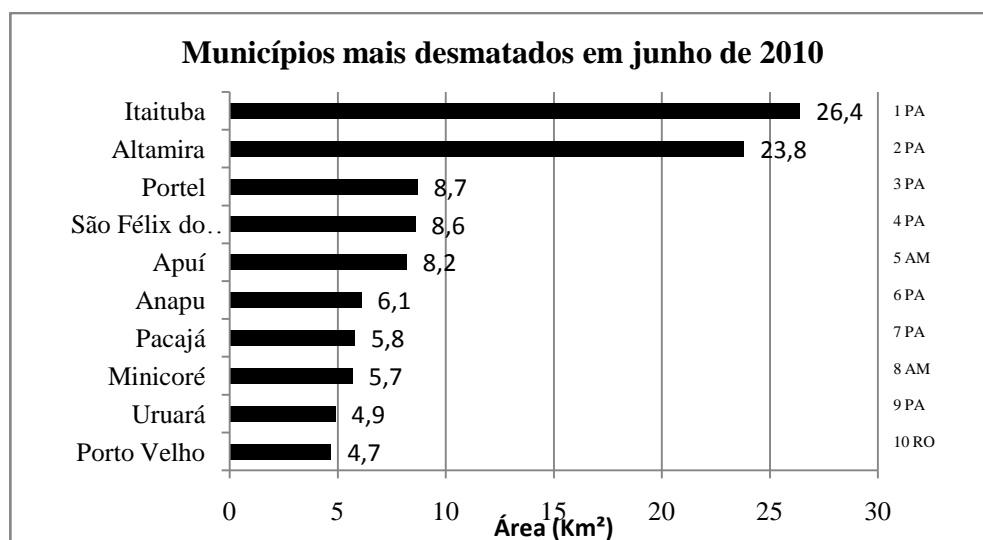


Figura 4: Municípios mais desmatados em junho de 2010

Fonte: Imazon/SAD, 2010, copilado por Hayashi, et al., (2010).

Mediante a diversidade de situações rurais na Amazônia e, mais recentemente, os resultados de desmatamentos em áreas de assentamentos convencionais, o poder público busca regularizar áreas já ocupadas, com a criação de modalidades de assentamentos especiais por apresentarem maior rigor nas questões ambientais.

De acordo com a sistematização de Pacheco et al. (2009) para a região da Transamazônica e do Baixo Xingu, a soma das áreas de unidades de conservação e terras indígenas representam o maior montante das áreas regularizadas, correspondendo a 82% do total. Dentre as modalidades que constam no Programa de Reforma Agrária, os PDS aparecem em primeiro lugar e as Reservas Extrativistas - RESEX em segundo lugar, conforme podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3: Assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Baixo Xingu.

Modalidade	Área (ha)	%
Projeto de Assentamento (PA)	1.270.702	5,6
Projeto Integrado de Colonização (PIC) Altamira	1.319.500	5,8
Projeto de Assentamento Coletivo (PAC)	176.239	0,8
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	1.590.442	7,0
Reserva Extrativista (RESEX)	1.135.278	5,0
Floresta Nacional (FLONA)	689.012	3,0
Estação Ecológica (ESEC)	3.373.110	14,8
Floresta Estadual do Iriri (FES)	440.493	1,9
Parque Nacional (PARNA)	445.392	1,9
Terras Indígenas	12.411.456	54,3
Área total	22.851.624	100,0

Fonte: INCRA, IBAMA e FUNAI (2007), compilado por Pacheco et al., (2009).

Neste contexto fundiário e de transformações ambientais, iniciamos nossa pesquisa sobre os efeitos da interação entre as intervenções no desmatamento via regularização fundiária e a mobilidade espacial de unidades familiares de produção, a partir de uma análise comparativa entre duas modalidades de regularização fundiária associadas à chamada reforma agrária: o PA Itapuama e o PDS Anapú. Ambas as modalidades contemplam aos beneficiários direitos a infra-estrutura, programas de crédito, assistência técnica e social e outros previstos no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

6. ESTUDO COMPARATIVO: A MOBILIDADE ESPACIAL DAS FAMÍLIAS NOS ASSENTAMENTOS ESPECIAIS E CONVENCIONAIS

6.1 ASSENTAMENTOS CONVENCIONAIS

O PA é uma modalidade de regularização fundiária em vigor no Brasil desde 1970 e hoje faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. No município de Anapu, o primeiro PA foi criado em 1997 (PA Grotão da Onça). O PA constitui uma modalidade de regularização individual a ser aplicada em terras arrecadadas, desapropriadas ou compradas pelo governo federal. Na jurisdição do INCRA onde se localizam os sítios de pesquisa, os primeiros PAs foram criados entre as décadas de 1980 e 1990 (1º PA: Surubim – Medicilândia 1988). O lote entregue ao beneficiário individual ou à unidade familiar tem no máximo 100 hectares, onde o beneficiário deve residir e exercer atividades rurais, para receber o Título de Propriedade Individual. O chamado assentado é emancipado quando se concretiza satisfatoriamente o Plano de Desenvolvimento do Assentamento a ser promovido pelo órgão competente, o INCRA. Em tese, este deve estabelecer e assegurar a implementação das regras de uso dos recursos naturais, principalmente os florestais. De acordo com a Norma de Execução do INCRA nº 37 de 30/03/04, para o reconhecimento de um PA é necessária Licença Ambiental (LA) prévia expedida pelo órgão ambiental competente. Porém, a nível nacional, menos de 10% dos assentamentos contam com LA, como é o caso do PA Itapuama e sua expansão. (BARRETO, 2007)

A Expansão do PA Itapuama, também conhecida como Área Naufal, é constituída por uma área de 128.760 hectares, com início após a travessia do Rio Ituna, localizada entre os municípios de Altamira e Senador José Porfírio, formada pelas comunidades Transunião, Virgílio Pereira, Bom Jesus, Crisostomos e Acesso I, II e III. Esta área situa-se na gleba Ituna, limites com as terras indígenas Koatinemo, Trincheira Bacajá, Terra indígena Maia, Igarapé Ituna e Rio Xingu próximo das corredeiras do Espelho. Assim como em várias regiões da Amazônia brasileira, constituía-se em uma área de grilagem (SOUSA, 2006).

No ano de 1982, o INCRA iniciou a discriminatória da área conhecida por Área Naufal. Desde essa época já havia famílias de agricultores posseiros ocupando a região, principalmente nas terras mais próximas do rio Xingu e Ituna. De acordo com

Sousa (2006), em janeiro de 2000, técnicos do INCRA e lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira fizeram uma pré-topografia da área “assentando” cerca de 300 famílias, respeitando o direito das que já ocupavam lotes de até 300 hectares e que comprovavam a posse pelo uso da mesma. As famílias assentadas de forma “dirigida” pelo INCRA mediante uma lista de beneficiários da Reforma Agrária, parte era oriunda do Garimpo Madalena, que estava ilegalmente em área indígena e parte eram famílias oriundas principalmente da cidade de Altamira e de outros municípios vizinhos, onde desempenhavam diversas atividades, principalmente como diaristas para fazendeiros e para colonos ao longo da Rodovia Transamazônica.

Apenas em 2004 foi descoberto que a referida área, hoje constituída pela Expansão do PA Itapuama, tinha um registro no cartório de Altamira, em nome do suposto Eduardo Pessoa Naufal, que já a teria desmembrado e repassado para outros, entre eles, Davi Resende, que vinha mantendo até o período pesquisado uma picada subdividindo uma área de aproximadamente 50.000 hectares. Para buscar soluções negociadas para a situação fundiária da área, no ano de 2004, foram realizadas várias reuniões e audiências públicas (BARRETO, 2007).

Mas, foi descoberto um termo judiciário da Comarca de Altamira, no qual constata que o INCRA já tinha adquirido, através de processo expropriatório, uma área de 133.621,15 hectares no município de Senador José Porfírio, mediante indenização realizada pela União ao pretense proprietário Eduardo Pessoa Naufal. Logo após tal descoberta, por determinação do INCRA, foi expandido o PA Itapuama sobre a denominada Área Naufal (BARRETO, 2007). Importante destacar que a expansão do PA Itapuama ocorreu sobre áreas de florestas primárias após a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas em 2006 (Lei 11.284), que determina a proibição de criação de assentamentos convencionais, como PA.

Após o decreto da Expansão do PA Itapuama, as famílias foram oficialmente assentadas, mas os lotes ainda dependem da demarcação a ser efetuada pelo INCRA. Outros problemas enfrentados pelas famílias são: a ausência de estradas; dificuldades no acesso às políticas de crédito; falta de assistência técnica; escolas precárias com ensino somente de 1ª a 4ª série com salas multi-seriadas, localizadas em pontos distantes, o que dificultam o acesso a muitos filhos de agricultores; e ausência de postos de atendimentos à saúde.

6.2 ASSENTAMENTOS ESPECIAIS

O município de Anapu, como em muitas regiões da Amazônia brasileira, é marcado por um processo de lutas sociais na tentativa de amenizar os conflitos provocados pelas ações de grilagem de terras para exploração predatória dos recursos naturais, determinadas principalmente por grandes fazendeiros e empresas madeireiras. Uma conquista adquirida a partir dessas lutas foi a criação do PDS Anapu, de acordo com a Portaria do INCRA SR01-Nº39 de 13 de novembro de 2002, que reduziu as ações desses agentes no interior destas áreas. Mas para melhor entendermos os fatores que levaram à criação do PDS Anapu não devemos deixar de considerar as políticas fundiárias desde o período da colonização oficial do governo militar.

Localizado na região sudeste paraense, micro região de Altamira, os imigrantes que hoje compõem o município de Anapu, atualmente com 20.242 habitantes (IBGE, 2010), iniciaram seu processo de ocupação em 1972, através da colonização oficial e, em 1995, obtiveram sua emancipação.

O processo de ocupação do município de Anapu começou no início da década de 1970 e merece destaque, por fazer parte do 2º pólo de colonização da Transamazônica (região compreendida pelo trecho Marabá-Altamira). Neste segundo pólo, diferentemente do primeiro, o processo de ocupação desde o início se deu de forma espontânea, onde o papel do governo se restringia apenas à demarcação dos lotes de 100 ha às margens da Rodovia Transamazônica e de glebas de 3.000 ha ao fundo das vicinais, destinadas a fazendeiros mais capitalizados, mediante ao Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), que deveriam torná-las produtivas.

Já o primeiro pólo, compreendido pelo trecho Altamira – Rurópolis, recebeu maior atenção do governo, a exemplo do município de Medicilândia localizado a 90 km de Altamira, que recebeu atenção diferenciada no que diz respeito à assistência técnica pela Empresa de Assistência Técnica (EMATER), em especial da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), por se tratar de uma área com solos apropriados ao cultivo do cacau. Além do incentivo à implantação da cultura do cacau, os colonos também receberam incentivos ao plantio do café e pimenta-do-reino. Outro elemento propulsor do desenvolvimento foi a implantação do projeto canavieiro, do qual fazia parte uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar e produção de álcool: o Projeto Abraham Lincoln (Projeto PACAL). Essa atenção à agricultura familiar não ocorreu em Anapu. Ao contrário, enfocou-se o apoio aos empresários.

A aprovação de vários projetos de créditos agropecuários pela SUDAM, no início da década de 1990 a fazendeiros que em sua maioria também eram empresários madeireiros, transformou Anapu em um palco de grilagem de terras e conflitos agrários. Grandes áreas da união sofreram apropriação indevida para a exploração madeireira, implantação de grandes áreas de pastagens, com captação de créditos. Assim, mediante a intensificação dos conflitos e conseqüente avanço no desmatamento, os movimentos sociais de Anapu, sensíveis à condição social da classe camponesa, decidiram no ano de 1995 reivindicar aos órgãos governamentais a garantia do direito à terra a centenas de agricultores familiares sem terra.

O primeiro passo importante na luta pela terra em Anapu se deu no ano de 1997, mediante o registro oficial no INCRA, sob o nº 54100.002349/00-97 (BRASIL, 2005), que se constitui no pedido dos movimentos sociais de Anapu liderado pela missionária irmã Dorothy Stang. Eles solicitaram duas áreas a serem destinadas ao assentamento de agricultores familiares, alegando que viriam a praticar suas atividades com atenção especial à conservação dos recursos naturais. De acordo com Giovane Guzzo, ex-presidente da ASSEEF⁵, foi elaborada uma carta pelos movimentos sociais de Anapu, onde se apresentava uma proposta que incluía 45 lotes de 3.000 ha, sendo 24 na Gleba Belo Monte e 21 na Gleba Bacajá. Considerando que do total de 45 lotes, 21 já haviam sido revertidos para o patrimônio da União no mesmo ano de 1997. Quanto aos outros 24 lotes, esses encontravam-se em fase de cancelamento das licitações devido aos licitantes não terem cumprido as cláusulas do CATP. Cabendo destacar que os referido lotes encontravam-se licitados, mas não alienados, continuando assim, a pertencerem às terras da União (BRASIL, 2005).

Mediante a abertura de processo em 1998 foi solicitado pelo INCRA o recadastramento das terras de Anapu, com concretização no ano de 1999. Como resultado do levantamento foi aferido que os lotes pleiteados eram grandes e improdutivos. Dos lotes pleiteados no ano de 1997, três da Gleba Belo Monte no ano de 1998 já se encontravam ocupados com várias famílias (BRASIL, 2005).

Conforme relata Giovane Guzzo, ex-presidente da ASSEEF, a proposta inicial apresentada pelo movimento social local e discutida com a participação do INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

⁵ A ASSEEF é uma organização que foi criada com a assessoria da Irmã Dorothy Stang com fins ecológicos, econômicos e sociais. Como objetivo econômico, o de contribuir na elevação da renda familiar através da ligação direta entre a produção, processamento e comercialização de frutas.

(IBAMA), CNS e CNPT era o da criação de uma Reserva Extrativista sobre as áreas pretendidas, mas, devido essas não atenderem aos critérios do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), como a não existência de populações tradicionais, optaram pela criação de uma nova modalidade de assentamento, o PDS.

A modalidade PDS foi criada pela Portaria n° 477/1999, sendo uma modalidade de regularização comunal da terra através de concessão de uso, inicialmente **destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental** em áreas de preservação ambiental com a supervisão e orientação do INCRA, IBAMA, órgão estadual ou municipal de meio ambiente ou organização não-governamental previamente habilitada. Assim como no PA, no PDS também se requer a Licença Ambiental prévia e deve ser feito um Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

No entanto, até mesmo os agentes governamentais entrevistados reconhecem as dificuldades de se efetivar a fiscalização e implementar as regras florestais. Além disso, apreende-se um certo fatalismo, acreditando-se que colonos – diferentemente de povos e comunidades tradicionais – não lograrão cumprir tais regras. Entrevistados alegam os fracassos do PDS ao fato de que a Portaria de criação do instrumento PDS, que era originalmente pensada para “populações extrativistas”, foi modificada sem o devido estudo e debate público. A Portaria INCRA 477 de 1999 que criou o PDS foi modificada pela Portaria INCRA 1040 em 2002, ampliando a destinação de terras públicas com cobertura florestal para “populações não extrativistas ou não tradicionais”:

Art. 3º Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos, para as populações que já exercem **ou venham a exercer atividades extrativistas** ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental, com supervisão e orientação do INCRA, IBAMA, órgão estadual ou municipal de meio ambiente ou organização não-governamental - ONG previamente habilitada.(PORTARIA INCRA Nº 1.040, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002 (D.O.U. de 12/12/02, grifo nosso). Assim, mediante a alteração no Art. 3º, os potenciais beneficiários de reforma agrária puderam ter direito de acesso a terra sob cobertura florestal, independente de serem extrativistas como pré-condição.

A ocupação das terras hoje designadas como PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança, não foi dirigida pelo Estado, e sim, através do forte apoio da Igreja Católica local, através da irmã Dorothy Stang da Congregação de Notre Dame de Namur, e então

membro da Comissão Pastoral da Terra. Também neste caso, houve vários conflitos com pecuaristas e madeireiros que pretendiam as mesmas glebas. Assim, mediante as intensas lutas travadas pelos movimentos sociais locais apoiados pela referida religiosa, no ano de 2002 foi criado os PDS de Anapu (Portaria/INCRA/SR-01(1)/Nº39/2002, 13 de novembro de 2002).

O PDS Anapu é dividido em: 1) PDS Esperança situado a Rod. BR 230 Transamazônica km 140 sul, Vicinal Santana (Gleba Bacajá), limitado a Leste pelo rio Anapu, a Oeste pela fazenda Brasil Central, a Norte limita-se com o P.A Pilão Poente I, II e III e ao Sul com a Reserva Indígena Trincheira Bacajá; e 2) PDS Virola-Jatobá, igualmente situado à Rodovia Transamazônica km 120 norte (Gleba Belo Monte), limitado a Leste pelo rio Anapu, a Oeste pela fazenda União, a Norte com o município de Portel e ao Sul com um Projeto Sudam (SANTOS; PORRO E PORRO, 2011).

O PDS Esperança é constituído hoje legalmente por uma área de 20.135 ha e o PDS Virola-Jatobá 32.345 ha, somando-se uma área de 52.480 ha. Os referidos PDS são representados juridicamente pelas associações locais. Por se tratar de uma modalidade de assentamento coletivo, foram criadas as associações dos PDS Esperança e PDS Virola-Jatobá (SANTOS; PORRO E PORRO, 2011).

A modalidade PDS é constituída por um conjunto de normas, regras e diretrizes para utilização das áreas. As associações dos PDS, com apoio da ASSEEFA, mas na posição de ATEs contratada pelo INCRA, discutiram um modelo de Plano de Uso (PU) no qual foram definidas as regras de convivência e de uso de recursos naturais pelos moradores. Com base no mesmo, para cada família foram destinados 20 ha de terra mediante demarcação para uso alternativo do solo, sendo o restante das áreas de floresta destinadas como reserva legal para uso coletivo, mediante Plano de Manejo Florestal, tendo como detentora legal as associações dos PDS.

Porém, mesmo depois de criado o PDS e estando organizadas as associações, madeireiros e pecuaristas pretendentes às mesmas glebas continuaram agindo, inclusive utilizando como via de acesso para retirada da madeira, pequenos rios que cortam estas áreas. Essa falta de controle deu-se pela fragilidade do Estado (IBAMA e INCRA) para a fiscalização das áreas, e pela dificuldade das famílias e da diretoria da associação em manter a vigilância devido à extensão das mesmas.

Uma estratégia definida entre os diferentes atores envolvidos no PDS para garantir a proteção das áreas de uso coletivo foi a elaboração e implementação de um Projeto de Manejo Florestal de base sustentável. Em 2007, através do Projeto de Apoio

ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (PROMANEJO) – programa apoiado pelo Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG7), obteve-se apoio de R\$ 1 milhão de reais para o PDS de Anapu. Havia sérias restrições a um projeto de Manejo Florestal Comunitário por parte das famílias, que somente concordaram devido à pressão exercida pelo avanço dos madeireiros clandestinos.

Com todas as dificuldades de se empregar tal recurso em 18 meses, foi promovido um acordo empresa-comunidade com a Exportadora Vitória Régia para a implementação de um Plano de Manejo Florestal. Em 2008, iniciou o processo de exploração madeireira no PDS Virola-Jatobá. Vários foram os problemas e conflitos entre os promotores do Plano de Manejo e os agricultores, cuja percepção de ingerência das regras ambientais sobre seus cultivos familiares era intensificada pela visão de que a empresa podia extrair madeira, enquanto eles eram proibidos até de aproveitar a madeira da roça de corte-e-queima.

Estes conflitos estavam principalmente relacionados à divergência das regras legais que regem o PDS, fator que tem levado a conflitos entre lideranças, e entre elas e as associações locais, como entre eles e as instituições como IBAMA e INCRA. No PDS Virola-Jatobá, o caso mais agravante é o da Gleba 124, em que os moradores não aceitaram filiar-se à associação, como também não aceitaram participar dos eventos e tomadas de decisões no assentamento, afirmando não fazerem parte do PDS. Hoje, com a entrada dos recursos da terceira safra madeireira obtidas da área de reserva coletiva por meio do projeto de manejo florestal, os conflitos diminuíram, ao menos temporariamente.

Outro problema que vem dificultando a consolidação dos PDS é a intensa mobilidade espacial de famílias, principalmente no Virola-Jatobá, determinada pelo processo informal de compra e venda de direitos associados à terra, consideradas terras públicas. As Glebas 107 e 132 do PDS Virola-Jatobá foram as últimas a serem ocupadas e, diferentemente das demais (com exceção da Gleba 124), não tiveram a participação de representantes da associação na orientação dos pretendentes sobre as regras da referida modalidade de assentamento, pois a colocação de novas famílias se deu somente com a atuação de um técnico do INCRA. Assim, muitas famílias logo após tomarem conhecimento sobre as regras do assentamento abandonaram e/ou venderam as parcelas adquiridas junto ao INCRA. Novas famílias sem terra oriundas das localidades Quatro Bocas e São Pedro, município de Marabá, continuaram a ocupar as parcelas

desocupadas intensificando-se a entrada de novos moradores, sem o controle da associação do PDS Virola-Jatobá.

Durante a realização do projeto da RAVA e da pesquisa exploratória nos PDS, moradores alegavam que os principais motivos de abandono e/ou transferência de direitos associados à terra era a contraditória co-existência, por um lado, da ausência do Estado na regularização dos aspectos fundiários e, por outro, as excessivas regras de controle no uso dos recursos florestais. Políticas desconectadas ou acionadas de forma fragmentada (a exemplo das exigências de autorizações de desmatamento (ADM), sem que sequer o licenciamento ambiental estivesse emitido) eram constantes nas reclamações dos residentes, que afirmavam serem os principais motivos do intenso processo de mobilidade espacial. Com base nesta afirmação, tomamos como ponto de partida um estudo comparativo entre duas modalidades de assentamentos, PA e PDS, para então verificar se são as regras de intervenção no desmatamento e a modalidade fundiária os principais fatores para a mobilidade espacial de agricultores.

6.3 ESTUDO COMPARATIVO: EXPANSÃO DO PA ITAPUAMA E PDS ANAPU

As famílias que hoje compõem as comunidades em formação nos PDS e na Expansão do PA Itapuama são oriundas de diferentes Estados brasileiros e tiveram diferentes trajetórias de migração, sendo o fator comum a busca pela “terra sem dono”, onde pudessem viver livres do “trabalho para patrão”.

Assim, vemos que da amostragem obtida para o estudo em fase exploratória, as primeiras famílias do PA Itapuama chegaram no ano de 1999, enquanto que nos PDS, as primeiras famílias chegaram entre os anos de 2002 e 2003. Os questionários mostram que a maioria das famílias do PDS Esperança acessou os lotes nos anos de 2004 e 2005, permanecendo nos mesmos. Já as famílias do PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama, adquiriram lotes em diferentes anos (Tabela 4), e apresentaram menores percentuais de permanência.

Tabela 4: Ano de chegada das famílias entrevistadas em lotes nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.

Ano de chegada	PDS Esperança N= 48		PDS Virola-Jatobá N=48		Expansão do PA Itapuama N=48	
	Nº Famílias	%	Nº Famílias	%	Nº Famílias	%
1999	0	0	0	0	10	20
2000	0	0	0	0	11	23
2001	0	0	0	0	1	2
2002	0	0	7	15	9	19
2003	4	8	5	10	7	15
2004	28	58	8	17	8	17
2005	12	25	6	12	0	0
2006	1	2	11	23	0	0
2007	3	7	11	23	2	4

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

Além desta variação de ano de chegada, perguntamos o número de beneficiários anteriores aos residentes atuais, em entrevistas individuais e em grupo, e analisamos o percentual do número de beneficiários por lote entre as diferentes modalidades (PA e PDS). A variação entre as modalidades não apresentou significância, mas sim, verificou-se variação interna à mesma modalidade PDS (Tabela 4). Tais resultados indicam que os instrumentos de regularização fundiária e as regras florestais não necessariamente determinam o processo de mobilidade espacial no interior dessas modalidades agrárias.

De acordo com os dados apresentados na Figura 5, das primeiras famílias (n=48) que ocuparam lotes no PDS Esperança, 73% continuam ocupando a mesma terra, não transferindo a terceiros seus direitos. Verifica-se ainda que 98% dos lotes do PDS Esperança possuíam apenas 1 ou 2 detentores, indicando baixa mobilidade espacial, enquanto que no PDS Virola-Jatobá e na Expansão do PA Itapuama, apenas 55% e 45% respectivamente permanecem com a posse da terra desde a ocupação. É importante lembrar que a amostra é aleatória entre aqueles que residiam nos lotes e concordaram em participar da pesquisa, assim, existe um viés privilegiando residentes que já tendiam a permanecer. Portanto, estimamos que estes percentuais sejam ainda menores. Qualitativamente, informantes-chave estimam que menos de 30% das atuais 250 famílias residentes do PDS Virola-Jatobá sejam as pioneiras.

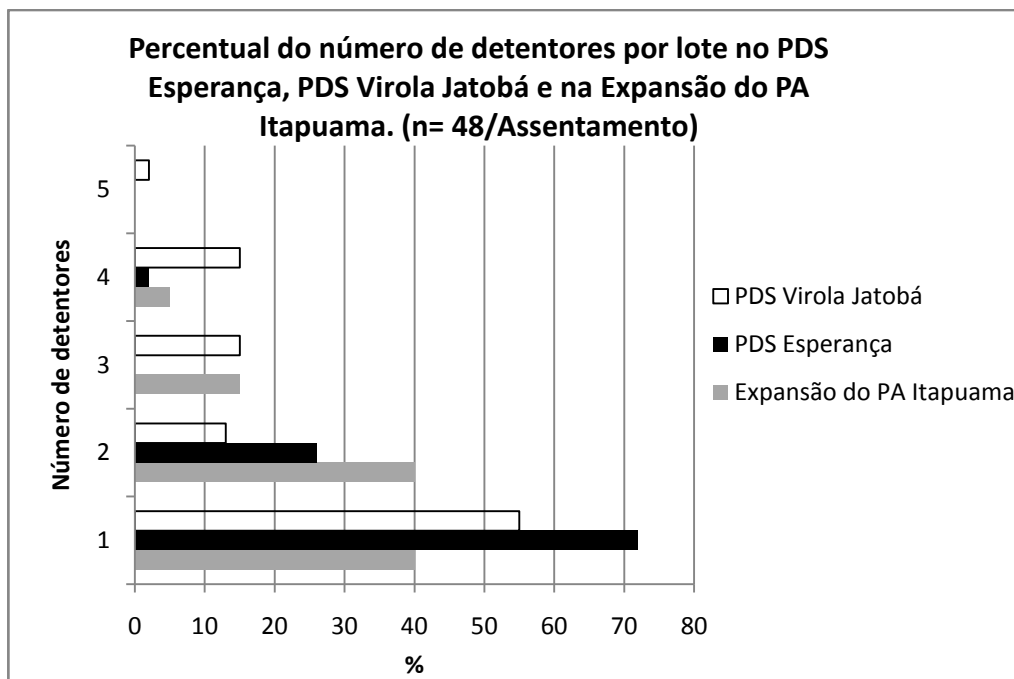


Figura 5: Percentual de lotes, por número de detentores desde sua primeira ocupação, nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.

Fonte: Projeto Coalisão da Terra, 2009.

Os dados quantitativos indicam a não participação do INCRA no acesso às terras nos assentamentos estudados. Verificou-se que somente a segunda entrada de famílias na Expansão do PA Itapuama ocorreu sob a participação do INCRA, mediante Relação de Beneficiários designados pelo órgão como tendo “perfil de cliente de reforma agrária”.

Mediante a um levantamento sobre o número de famílias que residem no lote como primeiro ocupante em três vicinais (Virgílio Pereira, Bom Jesus e Transunião) da Expansão do PA Itapuama, verifica-se, que apenas 27% das famílias entrevistadas que adquiriram lotes através do INCRA permanecem no assentamento. Já entre as famílias de ocupantes espontâneos, 86% ainda permanecem nos seus lotes iniciais, apresentando um histórico de organização e mobilização social para manutenção na terra inicialmente ocupada. Isso indica que não é o fato do governo organizar a entrada que resulta numa menor mobilidade das famílias.

A Tabela 5 apresenta respostas à pergunta: “Como você acessou os direitos à terra que ocupa?” Identifica-se que no PDS Esperança, cujos melhores solos permitem produção de forma autônoma, sem a necessidade de venda de força de trabalho em diárias para fazendas vizinhas para assegurar o sustento da família, a ocupação se deu por apossamento e poucos direitos foram transferidos após a primeira ocupação. Já em

relação ao acesso através da compra de direitos, esse se deu em maiores percentuais na Expansão do PA Itapuama e PDS Virola-Jatobá, indicando maior rotatividade de detentores.

Tabela 5: Forma auto-declarada de acesso a direitos à terra pelas famílias dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.

Acesso com e sem a compra de direitos	Espontâneo	PDS Esperança	PDS Virola-Jatobá	Expansão do PA Itapuama
		N= 48 famílias	N= 48 famílias	N= 48 famílias
		(%)	(%)	(%)
Posse espontânea (acesso informal)		94	71	27
Compra (acesso informal)		6	29	42
Através do Governo		0	0	27
Herança		0	0	4

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

O percentual de compra indica a mobilidade de famílias no interior dos assentamentos, considerando que o primeiro detentor adquiriu gratuitamente, seja através da ocupação espontânea ou através do Governo. Quanto à situação jurídica dos lotes das famílias entrevistadas, nenhuma das famílias possui título definitivo, algumas possuem um protocolo fornecido pelo INCRA, outros apenas seu nome na Relação de Beneficiários e outros ainda não tem qualquer documento formal. A não distribuição de títulos faz parte da política do INCRA que visa coibir a venda de lotes em áreas de assentamentos, sendo esta uma estratégia que técnicos do INCRA chamam de “moralização da reforma agrária”, conforme tratado por (FELIX, 2008). Porém, como veremos adiante, a concepção e prática dos agricultores em relação à terra não se restringe a essas regras estabelecidas de forma exógena, o que foi se comprovando através de análises quantitativas e qualitativas no âmbito da pesquisa.

Outro dado interessante é a relação da situação legal do acesso à terra com a mobilidade espacial. Verifica-se na Tabela 6 que o percentual de famílias que não possui nenhum tipo de documento varia entre as duas modalidades de regularização. Já entre os dois PDS não ocorre variação, ao contrário dos dados sobre mobilidade. Esses dados podem ser indícios de que a situação legal do lote não é determinante na decisão da família em permanecer ou não na terra. As famílias do PDS Esperança têm apresentado menor mobilidade, mesmo com um mesmo percentual de lotes sem documento que o PDS Virola-Jatobá.

Tabela 6: Situação jurídica auto-declarada dos detentores dos lotes em estudo dos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.

Tipo Documento	PDS Esperança N= 48		PDS Virola-Jatobá N=48		Expansão do PA Itapuama N=48	
	Nº Família	%	Nº Família	%	Nº Família	%
Título definitivo	0	0	0	0	0	0
Com protocolo do INCRA	26	54	26	54	39	81
Nenhum tipo de documento	22	46	22	46	9	19

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

No processo de transferência de direitos associados à terra, ao se comparar as duas modalidades, o que as diferencia é a constituição do preço. Devido a um entendimento próprio do direito de propriedade, os agricultores da Expansão PA Itapuama consideram-se proprietários efetivos da terra física. Conseqüentemente, no ato da comercialização é negociada a terra e mais as suas benfeitorias. Já nos PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança, o preço se constitui apenas pelas benfeitorias e o valor do acesso realizado. Em ambos, PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança, existem glebas que ainda não estão regularizadas, estando sub judice, embora os agricultores tenham ocupado essas áreas há anos e ali vivam como posseiros. Não foram verificadas diferenças nos valores praticados para a venda de direitos de acesso ao lote em áreas regularizadas em comparação com as não regularizadas, fortalecendo a assunção de que o que está sendo negociado são apenas as benfeitorias e o acesso realizado, e não uma propriedade no sentido de direito a um bem, a terra física.

Assim, verificamos que as intervenções no desmatamento, supostamente de execução mais incisiva em ambos os PDS, não afetou a mobilidade das famílias pelo motivo de ser um instrumento de regularização fundiária com enfoque ambiental. O que explicaria uma maior mobilidade no PDS Virola-Jatobá? Verificamos que não foi devido nem à forma de ocupação (ambas espontâneas) e nem à formalização junto ao INCRA (ambas com cerca de 50% das famílias cadastradas). Este resultado gerou outros questionamentos sobre o processo de mobilidade espacial no interior dos assentamentos estudados: o que leva diferentes intensidades de deslocamento de famílias no interior de assentamentos de mesma modalidade fundiária? Seriam as estratégias de uso e manejo dos recursos agrícolas e extrativos adotadas pela unidade familiar de produção o que afeta a decisão de permanecer ou sair da terra que ocupa? Na

etapa exploratória, identificamos indícios de que o processo de reprodução da família na terra teria influências na mobilidade espacial.

6.3.1 Forma de ocupação

O trabalho de campo preliminar no PA, uma vez que observamos variações internas ao assentamento, indicou diferenças não apenas na forma de ocupação e regularização da terra, mas na forma como as famílias percebiam sua reprodução dentro dessa terra. A partir de informações obtidas junto aos primeiros moradores do PA Itapuama, constatou-se que muitos dos que foram em busca de terras na vicinal Transunião, tanto áreas de ocupação espontânea quanto de ocupação “dirigida” pelo INCRA, não permaneceram nos lotes, tendo abandonado os mesmos e/ou vendido seus direitos para terceiros por preços irrisórios, descrevendo a necessidade de “trabalhar para patrão”, até se atinge a almejada autonomia relativa:

[...] no início, aqui era tudo muito difícil, não era essa maravilha de hoje com carro de linha passando na porta. Quando cheguei aqui, não tinha estrada não, eu fui um dos primeiros a entrar nessa área, foi eu e mais 12 agricultores os primeiro a tirar lote aqui. A gente vinha de Altamira num barco e da beira pra cá era no picadão de facão no meio da mata... numa distância de uns 23 km e, no tempo da chuva as situação ficava ainda mais difícil. Sofremos muito com sacos de rancho de até 40 kg nas costas, não era brincadeira não, era para quem realmente precisava de um pedaço de terra pra trabalhar. Alguns não aguentavam e só vinha uma vez e não voltava mais, aí, os que tiraram lote, logo venderam por preço de “banana”, outros abandonaram mesmo, mas a maioria como eu, que queriam realmente uma terra estão até hoje, e graças a Deus... pois, na terra da gente, o que fazemos é nosso e, de fome, aqui a família não morre, só se não tiver coragem pra trabalhar (Carlos Sobrinho, pioneiro residente no Transunião, PA, entrevista em Julho/2009).

Outro morador que fez parte do início do processo de ocupação espontânea da vicinal Transunião, localizada na Área Naufal confirma tal situação:

[...] quando chegamos aqui nessa área, era tudo mata, não tinha estrada, a gente pegava um barco para atravessar o Rio Xingu, e quando chegava na beira do rio, ai, tinha que enfrentar a mata num picadão feito de facão, a pé com um saco de compras nas costas, as vezes debaixo de chuva, era dois dias de viagem... era muito sofrimento. Parte do pessoal que veio no início não permaneceu, desistiram logo, outros agüentaram o tranco. Além dessas dificuldades, tinha a falta de dinheiro para investir no lote... Muitas vezes tive que ir para Altamira e arrumar uns “bicos” como carpinteiro para conseguir manter a família e abrir as primeiras roças (Joaquim Saraira, 50 anos, pioneiro residente no Transunião, entrevista em Julho/2009).

Esses relatos descrevem a situação enfrentada pelos posseiros em áreas de ocupação na Região da Transamazônica que, sem infra-estrutura, com pouco ou nenhum recurso financeiro para investir no lote, ficam a mercê da própria sorte. Porém, buscando no dia a dia a autonomia sobre o próprio trabalho, conseguiram a organização social adequada para coletivamente garantir a reprodução social de sua família segundo preceitos fundamentais do campesinato: “o trabalho sem patrão na terra sem dono”.

Resolvi sair do lote desse senhor de Brasil Novo porque a terra não era minha, além do mais, trabalhar para patrão não dá futuro pra ninguém. Considerando ainda que não somos “donos do nosso nariz”, é ser comandado o tempo todo e, para patrão nenhum trabalhador presta. Além do mais, lote é melhor do que “rua”, porque quem mora na cidade e trabalha apenas de “bico”, fica com a situação financeira muito vulnerável, já na roça, tudo que planta dá... mesmo que tenha que passar um mês sem trabalhar, não passa fome. Já de empregado, no dia que falta, o patrão já quer colocar outro no lugar... Aqui a gente faz o próprio tempo, não fica cativo de ninguém (Joaquim Saraiva, Transunião, entrevista em Julho/2009).

Outro dado importante diz respeito às demais áreas da expansão do PA Itapuama, em que o INCRA efetuou o assentamento das famílias. Nestas, identificou-se um maior número de abandono e venda de direitos em relação à área de ocupação espontânea. Em vários relatos obtidos através de observações direta e participante e entrevistas semi-estruturadas, agricultores afirmaram que o processo de seleção de clientes de reforma agrária efetuada pelo INCRA teve implicações diretas sobre a não permanência de famílias nos lotes, devido a grande parte das famílias selecionadas não

terem a terra como principal fonte de reprodução familiar, mantendo outras atividades fora do lote, tais como empregos na prefeitura e comércios da cidade de Altamira, o que tem dificultado o processo de fortalecimento da organização social interna.

Assim, as famílias que ocuparam lotes de forma espontânea, por outro lado, tinham a terra como principal fonte de reprodução da família e, mesmo com as grandes dificuldades enfrentadas no início do processo de ocupação, os mecanismos de partilhas baseado em laços de solidariedades foram de fundamental importância para a permanência das mesmas na terra. A entrega de lotes, por parte do governo, para famílias que não têm a mesma concepção sobre a posse e uso da terra, é percebida pelos residentes como um grande problema, devido ao enfraquecimento da formação de um grupo social, conforme relata dona Maria:

[...] a maioria desse povo que o INCRA arrumou pra colocar nessas áreas, queria terra era pra negociar ou para segurar, pra uma hora se precisar entrar pra dentro dela. Tem gente aqui, dono de lote que tem casa na rua, tem emprego assalariado, agora olhe! Você acha que vai querer vir morar aqui dentro dos matos?... Eu não vou mentir, eu tenho uma irmã que tem um lote aqui e que a coisa mais difícil do mundo ela pisar os pés aqui dentro, ela tem a casa e o emprego na cidade e o lote não é o negócio dela. Olhe! A terra é pra quem gosta e quem precisa tirar dela o seu sustento. Aqui tem um monte de lote que o “dono” não mora, aparece só pra abrir uma rocinha com medo dos outros tomar. Muitos vêm pro lote só quando fica sabendo que vai ter vistoria do INCRA, esses às vezes voltam pra cidade em cima do próprio carro do INCRA. Isso é ruim pra gente, porque com muitos lotes sem ninguém, a gente fica sem vizinho, isolado, fica mais difícil conseguir uma escola por falta de aluno, com isso a gente fica prejudicado (MARIA, residente da vicinal Acesso II, Expansão do PA Itapuama, Julho/2009).

A insatisfação de dona Maria se referia à ingerência do INCRA no processo de seleção de famílias beneficiárias ao programa de reforma agrária, problema de conhecimento do Ministério Público Federal que chegou a efetuar uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor do INCRA, conforme mencionado em um trecho do documento:

Os documentos acostados a esta inicial demonstram que o gigantismo dos números de assentamentos e de hectares destinados a assentamentos não foi

compatível com estrita observância dos parâmetros legais. Ao revés, os documentos apontam uma conjugação de criação tumultuária de assentamentos rurais, eivados de irregularidades nos processos de criação e na relação de beneficiários, com a ausência de procedimento licitatório no dispêndio dos recursos destinados aos assentados rurais. Por óbvio tal combinação é campo fértil para desvios de recursos públicos. A velocidade de criação de assentamentos impossibilitou a adequada seleção das famílias beneficiárias. A inserção atabalhoada dos dados acarretou o cadastro de beneficiários incompatíveis com perfil da agricultura familiar. Adicione-se a tais fatos a ausência de uma estrutura de fiscalização compatível com o gigantismo dos números de famílias assentadas e teremos a receita do desastre na gestão de recursos públicos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007).

Em função dos limites impostos pelo perfil de parte das famílias e das dificuldades enfrentadas no início do processo de ocupação dos assentamentos devido aos procedimentos inadequados dos agentes governamentais e na ineficácia do Estado em coibi-los, as famílias que se prontificam a permanecer na terra estabelecem estratégias a fim de superar tais constrangimentos.

6.3.2 Formação da expansão do PA Itapuama e do PDS Anapu

No início do processo de ocupação dos assentamentos em estudo (PA e PDS), identifica-se a importância da formação de um grupo social. Nas áreas onde existe maior mobilidade de famílias, como é o caso do PDS Virola-Jatobá e da Expansão do PA Itapuama, moradores enfatizam a necessidade de se ter um grupo social fortalecido. Devido a esta importância, moradores anseiam a formação de um grupo que viabilize a reprodução familiar, como mencionado por Seu Joaquim Saraiva:

[...] cheguei aqui com mais onze companheiros, ninguém tinha dinheiro pra tá pagando peão pra trabalhar, era a gente mesmo. Pra facilitar o grupo tirou os lote um do lado do outro. No início, todo mundo se ajudou, era mutirão pra fazer roça, pra lutar por escola, até pra fazer a estrada daqui, por isso o nome da vicinal daqui é Transunhão! Cada um aqui deu R\$ 100,00 pra comprar óleo pra um trator que tava trabalhando na estrada da Assurini, foi assim que a gente conseguiu fazer a primeira estrada, aqui as coisas dependia era da gente mesmo (Joaquim Saraiva, entrevista em Julho/2009).

A busca pelo fortalecimento da organização interna da comunidade é uma constante na vida das famílias tanto da Expansão do PA Itapuama, quanto dos PDS Virola-Jatobá e Esperança, sendo esta, o meio de enfrentar parte das dificuldades vividas no cotidiano. Dona Silvana, atual residente do PDS Virola-Jatobá, também enfatiza a importância da organização interna da comunidade, por meio da criação de vila:

Eu cheguei aqui no PDS no dia 20 de setembro de 2008. Eu quero falar. Tem que ter uma vila. Igreja pode ser de crente, de católico. Tem que ter escola, posto. Prá chegar luz, tem que estar nós tudo ali, junto. Eu já sofri muito aqui. Eu quero a vila. Eu cheguei aqui em setembro e, no dia 18 de outubro, voltei nas Quatro Boca. Eu disse: “é de 4 alqueire, se quisesse vim, tinha terra. Eu não contei riqueza”. Vieram comigo 40 famílias. Eu paguei R\$ 2.000 para trazer até o barracão, os outros vieram por R\$ 1.800 (20 famílias). O Kiko, o Buzunga, Zequinha, o Fogoió, esses foram embora. Aqui não tem emprego, prá dinheiro, mas tem o sustento meu e dos meus filhos. Mas os outros disseram: “aqui não tem festa, folia, água gelada.” Foram embora. Nós botemos o nosso nome no INCRA, tá lá... Eu que já vivi na penúria, de vender espetinho, até morrendo. Porque lá na sutila, amanhece, quatro e meia, tem que estar pronto. Fica morto. ... Lá onde eu morava, não tinha onde plantar um pé de macacheira, criar um pinto pras criança comer, um cará, uma abóbora... É trabalhar todo dia pra os outros, e não tem nada. Sou mãe de 21 filhos, tem 13 vivos. Tive 5 barrigada de gêmeos, 1 de trigêmeo. Eu já fucejei muito, lutei muito. Não quero trabalhar pra dono, no mandado. Aqui eu faço o meu, o que fizer é da gente. Posso fazer empreita, dar diária, lapidar estaca, pocar estaca, roçar juquirá. Mas a terra é minha! ... É minha, não é? Só se não for minha, se eu estiver trabalhando enganada (Silvana da Silva, entrevista concedida a Noemi M. Porro em Julho/2009).

Dona Silvana da Silva fala sobre parte do sofrimento enfrentado logo após a chegada no lote, de motivos pelos quais muitas famílias que trouxera não terem permanecido nos lotes, da importância do trabalho livre, e ressalta o desejo da criação de uma vila. Assim, como estratégia de fortalecimento do grupo social, a mesma foi em busca de pessoas no local onde morava anteriormente. Devido à importância da relação de vizinhança estabelecida naquele local, bem como, do universo de símbolos que

partilhava com seus vizinhos em Quatro Bocas, ela volta para buscá-los. Sabedora de que os vizinhos também queriam sair do jugo do patrão e encontrar a “terra sem dono”, espera concretizar no PDS uma vila camponesa. Essa comunidade deve ter acesso livre à terra, ser livre de patrões, mas também acesso a recursos públicos como educação, saúde, energia. Desse modo, dona Graça vê a necessidade de construir uma nova comunidade, que se organize em vila.

6.3.3 Local de residência

Um importante fator para a construção desse novo grupo social, mencionado recorrentemente pelos entrevistados, é o local de residência cotidiana dos detentores de lotes, pois há casos de detentores que moram na cidade e só retornam ao lote para exercer alguma atividade, ou somente durante o período de plantio. Através dos dados sobre o número de famílias detentoras de lotes no interior de três vicinais (vicinal Transunião, Virgílio Pereira e Bom Jesus) da Expansão do PA Itapuama que se encontram morando em lotes, identificou-se que: do total de famílias que atualmente detém lotes nas áreas que constituem a vicinal Transunião que em sua maioria ocuparam de forma espontânea, 86% encontram-se morando nos lotes; enquanto que, do total de famílias que detém lotes nas áreas das vicinais Bom Jesus e Virgílio Pereira, que foram em sua maioria ocupadas de forma “dirigida” pelo INCRA, apenas 43% encontram-se morando nos seus respectivos lotes, conforme podemos observar na Figura 6.

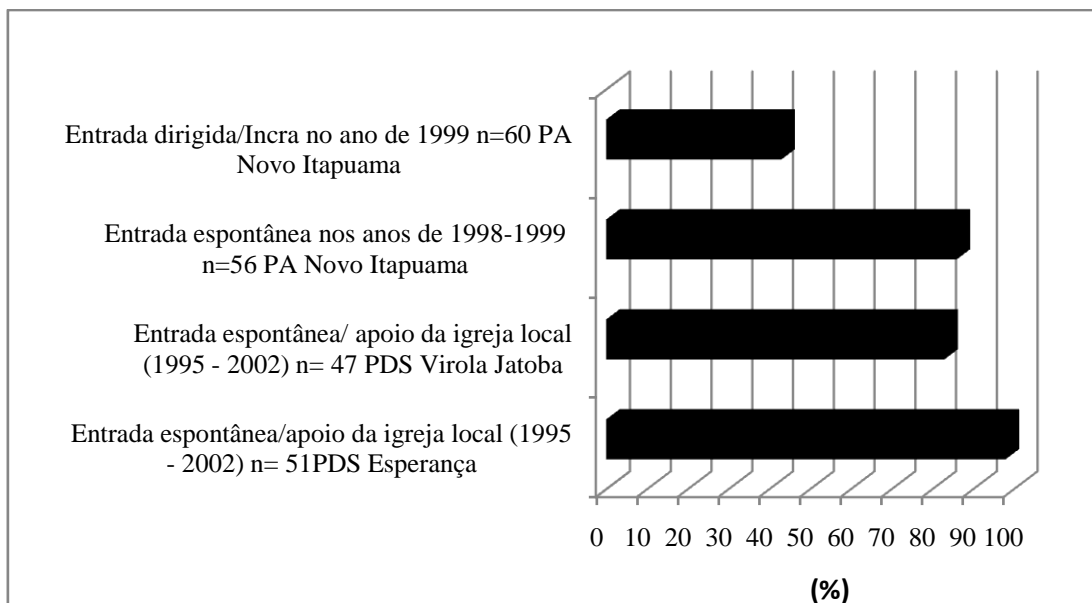


Figura 6: Percentual de famílias efetivamente residindo nos lotes que detém, distinguindo-se aquelas que ocuparam a área de forma espontânea daquelas que ocuparam sob direção do INCRA.

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

Já entre as famílias entrevistadas dos PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança, não houve diferença significativa do percentual de detentores que residem efetivamente nos lotes: 83% e 98% respectivamente. Alertamos, porém, que esses dados quantitativos podem estar sendo influenciados pelos critérios de seleção das famílias que participaram da pesquisa do projeto RAVA. Para viabilizar o tamanho da amostra em um contexto de intensa mobilidade das famílias, especialmente no PDS Virola-Jatobá, privilegiaram-se as famílias que efetivamente moravam nos lotes, tendo em vista a necessidade de se aplicar questionários trimestrais ao longo de um ciclo agrícola (12 meses).

Mesmo diante de tal limite metodológico, verificou-se que a decisão de permanecer ou não na terra está relacionada a um conjunto de variáveis ligadas às estratégias de reprodução da família. Estas variáveis, por sua vez, dependem da trajetória de vida da família, construída através de seus acúmulos e experiências. Conforme analisado por Felix (2008), durante essa trajetória observam-se diferenciações na condição de acesso a recursos de variadas ordens, e na liberdade de escolha entre atividades.

6.3.4 Trajetória de família

Quanto ao processo de mobilidade espacial, constatou-se que a maioria das famílias tanto das áreas dos PDS Esperança, quanto do PA, vieram de comunidades e municípios vizinhos (Tabela 7), o que caracteriza uma mobilidade intra-regional, diferente do processo ocorrido durante a década de 70, o período de maiores incentivos das políticas de colonização do governo federal.

Tabela 7: Local de onde vieram os chefes de família antes de morar nos Assentamentos em estudo.

Local	PDS Esperança N= 48 famílias (%)	PDS Virola Jatobá N= 48 famílias (%)	Expansão do PA Itapuama N= 48 famílias (%)
Comunidade Vizinha	33%	16%	22%
Município Vizinho	45%	40%	68%
Outro Estado	10%	42%	5%
Município distante no Estado	12%	2%	5%

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

Porém, quanto o PDS Virola-Jatobá, verifica-se que a maioria das famílias veio de outros estados. Segundo informações de moradores e da Irmã Jane, membro da CPT de Anapu, a maioria dos agricultores que ocuparam o PDS Esperança residiam anteriormente em outros assentamentos na Transamazônica e que conheciam os aspectos biofísicos da região, fator que os levaram a procurar terra no interior do referido assentamento devido às condições favoráveis de fertilidade do solo para o plantio do cacau. Enquanto famílias de Tocantins e Maranhão foram ocupando lotes no PDS Virola-Jatobá.

Porém, o histórico de mobilidade espacial na trajetória dessas famílias não se inicia a partir do local de onde vieram da etapa imediatamente anterior, conforme podemos constatar na fala do Seu Carlos Sobrinho, residente na Expansão do PA Itapuama. Nascido em 1931, em Imperatriz, Estado do Maranhão, seu Carlos migrou com os pais para Goiás em 1937, retornando ao Maranhão para residir, entre 1943 e 1950, em Ipixuna, Imperatriz e Santa Inês:

Sempre trabalhei na roça apesar de desempenhar outras atividades de forma aventureira ao longo da minha vida. Pois, desde aos meus 8 anos de

idade ia para a roça ajudar meu pai, éramos em muitos irmãos e tinha que ajudar mesmo... Nesse tempo a escola não era tão importante, a gente aprendia em casa com a ajuda de uma mulher que logo depois se tornou minha esposa. Como era muito jovem me aventurava bastante, pois, em 1943 morando em Ipixuna, desempenhei a atividade de garimpeiro durante 6 meses e, por ser uma atividade de muito risco e devido a minha idade, abandonei e junto com a senhora que me alfabetizou retornei para Imperatriz e permaneci apenas 1 semana, tempo que precisei para comprar dois animais (burro) que serviu como transporte... com esses animais viajei junto com essa mulher durante um mês e dois dias em direção a Santa Inês. Logo após chegar a Santa Inês, uma pessoa de confiança do cartório alterou a minha idade, para que eu pudesse me casar com essa senhora. Em Santa Inês morei durante dois anos como posseiro em uma terra da União... Como o meu pai ensinou desde criança a trabalhar na roça, o que eu aprendi mesmo a fazer foi a mexer com terra... Sempre procurei morar em comunidades onde tinha meus irmãos de fé⁶... porque me ajudava nos momentos de dureza... na verdade sempre que aparecia uma possibilidade que poderia melhorar minhas condições, eu arriscava mesmo! (Carlos Sobrinho, morador do PA Itapuama, entrevista em Julho/2009).

As variáveis e fatores determinantes na trajetória de seu Carlos se expressam através das atividades que compuseram sua história de vida (Quadro 1). Seu Carlos atribui à religião a escolha dos locais de residência, “para permanecer junto aos irmãos de fé” enquanto buscava melhorar de condições. Apesar dessas peculiaridades, ao ser questionado sobre o que seria melhorar as condições, seu João repete o que ouvimos consistentemente dos entrevistados, mesmo aqueles oriundos de situações muito diversas: **controlar sua própria força de trabalho, ser livre do “cativeiro” de um patrão, viver na “terra sem dono”**. Assim, a história de vida de seu João, apesar de tão particular, ilustra uma concepção compartilhada com aqueles que, embora apresentem configurações diferenciadas para as variáveis e fatores que influenciam sua mobilidade, têm em comum os fundamentos da reprodução da família vinculada à organização social de uma coletividade camponesa: **o trabalho livre na “terra sem dono”**.

⁶ Irmão de fé: irmão da igreja evangélica a qual faz parte.

Quadro 1: As atividades que compuseram a trajetória de vida de seu Carlos Sobrinho, Vicinal Transunião, Expansão do PA Itapuama.

Local	Situação	Atividade	Período
Santa Inês	Posseiro	Extração de carvão e lenha	1950-1951
Pacoval	Parceleiro	Cultivos anuais	1952-1954
São Luís	Trabalhador informal urbano	Horticultura e serviços urbanos	1955-1957
Rosário	Assalariado	Olaria	1958-1959
Carenas	Assalariado como ajudante de pedreiro	Construção civil	1960
Areias	Parceleiro/Assalariado	Horticultura e Olaria	1960-1961
Munim	Trabalhador informal, diarista	Extração de madeira	1961-1962
São José do Ribamar	Trabalhador informal urbano	“bicos”	1962
Piranhengua-São Luís	Extrativista	Pesca (marisco)	1962-1963
Vila Conceição		Lavra de madeira e cultivos anuais	1964-1969
Igecenhal – São Luís	Parceleiro	Cultivos anuais	1970
Vila Nilton Belo – São Luís	Trabalho informal	Lavra de madeira	1971-1976
São Luís	Assalariado Prefeitura	Lavra de Madeira e extração de areia	1977-1980
Transamazônica - Medicilândia	Assalariado	Construção de pontes – lavra de madeira	1980
Altamira	Trabalhador informal urbano	Venda de açaí, picolé e banana	1981-1984
Vitória do Xingu	Assalariado	Lavra de Madeira	1984
Altamira	Diarista	Serviço em fazendas	1984
Belo Monte	Diarista	Agricultura, lavra de madeira	1985-1986
Belo Monte – Ilha	Posseiro	Cultivos anuais	1987
Altamira	Trabalhador informal urbano e diarista rural	Venda de picolé, banana e, trabalho em fazendas	1989-1998
Expansão da PA Itapuama	Trabalhador livre, proprietário da terra	Agricultura Familiar	1999-2009

Fonte: Projeto Coalisão da Terra, 2009.

Hoje, estabelecido há dez anos em seu lote na Expansão do PA Itapuama, vivendo das colheitas de cacau que cultiva com seus dois filhos, seu Carlos celebra a conquista a terra, pois “não dá prá ficar morando em ponta de vila, perambulando pelo mundo” e afirma não pretender voltar para a cidade, “pois quero morrer em cima do meu pedaço de terra”.

6.3.5 Processos produtivos

Além dos processos de ocupação e regularização da terra, e do processo de reprodução familiar e organização social nessa terra, um terceiro processo apresentou relevância durante o trabalho exploratório. O processo produtivo, expresso através das estratégias de uso e manejo dos recursos agrícolas e extrativos adotadas pela unidade familiar tem apresentado influência no processo decisório da família, no que diz respeito à decisão de permanecer ou sair da terra que ocupa. Como já citado anteriormente, na região da Transamazônica, as principais atividades econômicas são o cacau, o gado e a madeira. Assim, tanto nas áreas de colonização, como nos novos assentamentos, as principais atividades geradoras de renda na agricultura familiar, giram em torno da criação de gado e da lavoura cacaueira. Além de não ser uma atividade tradicional, a extração economicamente viável da madeira exige capital não disponível aos agricultores familiares.

Na região da Transamazônica, verificamos através da literatura e qualitativamente em campo que a combinação ou predominância de atividades como as de cultivos anuais, cultivos perenes e criação de gado bovino estão relacionadas a diversos fatores tais como: a finalidade de cada atividade; o poder aquisitivo do agricultor; as condições do meio biofísico; o ciclo de vida da família e a distância do mercado. No contexto dos PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança, essa combinação sofre influência das regras estabelecidas pelo Plano de Uso, requerido pelo instrumento de regularização fundiária, restringindo a criação comercial do gado bovino. De acordo com o Plano de Uso dos referidos PDS, cada família pode implantar apenas 4 hectares de pastagens em cada lote, o que possibilita a criação de alguns animais para a produção de leite com finalidade de complementar a alimentação das famílias, com venda apenas de animais que excedem a capacidade de suporte da pastagem.

A restrição à criação de gado tem gerado insatisfações e questionamentos, principalmente pelos agricultores dos PDS Virola-Jatobá, por encontrarem-se em área que também apresenta limitações para a atividade cacaueira, em função da baixa fertilidade do solo. Apesar de informados dessa baixa fertilidade, muitos produtores investiram no plantio de cacau, cuja produtividade é economicamente inviável e hoje desestimula a implantação de novas áreas. Assim, no PDS Virola-Jatobá, as restrições à criação de gado aliadas aos limites de fertilidade do solo para o cultivo do cacau, tem restringido a autonomia dos agricultores. As famílias são obrigadas a procurar

atividades externas, vendendo força de trabalho em fazendas vizinhas ou na cidade de Anapu, pois não encontraram ainda outra atividade ou cultivo que lhes permita o sustento, livrando-os da dependência de um trabalho para patrão. Entrevistas qualitativas mostram essa situação associada ao abandono ou venda dos direitos ao lote.

Os agricultores do PDS Esperança, nos lotes em áreas de solo de boa fertilidade, têm obtido êxito na implementação do cultivo de cacau. Assim, mesmo com a restrição da criação de gado para fins econômicos, as famílias do PDS Esperança encontram-se em uma situação mais favorável que as famílias do PDS Virola-Jatobá, por garantirem relativa autonomia através do cultivo do cacau, uma atividade agrícola sob seu próprio controle, capaz de garantir a reprodução familiar, sem a necessidade de vender sua força de trabalho em fazendas vizinhas.

Quanto aos agricultores da Expansão do PA Itatuama, devido à menor restrição para o desempenho da criação de gado, facilita-se o processo de tomada de decisão quanto à escolha ou combinação de atividades de interesse econômico a serem desenvolvidas. Nos dados da Tabela 8, sobre as condições de cobertura vegetal dos lotes examinados através de uma amostra de $n=48$ lotes de cada assentamento, observa-se que para a categoria cacau em Sistemas Agroflorestais, áreas constituídas por várias espécies anuais e arbóreas, tendo o plantio de cacau como principal componente, há indícios de diferenças no percentual de área tanto entre as modalidades de regularização fundiária, como dentre a mesma modalidade. De acordo com dados qualitativos, essa diferença é determinada por um conjunto de variáveis, tendo como principais as seguintes: o tempo de ocupação do assentamento, que se diferencia entre a modalidade PA e PDS e as condições de fertilidade do solo.

Tabela 8: Constituição da cobertura vegetal dos lotes nos PDS Esperança, PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama.

Categoria	PDS Esperança n=48		PDS Virola-Jatobá n=48		Expansão do PA Itapuama n=48	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Pousio recente (capoeira nova)	35.12	3.7	47.97	5	61.11	5
Pastos plantados	14.91	1.6	41.19	4.3	159.97	13.1
Terras para culturas de grãos (área preparada para plantio)	49.82	5.2	55.62	5.9	73.42	6.01
Sistemas agroflorestais (cacau)	69.54	7.2	47.99	5.1	121.53	9.95
Culturas agrícolas	105.4	10.8	80.03	8.4	45.53	3.73
Pousio (capoeira velha)	14.8	1.5	77.96	8.2	461.56	37.8
Floresta Plantada	2.32	0.3	0	0	23.15	1.9
Outras categorias	5.56	0.7	7.63	0.8	0	0
Área de uso alternativo efetivamente utilizada	297.46		358.39		946.27	
Área de uso alternativo legalmente permitida	960		950*		595.2**	
Área total do passivo em relação à área legalmente permitida para uso alternativo	0		0		351.07	
Floresta Natural	662.53	69	591.63	62.3	274.85	22.51

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

*A soma das áreas de uso alternativo não corresponde a 960 hectares (48 famílias x 20 ha) devido a um dos agricultores da amostra ter comprado o direito de apenas metade de um lote, o que corresponde a 10 hectares.

** A área de uso alternativo em lotes de PA corresponde a 20% da área do lote, a qual na Expansão do PA Itapuama tem o valor médio de 62 ha.

Verifica-se que a área de cacau (sistemas agroflorestais) presente na Expansão do PA Itapuama, comparativamente maior do que nos PDS de Anapu, está diretamente relacionada com o maior tempo de exploração da terra, que se iniciou no ano de 1999. De acordo com os dados obtidos em 2007, sobre o ano de implantação das parcelas de cacau, identificou-se que na Expansão do PA Itapuama, a idade média do cacau é de 7 anos, com áreas variando de 1 ano a 8 anos. Enquanto que no PDS Virola-Jatobá, a idade média é de 2 anos com parcelas variando de 1 a 6 anos. Já para o PDS Esperança, a idade média é de 3 anos, com idade de parcelas variando entre 1 e 4 anos.

Entre os dois PDS, podemos afirmar que há um maior investimento no plantio do cacau no interior do PDS Esperança, devido às melhores condições de solo, adequado ao cultivo do cacau. Enquanto que na Expansão do PA Itapuama, as famílias têm buscado combinar a atividade cacauera com a pecuária, as famílias dos PDS têm apostado somente na implantação do cacau. Porém, dados qualitativos têm apontado a insatisfação de agricultores do Expansão do PA Itapuama e do PDS Virola-Jatobá com o desempenho insatisfatório dos plantios, o que tem levado muitos a não querer mais investir em tal atividade.

O desempenho satisfatório das parcelas de cacau no PDS Esperança, aliado à estabilidade do preço das amêndoas de cacau, tem incentivado agricultores familiares de projetos de assentamentos do próprio município e de municípios vizinhos a procurarem terras para compra no PDS Esperança. Durante realização da pesquisa exploratória sob o projeto Coalisão da Terra, foram identificados dois casos de agricultores que possuem terras em projetos de assentamentos vizinhos e que recentemente compraram direitos ao lote no referido PDS. Porém, também havia candidatos a procura de terra para comprar os direitos, afirmando dificuldades em encontrar à venda no PDS Esperança.

Essa mesma intensidade de procura para compra, por parte daqueles que já têm terra em outra localidade, não acontece nas áreas do PDS Virola-Jatobá. Alega-se que isso é devido à baixa fertilidade do solo, atrelada à restrição de abertura de maiores áreas para a implantação de pastagens. Identificou-se durante a pesquisa qualitativa a presença de lotes desocupados no referido PDS. As poucas famílias que residem em lotes próximos a esses desocupados têm investido na busca de pessoas conhecidas de outros municípios para ocuparem tais áreas, como o caso citado anteriormente, de uma moradora, dona Silvana, que mobilizou aproximadamente 60 famílias para o interior dessas áreas, sendo que poucas permaneceram.

Quanto às áreas de pastagens presentes no PDS Virola-Jatobá (Tabela 8), 70% do total não foi implantado por agricultores, e sim, por fazendeiros, em período anterior ao processo de ocupação da área. No momento da pesquisa, as pastagens encontravam-se abandonadas, sem a presença de gado. Deve-se então considerar que o tamanho de áreas para pastagens, efetuadas pelos agricultores de ambos os PDS, são relativamente iguais. A intervenção governamental no desmatamento, através da limitação de desmate para pastagem, tem apresentado resultados similares e efetivos para ambos os PDS no que se refere à derrubada de floresta primária para pastagens.

Os dados sobre o avanço do desmatamento nos assentamentos estudados apresentou variação entre as modalidades PA e PDS. Os dados de área total dos PDS na Tabela 8 representam a área de uso alternativo, destinada às atividades agrícolas, o que corresponde a 20 ha/família, conforme estabelecido no Plano de Uso. Assim, verifica-se que as áreas destinadas ao uso alternativo agrícola dos PDS Esperança e PDS Virola-Jatobá ainda estão constituídas de 69% e 62.3% de mata primária respectivamente, áreas essas que ainda podem ser desmatadas em uma taxa de 3 ha/ ano até o máximo de 20 ha. Vale ressaltar, que a diferença no percentual de mata primária está diretamente relacionada às áreas constituídas por pastagens implantadas por fazendeiros anterior a

ocupação pelos agricultores. Em diferente situação encontra-se a Expansão do PA Itapuama, que da área total de uso alternativo (20% do total da área do lote) existe apenas 22.51% de mata primária, distribuídas em 86% dos lotes, e um passivo florestal de 351.07 ha distribuídas em 12% dos lotes. Quanto à menor área desmatada nos PDS Virola-Jatobá e Esperança, esta se deve também ao menor número de anos de ocupação, assim como às novas regras ambientais no PDS, através de um Plano de Uso que não permite abertura superior a 4 ha de pastagem por lote.

Analisamos a efetividade dos instrumentos formais de regularização da terra – PDS e PA, através do contraste das Portarias e Planos formais com a percepção e a prática cotidiana com que os entrevistados interagem com a terra em questão. Constatase uma percepção de maior controle por parte do Estado no uso e manejo dos recursos naturais florestais nos PDS. Essa percepção se traduz na prática, quanto ao menor avanço de aberturas de áreas para a implantação de pastagens, apresentando-se inferior nos PDS, embora, em dois casos isolados, ocorram agricultores no interior do PDS Virola-Jatobá investindo em abertura de áreas para a implantação de pastagens. A pecuária de corte praticada na região estaria mais vinculada a investimentos e em maior integração com o mercado. Já a atividade agrícola, a roça, está vinculada à subsistência e consumo cotidiano. Apesar de existirem regras para a intervenção do desmatamento também para as roças, não se registram diferenças entre PA e PDS, no que se refere à estas. A proibição ao desmatamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), como declividades acentuadas e beiras de cursos d'água não tem sido respeitadas, tanto em áreas de PA como de PDS. É importante ressaltar que no PDS Virola-Jatobá as áreas destinadas a uso alternativo do solo são bastante declivosas, não restando muitas alternativas ao produtor (Figura 7).



Figura 7: Áreas declivosas e de mata ciliar desmatadas.

Fonte: Projeto Coalisão da Terra, 2009.

As formas de disciplinamento (vinculadas às regras específicas de cada instrumento de regularização fundiária) hipoteticamente poderiam ser diferentes em seus efeitos sobre a mobilidade espacial e a potencial transferência de direitos associados à terra. Nossa hipótese inicial era de que haveria muito mais mobilidade espacial no PDS devido às intervenções no desmatamento serem percebidas mais fortemente pelos agricultores. Porém, observou-se que tanto as políticas florestais (por exemplo: restrição ao uso da reserva legal apenas sob plano de manejo florestal aprovado, proteção integral das APPs, proibição de caça e venda ilegal de madeira) quanto agrícolas (por exemplo: necessidade de cadastro de atividade rural (CAR), e licença de atividade rural ⁷ (LAR), limite de uso alternativo do solo em 3 ha/ano até um total de 20ha, limite de volume de madeira a ser vendida, proveniente dessas áreas) não provocaram efeitos significativamente diferenciados nos PDS em comparação com PA. Em termos concretos, ocorre uma redução na abertura de área para implantação de pastagens. Porém, se existe uma alternativa (como o plantio de cacau no PDS Esperança), não ocorrem transferências de forma mais relevante do que no PA, onde as intervenções não são percebidas como tão coercivas.

Qualitativamente observa-se que o plantio de cacau serve como incentivo para o controle do fogo, bem como desincentivo para pecuária. Quantitativamente, observa-

⁷ Documentos exigidos são emitidos pela SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Num contexto de forte pressão devido aos argumentos de mudanças climáticas, entre os anos de 2004 e 2009, várias mudanças nos procedimentos exigidos pelo governo ocorreram, especialmente no processo de descentralização das atribuições das agências ambientais. No caso, o IBAMA repassou várias de suas atribuições às Secretarias de Meio Ambiente do Estado, que não estavam preparadas para tanto.

se que no PDS Esperança, onde existem manchas de terras férteis mais apropriadas ao cultivo do cacau (Tabela 9), produtores tenderam a uma menor rotatividade de detentores por lote.

Tabela 9: Resultado de análises de 22 amostras de solo coletadas em lotes no PDS Esperança e 10 amostras no PDS Virola-Jatobá, indicando solos mais adequados no PDS Esperança.

		pH	meq.100 ¹ g			ppm
			Al	Ca+Mg	K	P
PDS Virola-Jatobá	Média	4.48	1.21	1.59	0.069	4.2
N=10	d. padrão	0.559	0.493	0.202	0.020	1.317
PDS Esperança	Média	6.27	0	6.48	0.14	14.6
N=23	d. padrão	0.320	0.000	2.102	0.062	14.347

Fonte: Análises de solo realizadas na CEPLAC, fornecidas pela ASSEEFa enquanto entidade contratada pelo INCRA como prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Social (Anexos B e C).

Já para o PDS Virola Jatobá, agricultores afirmam que as condições de solo não têm contribuído para o bom desempenho da lavoura cacaueira. Comprovando tal afirmação, de 10 análises químicas de solo efetuadas a partir da coleta de 10 amostras em 10 propriedades (ANEXO C), todas as análises apresentaram restrição a implantação do cacau devido o nível baixo de P (Fósforo) variando entre 2 – 6 (mg/dm³) e de K (Potássio) entre 0,05 – 0,11 (meq.100¹g), onde apenas uma das amostras apresentou pH médio (5,8) e teor de Al baixo (0,3 meq.100¹) e as demais com pH entre 3,8 – 4,8 e Al entre 0,8 – 2,0 (meq.100¹), caracterizando solos muito ácidos.

Em contra partida, as condições favoráveis de fertilidade do solo do PDS Esperança têm levado os agricultores a um maior investimento no plantio de novas áreas de cacau (Figura 8).



Figura 8: Áreas de cacau recém plantadas em consórcio parcial com banana principalmente, e a emergência espontânea do babaçu, no PDS Esperança.
Fonte: Projeto Coalisão da Terra, 2009.

Como vimos, embora tanto o PDS Virola-Jatobá como o PDS Esperança sejam sujeitos às mesmas regras do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento – PDA do PDS Anapu, existem diferenças internas à modalidade PDS, que fazem com que o PDS Virola-Jatobá se assemelhe mais à Expansão do PA Itapuama do que ao PDS Esperança, em termos de mobilidade das famílias.

Por outro lado, há indícios de uma correlação positiva entre as famílias que permaneceram em suas terras e o tipo de agricultura praticada: plantio de cacau em sistemas agroflorestais, combinando agricultura de cultivos anuais (arroz, milho e feijão) através de corte-e-queima no primeiro ano, seguido do plantio de cacau consorciado com banana, e com árvores ou arbustivas. Assim, como o PDS Esperança tem manchas de solos adequados para o plantio de cacau, o mesmo diferencia-se dos PDS Virola-Jatobá e Expansão do PA Itapuama. A segurança oferecida pelo SAF de cacau, coaduna-se com uma verdadeira instituição entre os agricultores familiares: a busca incessante à liberdade de controlar seu própria força de trabalho, em um terra sem padrões, o chamado “trabalho livre na terra sem dono”. Como nos conta o senhor Pedro, nascido em um quilombo no município de Codó, no Estado do Maranhão e hoje residente no PDS Anapu:

[...] tô por aqui assim. Corri toda essa região por um pedaço de terra. Sou um homem que nunca gostei de trabalhar para ninguém. É que naquelas épocas, quando eu fui nascido, a terra não tinha

dono, era liberta. No lugar que você chegasse, você fazia morada, fazia sítio, fazia tudo ... essas terras, foi começado o rebuliço do tempo do Sarney para cá, ... de fazendeiro comprando terra e tomando terra e começando a matar gente e fazendo essa abusão toda (Entrevista do senhor João dos Santos, concedida a Noemi Porro em 2008).

Essa concepção de mundo e de trabalho, por parte de um campesinato cuja gênese ocorre em meio a processos de escravidão, destribalização, desterritorialização e migrações forçadas, demonstra a atualidade da instituição da liberdade no controle da força de trabalho. Nas entrevistas abertas, com homens ou mulheres, moradores mais antigos ou recentes, de diferentes origens, é recorrente a alusão ao trabalho liberto, trabalho sem patrão, trabalho para mim mesmo, como sustentação de um modo de vida própria ao campesinato amazônico. Neste estudo na Transamazônica, vemos que o cultivo do cacau em SAF tem sido considerado pelos agricultores como estratégia que permite o cumprimento dessa instituição, e é fator essencial na decisão de permanecer em determinada terra.

Constatou-se através da pesquisa comparativa em fase exploratória, que o deslocamento das famílias a partir dos lotes dos assentamentos estudados não é determinado exclusivamente pelas ações de intervenção no desmatamento, nem que o instrumento de regularização fundiária tenha efeito direto e significativo em sua mobilidade espacial. Portanto, na pesquisa aqui proposta, buscaremos estudar quais os fatores que, interagindo com tais ações e instrumentos, afetam as decisões sobre a mobilidade espacial, considerando essas interações segundo a racionalidade camponesa. Verificamos através de métodos qualitativos que essa racionalidade tem como fundamento central a reprodução social da unidade familiar segundo os preceitos do campesinato amazônico. Esses preceitos se viabilizam na resistência aos constrangimentos à autonomia no controle de sua força de trabalho. Identificamos ainda que, na tomada de decisão sobre a mobilidade espacial das famílias esses constrangimentos de diversas ordens são avaliados à luz das alternativas vislumbradas, sempre com o intuito de manter a subsistência da unidade familiar livre da subordinação patronal. Assim, a decisão sobre o processo de transferência de direitos associados à terra é percebido, sobretudo, como parte de uma estratégia de reprodução social da unidade familiar, a fim de garantir a condição camponesa do agricultor através do trabalho livre.

Ao constatarmos, através da comparação entre PA e PDS, que não são as regras de intervenção no desmatamento e a modalidade fundiária determinantes no processo de mobilidade de agricultores familiares nos assentamentos, lançaremos mãos do estudo de caso do PDS Virola-Jatobá, tendo como principal foco a unidade familiar, segundo a lógica de reprodução social camponesa.

7 ESTUDO DE CASO: A MOBILIDADE ESPACIAL DAS UNIDADES FAMILIARES DO PDS VIROLA JATOBÁ

Como vimos nos capítulos anteriores, uma multiplicidade de fatores contribuem para a mobilidade espacial das unidades familiares camponesas, dentro e entre as áreas de assentamento para a chamada reforma agrária. Neste capítulo, através do estudo de caso do PDS Virola Jatobá, buscaremos a interpretação do significado dessa mobilidade, pelos próprios entrevistados. Iniciaremos o capítulo apresentando duas histórias de vida, método que utilizamos para capturar as interpretações dos próprios atores sociais sobre seus movimentos. O primeiro entrevistado, senhor Roberto Nascimento, nunca vendeu seu direito ao lote, permanecendo no mesmo pelo menos até a defesa dessa dissertação. O segundo entrevistado, senhor João Soares, vendeu o seu direito ao lote originalmente atribuído pelo INCRA, permanecendo na cidade por 2 anos. Porém, embora sua primeira entrevista tenha sido realizada na cidade de Anapu, a segunda já o encontra em um novo lote, pois, resolvido seu problema de saúde, compra um novo direito de posse e retorna ao PDS. As narrativas de suas trajetórias de vida, cujos eventos e interpretações foram obtidos junto a apenas dois entrevistados, são, no entanto, recorrentes em diversas outras entrevistas e ilustram a mobilidade observada no conjunto das famílias do PDS, contribuindo ao entendimento dos significados compartilhados, a sustentar a decisão que cada unidade familiar faz sobre a venda do direito à terra.

Em seguida, nas seções 7.2 a 7.4, apresentaremos dados quantitativos e qualitativos obtidos no conjunto das unidades familiares do PDS Virola Jatobá. Esses dados obtidos através de questionários estruturados, entrevistas semi-estruturadas e observação participante coadunam com os dados qualitativos sobre a mobilidade e a trajetória de dois atores, obtidos pelo método de histórias de vida.

7.1 A MOBILIDADE ESPACIAL NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE DOIS VIZINHOS

Nos estudos sobre as trajetórias de vida de famílias atualmente residentes no PDS Virola Jatobá, buscamos verificar como e porque a mobilidade espacial ocorria. A princípio, através de recorrentes entrevistas, assumimos que a mobilidade é acionada

principalmente pela busca de um espaço para produzir e se reproduzir segundo o modo de vida camponês. Porém, de acordo com Shanin (2005), para o estudo do modo de vida camponês, não basta a mera verificação de se a unidade familiar tem: a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Apesar de que no PDS Virola Jatobá as famílias via de regra apresentam essas quatro componentes, é necessário especificá-los para a situação do PDS e entender como se articulam, para então abstrair a lógica estrutural que orienta as ações desse campesinato específico. Assim, para uma análise mais criteriosa tomamos como base a trajetória de vida de dois vizinhos do ramal Mutum, cujas narrativas ilustram uma diversidade de condições e interpretações de deslocamento, movidos pela busca de melhores oportunidades de vida. Conforme analisado por Wanderley (1996), a busca pela terra é um dos principais pontos de luta de uma parcela do campesinato brasileiro. Luta esta que representa a busca por um espaço onde possam garantir a sua condição de camponês, ou seja, um lugar onde possam garantir sua reprodução social.

Veremos a seguir a trajetória de vida das famílias do Sr. Roberto Nascimento e do Sr. João Soares marcadas pelos constantes deslocamentos e desempenho de diferentes atividades na luta pela terra e por melhores condições de vida.

7.1.1 A trajetória de vida do Sr. Roberto Nascimento de Souza, 62 anos

Conforme já mencionamos anteriormente, a mobilidade espacial de agricultores não se inicia a partir do local imediatamente anterior de onde vieram, mas sim, esta estratégia de deslocamento se faz presente ao longo de toda trajetória de vida familiar, conforme podemos observar no histórico de deslocamento do Sr. Roberto (Quadro 2).

Quadro 2: Histórico de deslocamentos e de atividades que compuseram a trajetória de vida de Seu Roberto, 62 anos, morador da Vicinal Mutum, PDS Virola- Jatobá.

Local	Situação	Atividade	Período	Motivo da saída e deslocamento
Ipoeira-Ceará	Agregado*	Agricultura	1948-1958	Seca, fome, busca por terra
Piauí	Agregado*	Agricultura	1959-1961	Precariedade no trabalho, fome, busca por terra.
Pio XII-MA	Agregado/Diarista*	Agricultura	1962-1963	Busca por terra.
Pindaré-MA	Posseiro*	Agricultura	1964-1966	Dificuldades de acesso/malária
Vitorino Freire-MA	Diarista	Fazendas	1966-1968	Casamento
Pindaré-MA	Posseiro	Agricultura	1960-1970	Garantir a reprodução da família no imediato.
Vitorino Freire-MA	Diarista	Fazendas	1971-1972	Garantir a reprodução da família no imediato.
Lago da Pedra-MA	Diarista	Fazendas	1973-1979	Nascimento de 4 filhos/necessidade de uma terra para garantir o sustento da família.
Vitorino Freire-MA	Agregado/diarista	Agricultura	1980-1982	Busca de dinheiro “fácil” no garimpo para comprar terra
Santa Luzia-PA	Extração de ouro/venda comida	Garimpo/comércio informal	1983-1984	Falta de aptidão a atividade /declínio na extração do ouro/separação
Carutapera-MA	Garimpo/parceleiro/Venda comida	Extração de ouro/agricultura/comércio informal	1985-1989	Separação
Encruzo-MA	Cidade	Desempregado	1989	Falta de recurso financeiro
Encruzo-MA	Diarista	Fazenda	1990	Casamento
Encruzo-MA	Parceleiro	Agricultura	1990-1991	Busca de melhores oportunidades de vida na cidade
Gurupi-PA	Vaqueiro	Fazenda	1992-2001	Busca de terra
Anapu-PA (cidade)	Diarista	Limpeza de terrenos urbanos	2002	Busca de terra
Anapu-PA (PDS)	Assentado	Agricultura	2002-2011	Permanece na terra

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

*Período em que permaneceu com os pais (criança-rapaz solteiro) que eram agregados.

Nascido em 1948, em Ipoeira, Estado do Ceará, filho de agricultores, Seu Roberto migrou com os pais e onze irmãos para o Estado do Piauí em 1959. Nessa época eram constantes os deslocamentos de famílias do Ceará para outros estados, sendo este um meio para fugir da seca e da fome, conforme afirma Seu Roberto: “nessa época no Ceará muitas família se tacava na estrada, embora morresse de fome nas viagem”. O deslocamento de uma família acabava orientando o deslocamento de outras. Assim, os pais de Seu Roberto tomaram a decisão de ir embora do Ceará:

[...] no Ceará nós estávamos passando muita fome! O meu pai trabalhava nessa terra desse tio nosso, e aí, nós passávamos muita fome, foi no tempo daquelas secas braba que teve no Ceará. A

gente ficou numa situação que, o que a gente comia era macambira, aí meu pai não aguentou e decidiu ir embora pro Piauí (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas no Estado do Ceará estava a fome, que era ainda mais agravada pelo grande número de filhos e pela necessidade de uma terra própria. Assim, a união desses fatores foi determinante na tomada de decisão da família em ir para o Estado do Piauí. Pois, de acordo com o Seu Roberto, o seu pai sempre dizia: “meus filhos, sem terra não tem como criar todos vocês aqui... têm que arrumar uma terra pra trabalhar”. Além do mais, o pai de Seu Roberto Nascimento também considerava que “trabalhar pros outros não dava futuro”. A partir de então, deu-se início a uma longa jornada de deslocamentos acompanhados de muitos desafios na busca por terra e de melhores condições de trabalho.

Porém, a dificuldade de se conseguir a tão sonhada terra própria, bem como a melhoria das condições de vida da família acabou fomentando constantes deslocamentos. Segundo Seu Roberto, devido a família não ter conseguido uma terra no Estado do Piauí, acabaram tendo que se submeter às precárias condições de trabalho:

[...] lá nós trabalhávamos de empreita roçando juquirá e nós trabalhávamos em engenho de moer cana também. Trabalhava pros outro pra sobreviver, pois nessa época que moramos no Piauí, as coisas estavam muito feias por lá. Nós cansamos de trabalhar uma diária em troca de um litro de milho, isso pra poder viver. É! Nós quase morremos de fome no Piauí... Olhe, nós trazia esse milho pra casa e meu pai entregava pra mamãe, ela torrava uma parte, aí pisava com rapadura, era nossa janta! Milho pisado com rapadura. A outra parte ela deixava pro almoço pros que ficava em casa, ela já ia fazer um senhor de mugunzá, milho cozinhado com feijão. Era uma vida muito sofrida, Ave Maria! Então, o meu pai decidiu sair de lá porque não dava condição de criar os filhos. Nós éramos doze irmãos, viu! (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Por não terem conseguido terra e melhores oportunidades de trabalho no Piauí, seus pais decidiram ir embora para Pio XII-MA. A decisão de ir para o Maranhão foi motivada pela existência de parentes que lá já moravam e devido às “fofocas”, como a facilidade de acesso a terra e a “fartura” de recursos voltados principalmente para a alimentação familiar:

[...] aí, um pessoal nosso foi embora do Ceará pro Maranhão, nessa época viemos pro Piauí e, quando meu pai descobriu que esse pessoal morava no Maranhão... aí meu pai foi olhar e conversando com eles o meu pai voltou, aí pegou nós, jogou em cima de um caminhão e tiremos pro Maranhão... a gente já ouvia os vizinhos falar que lá no Maranhão era muito bom, que tinha muito recurso pra sobreviver... Recursos assim, de caça, de peixe, o pessoal produzia muito arroz, farinha né! Além de dizerem que era mais fácil conseguir uma terra (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Considerando a situação que a família já tinha passado no Ceará e que estava enfrentando no Piauí, a facilidade de acesso a recursos referentes à alimentação já representava uma melhora significativa na qualidade de vida da família. Mas a necessidade de obter uma terra para que a família pudesse garantir a sua autonomia e a reprodução de seu modo de vida, levou os pais de Seu Roberto a efetuar novos deslocamentos.

[...] quando a gente chegou no Maranhão, a gente viu mais facilidade porque tinha muito peixe, tinha farinha, tinha muito arroz. Aí a gente viu a coisa começar melhorar, mas meu pai sempre dizia pra nós: meus filhos, tenho que arrumar uma terra pra trabalhar pra criar vocês. Pois, quando chegamos no Maranhão fomos trabalhar pra uns parente nosso, não era a terra da gente... Aí a gente saiu de lá porque a vontade do meu pai era arrumar uma terra pra trabalhar (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Assim, em 1964, seus pais tomaram a decisão de ir para Pindaré-MA mediante o apoio de um vizinho que os ajudaram a obter uma terra através da posse espontânea. Neste caso, mais uma vez a relação de vizinhança foi determinante na tomada de decisão de deslocamento. Mas, apesar de ter adquirido a tão sonhada terra própria de onde a família passou a tirar o sustento, as dificuldades de acesso e o problema da malária, fez com que seus pais abandonassem a terra, conforme relata:

[...] lá nós fomos trabalhar pra nós mesmo. Fazia roça de mandioca, meu pai arrumou casa de forno, a gente fazia muita farinha. De lá de onde nós morávamos pra cidade de Pindaré era três dias de viagem de canoa, aí a gente botava 18, 20 saco de farinha na canoa, e descia pra Pindaré... a

situação era muito difícil... Ai, lá a malária pegou nós, e o meu pai se desgostou de vez e foi embora pra Vitorino Freire... A terra, o meu pai abandonou... lá nessa época ninguém queria terra porque a malária não deixava o cabra permanecer muito tempo não (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Neste caso, o acesso a terra não garantiu a melhoria das condições de vida que a família buscava, pois os problemas de saúde e de isolamento impediram a permanência da família na terra. Assim, em 1966, a família se mudou para o município de Vitorino Freire – MA. Novamente sem terra, voltaram a trabalhar de diarista e empreiteiros em fazendas, retomando a situação anterior, mas sem o problema da malária e do isolamento. Como forma de complementar a renda familiar, em Vitorino Freire, a mãe de Seu Roberto Nascimento passou a trabalhar na extração do coco babaçu:

[...] lá nós fomos trabalhar nas terras alheia. Minha mãe também quebrava muito coco nessa época, ela quebrava coco pra vender pra comprar o que comer, quebrava coco pra fazer óleo pra temperar, aí fiquemos naquela luta por um bom tempo (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Em 1966, seu Roberto casou-se. Durante alguns anos, mesmo estando casado, não se preocupou muito em se fixar em um local, pois “quando se é jovem, não existe muita preocupação com o dia do amanhã, o negócio é farrear e andar pelo mundo a fora”. Porém, “depois que me casei, a partir de certo momento, eu vi que era difícil manter a família sem ter uma terra, desde então começou a peleja”.

Assim, após o casamento, decidiu retornar para Pindaré-MA, para onde já tinha ido um de seus irmãos após de casar, pois segundo Seu Roberto “depois que os irmãos tudo foi se casando teve que tomar o seu rumo”, sendo esta a forma dos filhos assumirem a sua própria família, ou seja, a forma de “se tornar homem”. A partir de então, como novo chefe de família, passou a assumir a responsabilidade da reprodução do próprio núcleo familiar, responsabilidade esta expressa em uma de suas falas: “de lá pra cá a peleja passou a ser minha”.

Mesmo conhecedor das dificuldades de acesso e o problema da malária, Seu Roberto tomou a decisão de retornar para Pindaré-MA, decisão esta motivada por seu irmão: “fui para Pindaré porque meu irmão já estava lá e a gente ia se ajudando”. Assim

como a decisão de ir para Pindaré, novos deslocamentos foram influenciados por familiares conforme afirmou em algumas de suas falas: “um ano depois voltei para Vitorino Freire onde estava os meus pais” e logo depois “fui pro Lago da Pedra-MA porque um irmão meu casou e foi trabalhar pra um fazendeirão que tinha lá”. Assim, Seu Roberto após se casar trabalhou dezenove anos em fazendas como empreiteiro e diarista, geralmente em locais onde se encontravam morando alguns de seus familiares.

Segundo Seu Roberto, até então, a sua preocupação não era o de acumular capital ou de adquirir uma terra própria, pois: “quando a gente é mais jovem é muito empolgado, não se preocupa muito com o dia do amanhã, se preocupa só com o hoje”. Essa forma de “não se preocupar muito com o dia do amanhã” era questionada por seu pai que sempre dizia: “meu filho, arrume com os dentes pra comer com as gengivas”. Mas foi com o nascimento dos quatro filhos que Seu Roberto passou a se preocupar com o futuro da família, bem como, pela busca da uma terra própria, pois a partir de então, a “vida de peão do trecho” já se apresentava inviável.

Assim, por não ter obtido melhoria nas condições de vida ao longo desses anos de trabalho em fazendas e por já possuir quatro filhos, seu Roberto com incentivo da esposa decidiu retornar para Vitorino Freire-MA e morar no lote de seu sogro. Mas, após morar dois anos no lote do sogro (1980-1982) como agregado e trabalhando como diarista decidiu aventurar a sorte no garimpo Cachoeira, município de Santa Luzia do Pará, sendo esta, “uma forma de se livrar da vida de diarista e de arrumar um dinheiro mais fácil pra comprar uma terra”. Segundo Seu Roberto, neste período, muitos homens deixaram a família no Maranhão e foram em busca do dinheiro fácil em garimpos do Estado do Pará. Mas, diferentemente da maioria, Seu Roberto levou consigo sua esposa e os quatro filhos. Porém, o resultado não foi o esperado devido o declínio da exploração do ouro e a falta de experiência com a atividade:

[...] ai, a experiência foi negativa... Garimpo tu sabe né? É pra uns e outros não. A gente só arrumou alguma coisa porque a mulher vendia comida, mas logo, aquela fofoca acabou e, acabando a fofoca, a gente ia vender comida pra quem? (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Assim, um ano depois, decidiu deixar os dois filhos que estavam em tempo de freqüentar a escola com familiares em Vitorino Freire-MA, e foi com a esposa e os dois filhos menores para uma localidade denominada de Chega-Tudo, município de

Carutapera-MA, também região de garimpo. Nesta localidade, trabalhou apenas quatro meses na exploração de ouro. Pois, após conseguir um “pedaço” de terra para trabalhar cedida por um compadre e um ponto comercial para a esposa vender comida para os trabalhadores de garimpo, abandonou de vez a atividade de garimpagem.

Mas, com a separação da mulher, Seu Roberto juntou o pouco que tinha conseguido e comprou um terreno na cidade de Encruzo-MA, onde pretendia construir um ponto comercial, mas como seu dinheiro não era suficiente, vendeu o terreno. Assim, tanto a ida para o garimpo como a decisão de morar na cidade foram formas aventureiras de busca por melhores condições de vida, como ele mesmo relata: “muitas vez a gente tenta dum lado e não dá, aí a pessoa vai tentar o outro lado, pra vê se dá”.

Como não encontrou a melhoria que buscava, voltou a trabalhar fazendas. Mas após casar-se com Dona Amélia, sua atual esposa, conseguiu uma terra cedida por um compadre, onde permaneceu trabalhando como parceiro por aproximadamente 4 anos (1990-1991).

Desacreditando da possibilidade de melhoria de suas condições de vida a partir da venda de sua força de trabalho, bem como do trabalho como parceiro em terras de terceiros, seu Roberto resolveu sair em busca de uma terra em Gurupi – PA, conforme afirmou:

[...] chega uma hora que as forças da gente já não são mais as mesmas... Aí o patrão já começa a querer recusar trabalho... Além do mais, trabalhar nas terras dos outros é como fazer filho na mulher alheia, não dá futuro pra ninguém. Por isso decidi ir pra Gurupi pra ver se arrumava uma terra pra que eu pudesse trabalhar pra mim mesmo (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Segundo seu Roberto, seu filho mais velho, que já encontrava-se morando em Gurupi na época, tinha falado que lá haveria maiores possibilidade de aquisição de uma terra. Assim, motivado pela possibilidade da obtenção de uma terra própria, seu Antonio com a esposa foram para Gurupi. Por não terem conseguido a tão sonhada terra própria, tiveram que permanecer trabalhando como vaqueiros em uma fazenda durante oito anos (1992-2000). Mas, ao ficarem sabendo através de um amigo da disponibilidade de terra no município de Anapu, decidiram no ano de 2001 ir em busca da terra própria, conforme relatou: “Eu disse: Josa, vamos pro Anapu, que lá nós arruma uma terra”

A notícia da existência de terras disponíveis em Anapu foi levada por um amigo da família que também morava em Gurupi. Como Seu Roberto não conhecia a região decidiu ir para Anapu na companhia deste amigo conforme relata: “eu disse, vamos com o Agenor que ele já conhece o local”.

Ao chegarem à cidade de Anapu, não conseguiram terra de imediato, o que levou a família a enfrentar grandes dificuldades enquanto tiveram que permanecer morando na cidade. No ano seguinte (2002), o Seu Roberto conseguiu um lote no interior do PDS Virola-Jatobá, onde a família enfrentou grandes dificuldades devido à falta de recurso financeiro, às dificuldades de acesso e ao medo gerado pela pressão de fazendeiros.

Mesmo mediante todas essas dificuldades presentes no período de instalação no lote, Seu Roberto sempre esteve seguro quanto à decisão de permanecer na terra, mas uma série de problemas de saúde ocorridos na família fez com que o mesmo colocasse no ano de 2008 o lote a venda. Mas, por não ter encontrado comprador, manteve-se com a terra. Segundo Seu Roberto, em momentos de grandes dificuldades principalmente quando se trata de problemas de saúde na família, a prioridade é garantir a assistência necessária mesmo que a última alternativa seja vender seu meio de produção, a terra:

[...] olhe, vou lhe dizer uma coisa, nesses últimos anos eu tenho passado por grandes dificuldades aqui dentro. Era filho, mulher e eu, todo mundo doente. Aí comecei a vender o que tinha pra tratar da família, primeiro vendi a produção da roça que era pra comer, depois vendi todo equipamento da casa de farinha, vendi forno, vendi tudo. Por último vendi uma árvore e foi o que me ajudou escapar, pois eu já estava com o lote a venda, e só não vendi porque não achei comprador. Mas a vida é assim, a prioridade é a família (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Segundo seu Roberto outro fator que contribuiu para a sua permanência no assentamento durante as fases de maiores dificuldades foi a solidariedade dos vizinhos:

[...] olhe, quando eu fiquei aqui dentro desse lote sozinho e doente, a minha sorte o meu socorro era essa vizinha bem aí, a Maria, ela que fazia as coisas pra mim... e quando falta um óleo alguma coisa o socorro são os vizinhos... Aqui é assim, um dia a gente precisa deles, no outro eles precisa da gente, e assim, vamos se ajudando

aqui dentro (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Como podemos perceber a decisão tanto de deslocamento como a de permanência na terra depende de um conjunto de fatores, dos quais, o ciclo de vida familiar, os problemas de saúde e a busca por melhores condições econômicas são determinantes neste processo de tomada de decisão.

7.1.2 A trajetória de vida do Sr. João Soares, 62 anos

A trajetória de vida de Seu João assim como a de Seu Roberto é marcada por constantes deslocamentos que se inicia no período em que ainda permanecia sobre o poder dos pais (Quadro 3).

Quadro 3: Histórico de deslocamentos e de atividades que compuseram a trajetória de vida de Seu João, 62 anos, morador da Vicinal Mutum, PDS Virola-Jatobá.

Local	Situação	Atividade	Período	Motivo saída/deslocamento
Camucí-CE	Trabalho informal*	Venda de jóias	1948-1958	Busca de terra para os filhos
Olho D'água das Cunhã-MA	Parceleiro/trabalho informal*)	Agricultura/venda de jóias	1959-1963	Compra da primeira propriedade de terra
Bananal – MA	Posseiro	Agricultura	1964-1967	Busca da autonomia
Juçaral do Mendonça – MA	Diarista	Fazendas	1968-1972	Casamento
Chapéu de Couro – MA	Diarista	Fazendas	1973-1976	Busca por melhores oportunidades de trabalho
Nova Olinda – Ma (aldeia indígena)	Diarista	Fazenda de cana-de-açúcar (engenho)	1977-1979	Compra de uma terra
Juçaral – Ma	Proprietário de terra	Agricultura	1979-1988**	A busca por dinheiro “fácil” no garimpo
Garimpo de Peixoto - Mato Grosso	Proprietário de terra/ Garimpeiro	Agricultura/extração de ouro	1980-1988**	Venda da terra/falência
Mineirinho – MA	Agregado	Agricultura	1989-1990	Busca de melhores oportunidades de trabalho e de terra
Jacundá – PA	Diarista/empreiteiro	Fazenda	1991-1993	Compra de terra
Jacundá – PA	Posseiro	Agricultura/pecuária	1994-2000	Decisão de morar na cidade
Jacundá – PA (cidade)	Desempregado/filho empregado	Serraria (filho)	2001	Falência/busca de terra
Anapu-PA (PDS)	Posseiro	Agricultura	2002-2008	Venda da terra/doença na família
Anapu-PA (cidade)	Desempregado		2008-2010	Compra de terra
Anapu-PA (PDS)	Posseiro	Agricultura	2010	Permanece na terra

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

*Período em que permaneceu com os pais (criança-rapaz)

**Permaneceu com a terra mesmo atuando como garimpeiro

Seu João nasceu no município de Camucim, Estado do Ceará, filho de uma família de 13 irmãos, sendo o pai baiano e mãe alagoana. No Estado do Ceará, seu pai trabalhava com venda de jóias no mercado informal. Já que a maioria dos filhos eram homens, conforme foram crescendo, o pai de Seu João passou sentir a necessidade de adquirir uma terra para que os mesmos pudessem trabalhar, uma vez que não tinha como integrar todos os filhos em sua atividade de joalheiro.

Assim, quando o Sr. João tinha 10 (1958) anos de idade, seu pai conseguiu um “pedaço” de terra cedido por um prefeito da cidade Olho D'água das Cunhãs, no Estado do Maranhão. Porém, mesmo com uma terra cedida para trabalhar, o pai de João continuou vendendo jóias, ficando a sua mãe e os seus irmãos mais velhos responsáveis pelas atividades agrícolas.

Em 1964, quando tinha quinze anos, seu pai conseguiu dinheiro com a venda de jóias e comprou uma terra para a família em Bananal – MA. Logo após, seus pais se separaram, ficando a terra na posse da esposa e dos filhos, já que o seu pai não possuía aptidão para atividades agrícolas, conforme relata: “meu pai não era homem de roça, o negócio dele era andar pelo mundo vendendo as jóias dele, era homem de negócio”.

Mesmo o pai não sendo um “homem de roça” viu a terra como o principal meio de ensinar um ofício aos filhos, o de ser agricultor. Isso porque os avós paternos de Seu João eram agricultores, assim como a família de sua mãe. Ressaltando também que as condições de pobreza no Ceará dificultavam o acesso dos filhos a outros meios de atividade.

Porém, mesmo com o acesso a terra, Seu João, aos 19 anos de idade (1968), decidiu deixar a casa da mãe e foi para o município de Juçaral do Mendonça – MA para trabalhar de diarista em propriedades de agricultores e fazendeiros. Pois, segundo Seu João: “filho homem tem que sair pelo mundo pra conhecer a vida lá fora, não pode ficar só debaixo da saia da mãe ou da barra da calça do pai”. A saída da casa dos pais era uma forma de “se tornar homem”, ou seja, de se tornar um homem preparado para assumir a própria família.

Em Juçaral do Mendonça – MA, casou-se aos 22 anos de idade (1970) e logo em seguida decidiu ir para Chapéu-de-couro – MA em busca de melhores oportunidades de trabalho. Lá morou e trabalhou durante três anos como diarista em fazendas quando decidiu verificar as “fofocas” de que em Nova Olinda – MA havia melhores oportunidades de trabalho. Ao constatar melhores oportunidades, voltou para buscar a esposa e foi trabalhar em uma fazenda de engenho, mas morava em uma aldeia junto a um grupo indígena, conforme relata:

[...] lá me dei muito com os índios, muito mesmo. Dormia por lá e, eles não queriam que eu viesse embora não! Mas eu disse, é compadre, eu vou me embora, eu vim pra cá mas não to me dando. Lá eu vivia mais nos matos com os índios... e quando eu chegava ia trabalhar no engenho do Seu João Flor (João Soares, entrevista em Maio/2010, 62 anos).

Para superar a instabilidade no trabalho no engenho, Seu João buscava apoio do grupo indígena com o qual estabeleceu uma relação de compadrio. Mas, por não se adaptar à situação de instabilidade decidiu retornar para Juçaral – MA em 1979, onde

conseguiu comprar uma casa e um pequeno “pedaço” de terra, complementado-o com um outro “pedaço” que ganhou de um amigo. Porém, mesmo adquirindo uma terra e uma casa, Seu João decidiu acompanhar as “fofocas” do garimpo, deixando a esposa e filhos em Juçaral. Assim, em 1980 foi para o garimpo do Peixoto em Mato Grosso em busca do “dinheiro fácil”. Durante o período que trabalhou no garimpo retornava a Juçaral somente para visitar a família e prestar o apoio financeiro que precisavam.

Segundo o Seu João, a atividade de garimpeiro lhe rendeu bons resultados financeiros, porém, a “vida de farra” não permitiu que o mesmo mantivesse o capital que adquiriu:

[...] era bom trabalhar no garimpo. Lá dá dinheiro pra gastar, pois quem num tem juízo como eu não tinha, gastava mesmo... Pois eu gastei todinho na vida de farra, mas se fosse agora eu não gastaria não! (João Soares, Maio/2010, entrevista em 62 anos).

Quanto à forma de administrar o que ganha, Seu João acredita que a fase em que tinha muita “disposição para o trabalho pesado, não se preocupava muito com o dia do amanhã”, fator que o levou a perder tudo o que tinha por várias vezes. Mas garante, se tivesse hoje a mesma oportunidade administraria o dinheiro “pensando no dia do amanhã”. Quanto a atividade de garimpeiro, o mesmo afirma que: “se abrisse garimpo de novo e eu tivesse novo, eu num ia dar uma diária de serviço com roça não, eu ia para o garimpo”. Neste relato podemos constatar que hoje mesmo dependendo da terra para tirar o sustento da família, caso tivesse condições para voltar a desempenhar a atividade de garimpeiro, deixaria a terra. Aqui, a terra aparece como um segundo meio de reprodução familiar.

Assim, após passar a “fofoca” do garimpo devido o declínio da atividade, Seu João vendeu a casa e a terra que possuía em Juçaral e por não conseguir administrar o dinheiro de forma adequada, acabou ficando “sem nada”. Para tentar superar tal situação, em 1989, decidiu ir com a família para Mineirinho – MA, morar como agregado na terra de um cunhado. Mas, em 1991, motivado pelas “fofocas” foi em busca de terra e de melhores oportunidades de trabalho no município de Jacundá – PA. Chegando em Jacundá, foi trabalhar com a família em fazendas durante dois anos, tempo que precisou para arrumar o dinheiro que precisava para comprar uma terra.

Como não possuía recurso financeiro para investimento na terra, vendeu a madeira da área de mata para manter as principais necessidades da família e efetuar os primeiros investimentos. Assim, alguns anos depois já possuía um pequeno rebanho de gado bovino, mas a decisão de vender os bens que possuía para morar na cidade no ano de 2001 fez com que o mesmo ficasse “sem nada” novamente, somente com uma casa para morar:

[...] outro dia bem aí em Jacundá, eu peguei a sorte, peguei a fortuna, mas perdi. Peguei o gado e vendi, peguei terra e vendi, peguei mata vendi e acabei com tudo... Gastei dinheiro de lote, de vaca. Lá eu tinha umas dezoito vacas e acabei com tudo, tudo, tudo! Aí eu fiquei no zero, aí eu disse: rapaz, eu vou caçar um local pra eu trabalhar. Aí eu vim pra aí, nessa fofoca dessa mulher (João Soares, Maio/2010, 62 anos).

Na cidade de Jacundá (2001), os filhos foram trabalhar de empregado em serrarias e o Sr. João permaneceu desempregado. Após gastar todo o recurso financeiro obtido através da venda dos bens que possuía, decidiu novamente ir a busca de terra, assim, ao ser informado que no município de Anapu, a Irmã Dorothy estava “distribuindo” terra, decidiu acompanhar o gerente de uma fazenda localizada próxima ao PDs Virola-Jatobá, deixando a família em Jacundá.

Assim que chegou a Anapu (2002), foi construir picadas no interior do PDS Virola-Jatobá junto com um grupo de “sem terra” apoiados pela missionária Irmã Dorothy. Mas segundo o mesmo, foram muitas as dificuldades enfrentadas no início do processo de ocupação. Dentre as principais dificuldades, aponta a falta de estrada e a pressão dos fazendeiros e madeireiros, através da ação de pistoleiros:

[...] era ruim porque a gente quando ia entrar lá pra dentro, tinha que carregar rancho e tudo era nas costa... Nessa Mutum não era estrada, era vareda... No tempo desses conflitos, não tinha estrada, não tinha nada... O sufoco foi feio, nós andávamos escondido pelos mato (João Soares, 62 anos, entrevista em Maio/2010).

Segundo o Sr. João, no início do processo de ocupação apenas um pequeno número de moradores conseguiu permanecer na área trabalhando, devido às ameaças dos fazendeiros e madeireiros, às dificuldades de acesso e a falta de recurso financeiro.

Passado o período de maiores conflitos com fazendeiros e madeireiros, um de seus filhos veio tirar uma terra em seu nome, já que Seu João não possuía os documentos necessários para cadastrar-se no INCRA. Após conseguirem um lote,

vieram de Jacundá a sua esposa e seu filho com os netos para morar no PDS, onde permaneceram morando durante seis anos. Um acidente de trabalho ocorrido com Seu João o levou à cegueira, atrelado aos problemas cardíacos, e fez com que a família tomasse a decisão de vender o lote, para ir à busca de tratamento para o mesmo. Assim, com parte do dinheiro, a família comprou uma casa na cidade de Anapu e o restante gastou com parte do tratamento de seu João.

Como o tratamento não conseguiu resolver os problemas de saúde de Seu João e, estando seu filho desempregado, a família enfrentou grandes dificuldades na cidade. A falta de sustento diário levou a família a tomar a decisão de vender a casa e comprar novamente o direito a um lote no interior do PDS Jatobá. A decisão de retornar para o PDS, se deu pela facilidade de acesso a terra devido ao preço baixo e pelo fato de já possuir uma boa relação de vizinhança com as famílias do assentamento. Assim, a família decidiu pelo retorno ao PDS em 2010.

Devido ao conjunto das entrevistas e observações em campo, pudemos perceber que os históricos de deslocamentos, que compõem tanto a trajetória de vida de Seu Roberto, quanto a de Seu João, podem representar uma história individual de mobilidade, mas também representam uma memória coletiva. As duas narrativas ilustram um padrão que conseguimos capturar no conjunto das entrevistas e conversas informais. As duas narrativas ecoam nas histórias de diversas famílias que tiveram a sua trajetória influenciada por fatores comuns, a exemplo das conseqüências da seca do Ceará, as “fofocas” dos garimpos, a notícia de terra fácil no Maranhão e no Pará, bem como, de melhores oportunidades de trabalho associadas a políticas públicas.

Neste processo de mobilidade espacial, a rede social composta pelas relações de parentesco, compadrio e vizinhança se constitui não apenas como ponto orientador dos deslocamentos, mas também, como importante mecanismo para a permanência dessas famílias na terra. Estas relações são percebidas e praticadas como um importante instrumento de superação da ausência do Estado.

As trajetórias de vida de seu Roberto e seu João, além de representações de suas famílias, ilustram situações observadas e registradas recorrentemente no conjunto das famílias do PDS. Porém, para capturar os dados desse conjunto por outra abordagem, já contextualizando no PDS Virola Jatobá especificamente, nesta próxima seção, apresentaremos uma integração de dados coletados por questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas.

7.2 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO, COM OS MESMOS VELHOS DESAFIOS

Os agricultores familiares do PDS Virola-Jatobá, assim como os dos projetos de assentamento convencionais na região da Transamazônica, têm enfrentado grandes desafios, dentre eles destacam-se: 1) precariedade ou ausência de infra-estrutura; 2) serviços públicos de educação deficientes ou ausentes; 3) serviços públicos de saúde deficientes ou ausentes 4) falta de apoio técnico e creditício para a produção agrícola; 5) limitantes bio-físicos para o principal produto de mercado regional consolidado e 6) reduzido capital inicial. Esses desafios têm sua dificuldade intensificada pela lentidão do processo de regularização fundiária, que lhes permitiria acesso aos direitos formais para solucioná-los.

7.2.1 Precariedade ou ausência de infra-estrutura

Ao tratarmos a questão das dificuldades de acesso devido aos problemas de tráfego no interior do PDS Virola Jatobá, principalmente no período chuvoso, identificamos que, mesmo oito anos após a criação do PDS, muitas famílias que residem nas glebas 107 e 129 (final da vicinal Mutum) ainda continuam sem acesso à estrada. Essa situação tem dificultado tanto o escoamento da produção, como é a causa alegada pelos entrevistados da não permanência efetiva da família no lote.

Os agricultores residentes nessas áreas afirmam que acaba tornando inviável a produção de arroz e milho para a comercialização, embora sejam cultivos que apresentem boa produção. Para os mesmos, a dificuldade de transportar esses produtos até o local com estrada onde tenha acesso ao caminhão de linha, o baixo preço desses produtos contando ainda com o custo do frete para transportá-lo para o setor de comercialização (cidade de Anapu), economicamente acaba não compensando. Como forma de garantir uma renda futura mais segura, algumas famílias tem investido na implantação da cultura do cacau, mas em função das condições inadequadas de solo, grande parte dos plantios foram extintos logo nas primeiras estiagens e, quanto às áreas que restaram, em sua maioria não tem apresentado bom desenvolvimento, fator que tem desestimulado agricultores a implantarem novas áreas.

7.2.2 Precariedade ou ausência de serviços públicos de educação

Conforme já mencionado, o problema de acesso devido à precariedade ou ausência das estradas tem afetado não somente o processo de transporte da produção, como também, o acesso de jovens e crianças à escola. A falta de oferta do ensino acima de 4ª série tem levado à divisão de famílias, geralmente permanecendo a esposa junto aos filhos pequenos em tempo de aulas na cidade, enquanto os chefes de família e filhos maiores, que não se encontram estudando, permanecem trabalhando no lote. Tal situação é relatada pelo agricultor Luiz, residente no final da gleba 107, área aonde a estrada ainda não chegou:

[...] sou um dos primeiro moradores daqui e no início era ainda mais difícil, pois, a estrada ficava ainda mais distante... Aqui não tinha escola, não tinha nada era só mato, nem vizinho tinha. Por isso, o jeito foi deixar a mulher com os filhos que estavam estudando na cidade e, continuam lá até hoje porque aqui hoje não tem mais escola pra eles. Aí é assim, eu fico queimando lata aqui nesse barraco e a mulher só vem aqui, passa uns dias e depois volta... A situação não é fácil, mas fazer o que? (Luiz Castelo, Jul/2009).

A situação do Sr. Luiz é a de muitos agricultores de assentamentos da região da Transamazônica. A referida situação ocorre porque mesmo após a ocupação das áreas de assentamento, o serviço de educação demora anos para chegar e, quando chega, o ensino oferecido geralmente vai apenas de 1ª a 4ª série. Quando o município consegue implantar o ensino fundamental completo, a distância entre a casa e a escola e a falta de transporte acabam dificultando o acesso a todos os estudantes.

No caso do PDS Virola Jatobá, apenas uma escola localizada na vicinal Mutum oferece ensino de 1ª a 5ª série, sendo as outras quatro de apenas 1ª a 4ª série. Cabe destacar que nas escolas de 1ª a 4ª série funcionam apenas com uma professora que é responsável por todas as séries, obrigando-as a lecionar em salas multi-seriadas. Quanto a turma de 5ª série, também, somente uma professora é responsável por todas as matérias, considerando ainda que a mesma é diplomada no ensino médio técnico agrícola, não voltado para a área da educação. Além das referidas dificuldades, os professores e alunos sofrem ainda com a falta de materiais didáticos e merenda escolar, conforme relata uma das professoras do PDS:

[...] dar aula em escolas na zona rural não é fácil, a prefeitura não dá suporte para que os professores façam um bom trabalho. Pra você ter uma idéia, as crianças aqui só recebem livros caso sobre nas escolas da cidade, nem livro do mestre eles dão para nós professores dos assentamentos, nossas escolas funcionam aos trancos e barrancos. Olhe, eu corro muito atrás de material didático para conseguir dar uma aula de melhor qualidade, mas vou dizer pra você, não é fácil; considerando ainda as salas multiseriadas, falta de merenda escolar e a falta de transporte. Já imaginou uma criança ter que caminhar vários quilômetros para chegar à escola, muitas vezes mal alimentadas, e ter que ficar quatro horas em sala de aula sem merenda? É essa a situação daqui (Helena Pereira, professora e moradora do PDS, entrevista em Julho/2010).

Uma visita à escola durante o período de aulas confirmou a fala da professora do PDS Virola-Jatobá. São mínimas as condições dadas à educação nos assentamentos rurais, o que tem limitado a qualidade do ensino dirigido aos filhos de agricultores e o que acaba reduzindo ainda mais as perspectivas futuras desses jovens e crianças darem continuidade aos seus estudos.

Verificam-se nos dados da Tabela 10 que o nível de escolaridade dos jovens e adultos das famílias entrevistadas é muito baixo, sendo importante destacar que, mesmo entre os que possuem escolaridade entre 5ª e 8ª série, apenas uma minoria chegou a concluir o ensino fundamental.

Tabela 10: Dados de escolaridade de 183 membros que constituem as 48 famílias entrevistadas do PDS Virola Jatobá.

Intervalo de idade (ano)	Número de Pessoas	Sexo (%)	Nível de escolaridade (nº pessoas)				Sexo (%)	Nível de escolaridade			
		masc.	Analf.	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau	fem.	Analf.	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau
*1 a 6	39	10.2	19	0	0	0	10.8	20	0	0	0
7 a 12	33	12	4	18	0	0	6	2	9	0	0
13 a 18	11	3.3	0	5	1	0	2.7	0	2	3	0
19 a 29	29	7.7	0	8	5	1	8.3	0	10	5	0
30 a 40	28	10.2	1	13	5	0	4.8	0	5	3	1
41 a 59	21	8	7	7	0	0	4	2	5	0	0
A partir de 60 anos	7	2.9	3	2	0	0	1.1	1	1	0	0
Não soube informar a idade	14	4.3	n/s	n/s	n/s	n/s	3.7	n/s	n/s	n/s	n/s
Total	183	58.6	34	53	11	0	41.4	25	32	11	1

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

*Não são oferecidos serviços públicos de educação para crianças até a idade de 6 anos.

Podemos observar também que apenas duas das 183 pessoas obtiveram ensino em nível de 2º grau, onde uma delas exerce a função de professora no assentamento. Quanto ao analfabetismo, observa-se um maior índice entre as pessoas com idade superior aos 40 anos de idade, sendo mais frequente entre as pessoas do sexo masculino.

Mesmo os jovens, que se deslocam dos assentamentos para a cidade de Anapu com a finalidade de dar continuidade aos estudos, acabam tendo seus sonhos frustrados em função da falta de recurso financeiro dos pais e da dificuldade de conseguir emprego na cidade para manter os estudos. Assim, grande parte dos jovens acaba retornando para a vida no campo, principalmente após constituírem novos núcleos familiares:

[...] Anapu está cheio de jovens da zona rural que já tem o ensino médio e tem dificuldades de conseguir um emprego. Então, que facilidade eles estão tendo? Se não for da panelinha da prefeitura municipal, não está fazendo nada, tá entendendo? Depois que esses jovens constituem família aumentando as despesas e responsabilidades acabam sendo obrigados a retornar para o lote dos pais ou então arrumar a sua própria terra para trabalhar, como está acontecendo com os filhos de dona Sebastiana daqui do PDS, que depois de arrumarem mulher e filhos na cidade de Anapu estão todos arrumando terra aqui no PDS, tem alguns que já estão até morando e trabalhando no lote que conseguiram (Helena Pereira, professora e moradora do PDS, entrevista em Julho/2010).

Porém, as situações observadas indicam que o retorno do jovem ao lote dos pais já não se torna mais viável, devido à restrição do tamanho da terra e ao modo de produção, como é o caso principalmente dos agricultores em áreas de solos com fertilidade limitada. Essa situação é observada tanto em áreas de colonização antiga, como em novas áreas de assentamentos.

7.2.3 Precariedade ou ausência de serviços públicos de saúde

Exemplificado a situação de precariedade dos serviços públicos de saúde enfrentada pelos agricultores do PDS, o Sr. Roberto nos conta as dificuldades enfrentadas quando três membros de sua família tiveram sérios problemas de saúde e, por falta de atendimento especializado no único hospital público da cidade de Anapu, o

mesmo teve que dispor dos poucos bens que possui e até mesmo do estoque de produtos destinados a alimentação para ir a busca de tratamento na cidade de Altamira:

[...] rapaz, eu tenho passado um tempo ruim aqui dentro, era mulher, filho e eu, todo mundo doente. Tive que vender até o arroz do paiol, o forno e todo maquinário de fazer farinha pra arrumar dinheiro pra tratar da família e ainda não deu. Cheguei a uma situação de até colocar o lote a venda (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Em função de situações como a apresentada pelo Sr. Roberto, outro morador, o Sr. João Soares, 62 anos, chegou a vender seu direito à terra para ir em busca de tratamento de sua própria saúde.

Em momentos de maiores necessidades, como em caso de doença algumas famílias já chegaram a tomar a decisão de vender seus direitos ao lote para ir à busca de tratamento, como foi o caso do Sr. João Soares, 62 anos, que vendeu seus direitos no ano de 2008 para tratar de sua saúde: “eu tinha que cuidar das vinhas vistas, eu já estava ficando cego e o único recurso era essa terra, então eu meu filho decidiu vender”. Conforme podemos observar na tabela abaixo, ainda existe uma incidência significativa de casos de malária no assentamento.

Tabela 11: Incidência de doenças na família no ano de 2007 (n=48).

Doenças	Nº Pessoas doentes	Nº Famílias entrevistadas	%
Malária	15	15	32
Dengue	3	3	6
Leishmaniose	1	1	2
Doenças graves não tropicais	3	3	6
Não tiveram nenhum tipo de doença grave	–	26	54

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

De acordo com o Sr. José Santana, 65 anos, ex-morador do PDS Virola-Jatobá, no ano de 2006 após conseguir um lote no final da Vicinal Mutum decidiu vender a “casinha” em que morava na cidade de Altamira. Mas segundo o mesmo, após pegar seis vezes malária teve que gastar praticamente todo o dinheiro que recebeu com a venda da casa com a doença, tendo em vista que também, que a doença não dava condições para trabalhar conforme relata: “acabei gastando praticamente tudo com a doença, aí na idade que estou, depois de seis malárias eu já não agüentava mais

trabalhar no pesado”. Assim, como já se encontrava com uma idade um pouco avançada e com a saúde debilitada, vendeu seus direitos ao lote no ano de 2006 e no momento, encontra-se morando na cidade de Anapu.

Como podemos perceber, além da falta de recurso financeiro as famílias também têm enfrentado a falta de assistência a saúde tanto no interior do assentamento quanto na cidade de Anapu, tendo os casos mais graves que serem transferidos para os hospitais da cidade de Altamira o que para muitas famílias torna uma situação inviável devido a falta de dinheiro para custear o deslocamento (passagens), a estadia em outra cidade e até mesmo a própria compra de medicamentos. São muitas as necessidades dos agricultores, e o grande questionamento dos mesmos é de como garantir vida digna às famílias do assentamento mediante a situação apresentada, questionamentos que podem ser sintetizados na fala do Sr. Severino dos Santos:

[...] nós não precisamos apenas de comer e de uma terra pra morar, nós precisamos de outras coisas que possam transformar nossas vidas... Olhe, além de comer, nós precisamos de colégio bom, que aqui não tem, nós precisamos de um posto telefônico, nós precisamos de um posto de saúde. Né? Nós precisamos de apoio a agricultura... Nós precisamos de recurso pra nós viver, pra nós termos uma vida melhor (Severino dos Santos, 62 anos, Abril/2010).

7.2.4 Precariedade ou ausência de apoio técnico e crédito à produção agrícola

O contexto econômico no qual estão inseridos esses agricultores aparece como um dos principais gargalos ao sistema de produção, pois, apenas a atividade cacaueteira e de criação de gado bovino tem oferecido maior segurança financeira às famílias devido a maior estabilidade no preço e mercado garantido. Assim, têm-se assistido tanto em áreas de colonização antiga como em assentamentos convencionais (PA) os agricultores com lotes em área de solos não indicados para o cultivo da lavoura cacaueteira a transformarem seus lotes em contínuas áreas de pastagens, passando a dedicar-se apenas à atividade da pecuária bovina. A pecuária, por se tratar de uma atividade que demanda pouca mão-de-obra e baixo rendimento por área de pastagem quando comparada, por exemplo, à atividade cacaueteira, leva muitos agricultores a buscarem outras estratégias para garantir a reprodução familiar.

Mas, a insuficiência do modo de produção também acaba sendo refletida no interior do PDS Virola Jatobá, a pecuária não é uma importante atividade no assentamento, pois, apenas 2 das 42 famílias entrevistadas desempenham a referida atividade, considerando ainda que uma possui apenas uma cabeça de gado e a outra 17. Para os agricultores do PDS, o tamanho dos lotes individuais (20ha) e a renda muito baixa obtida com a produção de cultivos anuais não tem oferecido garantia ao futuro dos novos núcleos familiares a serem constituídos pelos filhos, principalmente para as famílias com um maior número de membros. Assim, de forma estratégica, muitos agricultores do PDS têm enviado principalmente as filhas para estudar na cidade e quanto aos filhos é comum a preocupação do pai em garantir aos mesmos o acesso a um lote no interior do assentamento, como é o caso do Sr. Francisco dos Santos, que está com duas filhas estudando na cidade e lutando para obter terra para os filhos que permanecem no assentamento:

[...] pra quem tem família grande igual a mim, o INCRA vai ter que ajeitar terra para os filhos que já estão de maior, não sendo o caso, o jeito vai ser eu continuar a meter o ferro na mata e derrubar pra frente. Por que vai trabalhar aonde se não arrumar terra pra eles? A minha família é grande, tenho grande despesa. Já vou com dois alqueires derrubados aqui. E quando esses ai formarem famílias? Tem lote aqui, que tem dono, mas não mora dentro, cadê o INCRA pra arrumar para os filhos dos agricultores que mora aqui dentro e que precisa de uma terra pra trabalhar? Para o Filho que hoje é casado consegui um lote, agora quero ver se consigo um para o Antônio, mas tá ficando cada vez mais difícil. Para conseguir já tem que comprar e cadê o recurso?... Quanto minhas filhas, têm duas estudando em Anapu e a outra ai casada, já tá dentro de um lote com o marido (Francisco dos Santos, 73 anos, entrevista em Maio/2010)

Assim, assiste-se a repetição dos velhos problemas já enfrentados na região da Transamazônica se repetir no interior do PDS Virola Jatobá, mesmo se tratado de uma nova modalidade de assentamento.

7.2.5 Limitantes bio-físicos para o principal produto com mercado consolidado

Nessa porção da Transamazônica, além da bovinocultura, a cacauicultura é a principal atividade econômica com mercado consolidado, como vimos no capítulo 6. Porém, conforme já mencionamos, a maioria dos solos da região da Transamazônica apresenta restrições físico-químicas, limitando o bom desempenho do cultivo do cacau. Quanto às condições de solo do PDS Virola Jatobá os agricultores através de suas experiências tem afirmado que a referida atividade não tem apresentado bom desempenho, com exceção de algumas pequenas áreas presentes em alguns lotes.

Segundo os agricultores, mesmo as áreas que têm apresentado melhores condições de fertilidade, o problema de baixa capacidade de retenção de água no solo tem levado a morte da maioria das plantas logo nos dois primeiros anos após o plantio. Para os agricultores, somente nas áreas mais baixas próximas aos igarapés o cultivo tem apresentado melhor desempenho devido ao maior acúmulo de nutrientes e melhores condições de umidade principalmente nos períodos de estiagem. Porém, são poucas as propriedades que apresentam áreas mais planas próximo dos igarapés, devendo-se ainda considerar que parte dessas áreas é constituída por açazais nativos que legalmente não podem ser desflorestadas.

Além dos limites de solo, a falta de experiência dos agricultores no desempenho de tal atividade aliada à falta de assistência técnica e de créditos tem comprometido ainda mais a possibilidade de sucesso de suas áreas implantadas. Segundo o Sr. Luiz proprietário do lote onde foi obtido a amostra de solo 7 (Quadro 1), seu grande sonho era se tornar um produtor de cacau, mas teve seu sonho frustrado mediante o resultado obtido com suas áreas implantadas, em que grande parte foi perdida logo nos primeiros anos após o plantio e as que restaram têm apresentado baixa produção, mesmo já possuindo seis anos de implantada:

[...] pra você ver, meu sonho era conseguir uma terra pra plantar cacau, com muita luta consegui essa bem aqui e, com todas as dificuldades, sem dinheiro, sem assistência técnica, contando apenas com os meus braços fui plantando meu cacauzinho. Muitos que estavam nas áreas mais altas morreram e os que sobraram estão com seis anos, mas a produção é muito baixa, ainda não tem compensado o investimento que fiz e dinheiro não tenho pra fazer adubação (Luiz Castelo, morador do assentamento, entrevista em Jul/2009).

Apesar de ser umas das atividades que tem apresentado maior estabilidade na geração de renda dos agricultores familiares da região da Transamazônica, a cacauicultura em função dos limites apresentados acima acabam tornando-se uma atividade inviável para grande parte dos agricultores da região.

Os agricultores do PDS Virola Jatobá que implantaram o cultivo do cacau logo após adquirirem o lote, como forma de garantir uma maior seguridade financeira, devido aos problemas enfrentados com a perda de plantas e os baixos desenvolvimento e rendimento das áreas já em produção, estão desestimulados para a implantação de novas áreas. Quantitativamente identificamos que dos 48 agricultores entrevistados apenas 43% (21) possuem plantio de cacau em seus lotes somando-se uma área total de 50ha, o que corresponde a 39% das áreas de cultivos presentes nas 48 propriedades dos agricultores entrevistados. Importante destacar que na pesquisa do projeto RAVA não foi coletado dado quantitativo nas áreas (107 e 132), consideradas de solos com fertilidade ainda mais inferiores quanto às condições físico-químicas em relação as demais áreas já ocupadas. De acordo com os agricultores das glebas 107 e 132, menos de 10% dos lotes ocupados nas referidas glebas possuem áreas com o cultivo de cacau, o que poderia reduzir ainda mais o percentual de agricultores que desenvolvem a referida atividade no interior do assentamento.

7.2.6 Reduzido capital inicial

Para as famílias que adquiriram a terra pagando pelo acesso ao lote, as dificuldades enfrentadas acabam sendo ainda maiores, pois, a maioria chega sem recurso financeiro até mesmo para comprar os alimentos básicos sendo obrigadas a vender a força de trabalho para terceiros para garantir a permanência da família na terra, conforme relata a Sr^a Silvana da Silva, moradora do PDS Virola Jatobá:

[...] cheguei aqui com meu filho Michel e esses cinco netos no final de 2008, mas vou te falar uma coisa, já passamos muita fome aqui... já estamos sem óleo pra cozinhar a dois meses, agora também acabou o açúcar e o café. O jeito é meu filho trabalhar pra fora pra ver se arruma um dinheiro pra comprar parte do que está faltando, enquanto isso, eu e esse neto maior vamos

trabalhando por aqui, cuidando da roça. Se não for assim não tem jeito! Silvana da Silva, 62 anos, entrevista em Julho/2009).

O Sr. Severino dos Santos, também morador do assentamento fala das dificuldades enfrentadas pelas famílias recém chegadas no assentamento:

[...] a pessoa que vem pra dentro de um mato desse, pra arrumar uma terra, que vem sem dinheiro pra comprar a terra, aquela pessoa num tem nada... As vez quando ele chega, nos primeiro mês até um ano, se ele trouxer um dinheirinho, ele ainda tá numa boa. Porque aqui, todo mundo é fraco não tem condição pra pagar ninguém. Mas quem não tem uma reserva, logo que chega a coisa começa a apertar, ele não tem produção pra de imediato fazer um dinheiro, e as vezes ainda vem a doença. Aí, o que ele vai fazer? Ir embora, vender o lote!” (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

E segue questionando os direitos não recebidos enquanto beneficiários da reforma agrária:

[...] “você pode fazer uma pesquisa nesse assentamento aí, ninguém tem casa, os colégios é caindo... as estradas não são suficientes, nem um orelhão pra na hora que você se aperrear, pra fazer uma ligação de urgência não tem. Não tem um posto de saúde, não tem nada! Que reforma agrária é essa gente? No papel não é assim, é muito diferente. Cadê os nossos direitos? (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

A dificuldade de acesso a benefícios de fomento, crédito agrícola e crédito habitação é determinada principalmente pela situação fundiária irregular que os agricultores se encontram.

Como em outros assentamentos da região, primeiro as famílias ocupam as áreas e depois o INCRA inicia o processo de regularização por meio de modalidades fundiária. Conforme afirmou o técnico do INCRA, Jorge Oliveira “o INCRA faz regularização fundiária e não reforma agrária” fator que explica parte das dificuldades de desenvolvimento dos assentamentos.

Assim como nos demais assentamentos da região da Transamazônica, no PDS Virola Jatobá os velhos problemas tornam a se repetirem e com novos desafios a serem

enfrentados, como a restrição a criação de gado bovino; a maior presença de órgãos de fiscalização ambiental; e um área coletiva de reserva legal onde existe um projeto de manejo florestal ainda não consolidado.

7.3 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO E OUTROS NOVOS DESAFIOS

Além dos desafios apresentados na seção anterior, que são comuns a outros assentamentos na porção da Transamazônica a leste de Altamira, os agricultores do PDS Virola Jatobá encontram-se em um cenário em que os órgãos de fiscalização ambiental são mais presentes por se tratar de uma modalidade de assentamento com maiores restrições ambientais. Nesse contexto, outros novos desafios se apresentam:

7.3.1 Restrição à bovinocultura como forma de intervenção no desmatamento

Um quesito de maior atenção à questão ambiental é a restrição à criação de gado bovino no interior do assentamento, fato questionado por muitos agricultores que sentem ter a sua autonomia sobre o sistema de produção limitada, considerando também o limite das condições de solo para o cultivo do cacau.

Com limitações ao desenvolvimento das principais atividades geradoras de renda da região (gado e cacau) que apresentam maior estabilidade no preço e garantia de mercado, grande parte dos agricultores acaba restrita ao plantio de culturas anuais, como arroz, feijão, milho e mandioca, porém sem nenhum apoio. Sendo a última destinada principalmente para fabricação artesanal da farinha (Figura 9), destinada tanto para o consumo como para a venda.



Figura 9: O casal Manoel e Alzira na fabricação de farinha de mandioca.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Segundo os agricultores, hoje a farinha de mandioca e o arroz são os principais produtos agrícolas geradores de renda para grande parte das famílias do assentamento. A farinha é o produto que apresenta maior segurança financeira por apresentar melhor preço e a vantagem de ser produzida gradativamente e em qualquer período do ano, diferente da produção de arroz, milho e feijão, que são obtidos em uma única safra anual. Conforme podemos observar na figura acima, embora a farinha seja uma das principais atividades geradora de renda ainda é desenvolvida em sistema muito artesanal, chegando em muitos casos da família não possuir nem mesmo um motor para triturar a mandioca.

As informações qualitativas sobre as principais atividades destinadas à comercialização correspondem com os dados quantitativos de produção obtidos em um ciclo agrícola (12 meses em 2008), em que a farinha e o arroz apresentam-se como as principais atividades geradoras de renda (Tabela 12).

Tabela 12: Ingresso monetário anual obtido através da comercialização de produtos agrícolas (n=42 famílias).

Produto Agrícola	Nº Famílias produtoras	Ingresso total/produto (R\$)	Ingresso médio/produto/família produtora (R\$)
Farinha de mandioca	24	18.672,00	778,00
Arroz	21	10.668,00	508,00
Feijão	2	620,00	310,00
Milho	9	856,00	95,00
Abacaxi	4	870,00	217,00
Banana	4	376,00	94,00
Abóbora	3	411,00	137,00
Inhame	2	620,00	310,00
Cacau	6	1648,00	274,66
Urucum	12	1.032,00	86
Número de famílias que não obtiveram ingresso monetário de nenhum dos produtos agrícolas acima	7	0	0

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

*Nesta tabela os dados são referentes aos produtos comercializados, não incluindo assim, a produção destinada ao consumo.

Os agricultores afirmam que, mesmo o arroz apresentando baixo preço, principalmente no período de safra e mesmo não conseguindo cobrir as despesas de preparo de área e colheita, praticamente todos os agricultores plantam o arroz para o consumo com venda do excedente. Quanto aos agricultores que não possuem área de mandioca para produção de farinha, seja por não possuir aptidão à atividade ou por outros motivos, como a falta de recurso para equipar a casa de farinha, acabam implantando uma maior área de arroz com finalidade também de comercialização. Isso gera uma situação de auto-exploração.

Com relação às culturas perenes, podemos observar no quadro acima que apenas seis dos 42 agricultores já possuem áreas de cacau em produção, mas ainda em baixa quantidade. Em relação à criação de gado bovino constatamos que apenas 2 dos 42 agricultores desempenham tal atividade, cabendo destacar que um agricultor possui apenas um animal e o segundo 17 animais, dados esses que mostram a menor tendência ao desempenho da atividade pecuária no interior da modalidade de assentamento PDS, o que demonstra uma efetividade das regras de intervenção na contenção da pecuária, o que não necessariamente garante uma maior contenção do desmatamento.

Mediante as restrições ambientais sofridas, os agricultores afirmam que a renda obtida da venda da farinha e do arroz, complementada com a de outras produções geralmente de menor proporção, não tem conseguido suprir as necessidades básicas da

família. Além da baixa rentabilidade dos cultivos anuais, os agricultores sinalizam que futuramente com o avanço sobre as áreas de mata primária e com posterior intensificação do uso das áreas de capoeira através do sistema corte-e-queima, as áreas não apresentarão viabilidade econômica de produção, conforme afirma o Sr. Roberto:

[...] rapaz, nós trabalhávamos aqui em cima de quatro alqueires de terra, eu não sei o que vai acontecer daqui mais uns dois ano, três anos... Porque aqui, quatro alqueires de terra, são rápidos pra transformar tudo em juquira e ele amanhã ou depois, ele não tem condição de tratar de roça aqui, porque ele não vai dar conta do mato... E tem mais uma coisa, essas áreas de juquira quando vão ficando cansadas com tanto uso do fogo, chega uma hora que a produção não compensa (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Mediante a restrição ambiental para criação de gado, os limites do solo para implantação do cultivo de cacau, a baixa rentabilidade obtida com os cultivos anuais e as possíveis conseqüências ambientais futuras em função do sistema convencional de produção, hoje os principais desafios para a consolidação da agricultura familiar do assentamento são: o rompimento de desafios tecnológicos por meio de pesquisas e extensão de modo que viabilize novos conhecimentos capazes de superar o atual modelo convencional de produção da região; maior participação dos agricultores na definição e elaboração das políticas públicas; e acesso aos direitos como clientes da reforma agrária.

7.3.2 O chamado Manejo Florestal Comunitário

Em 2006, o IBAMA, através do programa PROMANEJO, financiou a capacitação em manejo florestal comunitário, sendo o proponente do projeto a ASSEEFA, em parceria com as Associações dos PDS de Anapu. Em 2007, com um novo financiamento do PROMANEJO de cerca de meio milhão de reais, a ASSEEFA e a Associação do PDS Virola Jatobá lograram a aprovação de um Projeto de Manejo Florestal Comunitário. Hoje, com o projeto de manejo florestal em exploração sobre parte da área de reserva legal de uso coletivo através de um acordo e contrato entre a Associação do PDS Virola Jatobá e a empresa madeireira Vitória Régia, os agricultores

já contam com mais uma fonte de renda. Com a terceira safra do manejo, em 2009, os agricultores acessaram, em 2010, cerca de 50% do valor total obtido com a exploração da madeira que foi dividido em partes iguais, correspondendo ao recebimento de R\$ 3.500,00/família naquele ano. Para muitos agricultores este valor foi superior ao montante da renda obtida ao longo de um ano de produção agrícola. Este montante ajudou a suprir necessidades enfrentadas pelas famílias, conforme afirma o Sr. Roberto Nascimento:

[...] o dinheiro que recebi desse manejo foi muito bem vindo, eu nunca tinha pegado aqui um dinheiro desses com roça durante um ano todo de trabalho e, chegou na hora certa, pois foi o recurso que tratei do meu filho que estava doente e com o restante ainda consegui construir essa casa. Graças a esse dinheiro consegui tratar do meu filho e ter uma casa decente pra morar. Posso te dizer uma coisa, esse dinheiro tirou muita gente do sufoco (ROBERTO NASCIMENTO, 62 anos, entrevista em Dez/2010).

Os dados da renda gerada em um ciclo agrícola de 42 propriedades (Ver Tabela 15) comprovam a afirmação do Sr. Roberto, de que o valor recebido do projeto de manejo é superior ao do ingresso monetário agrícola.

Embora muitas famílias reconheçam a importância do apoio financeiro oriundo da área de reserva legal de uso coletivo mediante o projeto de manejo, o grande desafio é tornar esta área como parte integrada do sistema de produção do assentamento, de modo que as famílias consigam apropriar-se do processo e que o projeto esteja assegurado de problemas que possam comprometer o seu andamento, como a instabilidade da empresa parceira mediante a ação ilegal de outras madeireiras sobre o PDS Anapu.

7.4 UMA NOVA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO, MAS “NÓS QUE CONQUISTAMOS ESSA TERRA!”

Apesar de se tratar de uma nova modalidade de assentamento dita especial, o processo de ocupação e regularização do PDS Anapu seguiu o mesmo procedimento

dos assentamentos convencionais da Transamazônica, ocorrendo primeiramente a ocupação espontânea, com posterior regularização pelo INCRA da área já ocupada.

O processo de ocupação do PDS Virola-Jatobá obedeceu a duas dinâmicas. A primeira, pela entrada controlada das famílias mediante orientação da missionária Dorothy Stang, da CPT, e da diretoria da associação, onde eram informadas sobre as regras do assentamento e a segunda, através da atuação de um técnico do INCRA do posto do município de Anapu.

De acordo com o Sr. Pedro Castro que na época fazia parte da diretoria da associação, durante a primeira dinâmica de ocupação, o procedimento tinha como objetivo selecionar apenas as famílias que se mostravam concordar com as regras da modalidade PDS:

[...] quando eu estava na coordenação com o Salomão Borges, o sindicato e a CPT cansava de mandar as pessoas procurar a gente. Aí as pessoas perguntavam o que era a modalidade PDS, o que podia e o que não podia... E a gente orientava né! Como muitos não concordava com as regras iam embora no mesmo dia (Pedro Castro, morador do assentamento, entrevista em Dez/2010).

Assim como em outras situações de ocupação espontânea, houve o efeito das redes sociais. Nesta fase, a maioria das famílias que ocupou os primeiros lotes eram provenientes do Estado de Tocantins onde já possuíam alguma tipo de relação, como de parentesco e vizinhança, conforme relatou o Sr. Francisco dos Santos, um dos primeiros moradores do assentamento: “muita gente aqui veio de Tocantins... sabe como é... uns vêm na frente leva a notícia e aí pronto, vem parente, vem conhecido”. Tal fato é confirmado por Dona Helena, professora e moradora da vicinal Mutum, onde assegura que nesse período “a fofoca de trabalho e terra fácil em Anapu corria longe”, fator este que atraiu muitas famílias do Estado do Maranhão e Tocantins:

[...] Pedro e meu cunhado estavam trabalhando numa madeira em Tocantins... uns amigos deles estavam falando desse Anapu, que aqui era bom pra arrumar serviço, que tinha terra fácil. Ai meu cunhado veio na frente... Dias depois eles se comunicaram, e ele disse que aqui era bom demais pra arrumar serviço, que um circuleiro ganhava bem e que era fácil da gente arrumar um pedaço de terra. Foi daí que a gente veio... E assim vieram muitas famílias do Maranhão e do

Tocantins pra cá (Helena Pereira, entrevista em Dez/2010).

De acordo com os dados obtidos no projeto RAVA, 42% das famílias entrevistadas no PDS Virola-Jatobá vieram de outros estados, o que confirma a afirmação de Dona Helena. Já o percentual de 58% das famílias faz parte da mobilidade espacial intra-regional.

Parte dessas famílias no início da década de 2000 participou do processo de conquista do direito a terra com o apoio da missionária Dorothy Stang. Para Seu Roberto que participou desde o início do processo de ocupação do assentamento, essa entrada foi marcada pelas dificuldades de acesso, falta de recurso financeiro e por conflitos com fazendeiros e madeireiros que também pretendiam a área:

[...] no início aqui a coisa era feia, não tinha estrada, todo mundo sem recurso, pois o único apoio vinha da Irmã Dorothy. Além dessas dificuldades tinha ainda uns pistoleiros que vivia amedrontando as famílias aqui dentro. Por causa de tanta dificuldade o pessoal no início ficava agrupado... Rapaz, quando eu cheguei aqui, por causa do medo desses pistoleiros, cansemos de deixar o barraco a noite pra ir dormir na mata com a mulher e esses menino. A gente tinha medo até de acender o fogo pra cozinhar, isso pra não chamar a atenção com a fumaça... Só sei dizer uma coisa, o pessoal que chegou primeiro, lutou muito por isso daqui. Sofreu muito viu! (Roberto Nascimento, 62 anos, abril/2010).

Um dos principais meios para superar parte das dificuldades determinadas pela ausência do Estado foram as relações de solidariedade familiar e de vizinhança, fator que contribuiu para a permanência dessas famílias na terra. Para esses agricultores que enfrentaram todas essas dificuldades desde o início do processo de ocupação do assentamento, o fato de estarem “juntos” na luta e na conquista pela terra lhes confere um caráter de grupo líder. Assim, é comum ouvir essas pessoas falarem “nós os antigos que enfrentamos a dureza, que conquistamos essa terra”, sendo esta uma forma de impor o seu sentimento de hierarquia às famílias recém chegadas, pertencente ao grupo denominado por eles de “novatos”.

A situação de conflito entre os dois grupos é determinada pelo sentimento de pertença dos “antigos” devido terem sido os responsáveis pela conquista ao direito à terra e outros benefícios para o assentamento. Pois, o grupo denominado de “novatos”

chegaram no assentamento em busca de terra a partir no ano de 2008, obedecendo a segunda dinâmica de ocupação, sem a participação da associação e movimento social local. De acordo com uma moradora “antiga” do PDS, um técnico do INCRA responsável pelo posto de Anapu apoiou a entrada de novas famílias sem as orientações devidas, quanto às regras da modalidade de assentamento, fator que contribuiu para a geração de conflitos internos entre “antigos” e “novatos”:

[...] o INCRA só queria ocupar os lotes que estavam desocupados aqui no PDS... eu sei que o Tonhão apoiou essa Dona Graça a trazer gente das Quatro Bocas, uma localidade de Marabá. Olhe, o INCRA nem procurou a associação pra informar essa entrada de famílias... o INCRA fez do jeito dele, jogou as famílias lá dentro e pronto! Não orientou nem nada, agora temos essa situação aí (Helena Pereira, entrevista em Dez/2010)

Os conflitos mais comuns estão relacionados à falta de entendimento e discordância das regras do PDS e das dificuldades da gestão dos recursos de uso coletivo. Quanto à segunda dinâmica de ocupação do PDS Virola-Jatobá apontada por Helena, está é confirmada por Dona Silvana da Silva, moradora pertencente ao grupo dos “novatos”:

[...] o Sebastião conseguiu um lote aqui pra mim, como tinha um monte desocupado, sem vizinho, um mês depois eu voltei nas Quatro Boca e trouxe a mudança da Socorro e de mais vinte famílias que veio logo mais nós. Aí cada qual ganhou um lote, aí voltei de novo, aí pronto, sei que eu trouxe pra cá umas 60 famílias. Aí lá nas Quatro Bocas era pessoa pedindo, eu me escondendo, porque o Tonhão pediu pra mim num levar mais, porque não tinha mais lote... E ele nunca falou dessas regras aí que o pessoal da associação vive tentando colocar na cabeça da gente (Silvana da Silva, entrevista em Maio/2010).

Entre o período de 2008-2009, Dona Silvana da Silva trouxe aproximadamente sessenta famílias e através do INCRA cada família recebeu um lote no assentamento. Mas diferente da primeira fase de ocupação, esta segunda foi efetuada sem a orientação quanto as normas do PDS e forma de organização local. Mas, os critérios quanto a preferência por famílias que possuem alguma relação como de parentesco e vizinhança foram comuns nas duas fases de ocupação.

Assim como ocorreu para os “antigos”, para a “novata” Dona Silvana da Silva, recriar um novo espaço social composto por familiares e por pessoas conhecidas, com as quais já possuía relação de vizinhança foi um importante fator para a sua permanência no assentamento:

[...] ter um vizinho por perto num lugar desses é muito importante, pois quando a coisa aperta o único socorro vem de onde? De um vizinho!... Isolado aqui a coisa fica difícil... E melhor é ter aqui pessoas que a gente já conhece... o Tonhão ainda tá devendo, porque ele tinha que arrumar lote pro meu povo, para os meus irmãos, pros meus filhos ele ia dar lote. Eu já consegui trazer meu filho e agora essa filha minha bem ai, e já conseguiu um lote pra ela (Silvana da Silva, entrevista em Maio/2010).

Assim, tanto na primeira fase de ocupação orientada pelos movimentos sociais locais, quanto à segunda fase de ocupação (Glebas 107 e 132) apoiada por um técnico do INCRA e por uma moradora “novata”, ocorreram a partir de uma rede social constituída por relações de parentesco e de vizinhança já estabelecidas em locais anteriores ao PDS. E assim, formaram-se o grupo dos “antigos” e o dos “novatos”, sendo que o primeiro se percebia como detentor de direitos específicos quanto à tomada de decisões nos assuntos referentes ao assentamento:

[...] os novato tem que entender que a gente conhece melhor a história do PDS, de como as coisas foram construídas, para então poder questionar as nossas decisões... Pois, foi nós que lutamos por essa terra, por tudo que já tem construído aqui dentro... eles chegaram ontem (Fernando Santana, entrevista em Abril/2010).

Apesar das dificuldades associadas a esses conflitos, percebe-se também que os conflitos são indicativos de que as famílias estão negociando suas diferenças e construindo seu lugar de morada e de produção, procurando superar os velhos e novos desafios através das relações de solidariedade familiar e de vizinhança, caracterizando o que Shanin (2005) chamaria de vida em aldeia. Essas situações de negociação entre famílias e grupos, nas quais se incluem eventos de transferência de direitos associados à terra e saídas efetivas de famílias no PDS, poderiam ser também entendidas como partes do processo de territorialização.

Nesse processo de territorialização, para as famílias do PDS, o importante é que o beneficiário seja parte integrante do assentamento, ou seja, que participe de forma direta da vida política, social e econômica da comunidade. Assim, as famílias que possuem lote no assentamento, mas não residem na terra, pouco participam da vida na comunidade e acabam não sendo aceitos pelos moradores como parte integrante da comunidade. Para o Sr. Francisco dos Santos, os detentores de lotes que não residem efetivamente no assentamento deveriam ter seus lotes retomados pelo INCRA, onde afirma que: “esse pessoal que vive na rua, o INCRA deveria tomar o lote deles e dar pra quem realmente precisa de uma terra”. Esse precisar de uma terra aparece de várias formas e indica que o grupo está estabelecendo critérios de pertencimento que permitem abarcar essas diferenças. Para Helena, professora e moradora do PDS, a sua família precisa da terra como um local de morada.

[...] eu não vejo como agricultor, esse pessoal que tem lote aqui dentro e que só aparece para colocar uma roça, mas que a vida dele é lá na rua e que tem o lote como uma empresinha, só pra tirar a produção. Pra mim, o agricultor tem que morar no lote. Então, eu num preciso do lote pra plantar, mais eu preciso pra morar... e me sinto agricultora, pois dependo dessa calma de um lugar assim pra morar, que tenha galinhas em volta da casa, açai pra apanhar... agora se o INCRA for fazer uma vistoria no lote dele e encontrar uma roça, considera como agricultor, mas pra mim se ele não vive aqui dentro ele não é não (Helena Pereira, entrevista em Dez/2010).

Para a maioria das famílias que residem efetivamente no assentamento, a terra significa um local de morada e de trabalho, conforme relata o Sr. Roberto Nascimento: “o que eu aprendi fazer foi trabalhar na roça. Então, esse lote é o local pra mim viver e tirar o sustento da família”. Mas o fato da família de Dona Helena não ter a terra como um local de trabalho não é impeditivo ao pertencimento, já que ela dedica-se à profissão de professora e seu esposo de motorista da associação de moradores, por estar prestando importantes serviços à comunidade e fazendo parte da vida local, são aceitos pelas demais famílias como parte integrante da comunidade, ou seja, como agricultores do assentamento. Considerando ainda que os mesmos são beneficiários de lote, cooperados da cooperativa do PDS e associados do STR-Anapu e da associação de moradores da qual já fizeram parte de sua diretoria. Cabendo ainda destacar que os mesmos fizeram

parte da luta pela conquista do direito à terra no assentamento no início do processo de ocupação.

Assim, dependendo da família, a terra pode ser entendida das seguintes formas: 1) como um local de morada; 2) como um local apenas de produção; e 3) como um local de morada e de trabalho. Quanto ser ou não parte integrante da comunidade, esta condição dependerá do grau de participação da vida cotidiana no assentamento.

No que se refere ao direito a terra, na política do INCRA nem todos os detentores de terra no PDS podem ser considerados clientes da chamada reforma agrária, a exemplo dos funcionários públicos, como os professores, serventes e agentes de saúde que atuam no assentamento. Fator que tem causado constrangimento tanto para os referidos detentores de terra como para as demais famílias do assentamento que depende de seus serviços prestados.

Porém, esta legislação tem demonstrado ser contraditória com alguns programas do Governo que são voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar, a exemplo do Pronera⁸. Então, cabe aqui o seguinte questionamento: se o objetivo desses programas é formar agricultores para atuarem nos assentamentos, exercer a profissão como professor, agente de saúde ou técnico agropecuário, significa deixar de ter direito ao acesso a terra, mesmo que um dos principais objetivos desses programas seja fixar filhos de agricultores no campo?

Assim, as organizações de trabalhadores rurais têm conquistado mudanças no campo fundiário através da conquista do direito à terra, no campo do crédito por meio da obtenção de quota de recursos destinados aos pequenos agricultores (FNO – Especial) e no campo da educação através do Pronera e a implantação de escolas específicas para jovens agricultores, a exemplo das Escolas Familiares Rurais. Porém, a legislação não tem acompanhado essas transformações sociais, que vai das mudanças políticas ao modo de vida camponesa.

Essas conquistas são resultados de intensas lutas que partiram de iniciativas próprias em função de suas necessidades e que hoje tem como resultado a transformação da estrutura social e política do país. Conforme tratado por Hébette (2004h.), sendo esta a sua forma de fazer Reforma Agrária.

⁸ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um programa de formação que tem por objetivo formar jovens agricultores para atuar como agentes de desenvolvimento em áreas de assentamento e, assim, conter o êxodo rural de filhos de agricultores.

Mesmo com a obtenção de tais conquistas, ainda são grandes os desafios enfrentados, não só no interior do PDS Virola-Jatobá, como nos demais assentamentos rurais da Transamazônica conforme já mencionamos anteriormente. De tal modo, constatamos em nossos estudos que a principal consequência provocada pela ausência do Estado é a mobilidade espacial de agricultores, que se configuram de diversas maneiras:

- A mobilidade definitiva: se constitui na saída do assentamento a partir da venda ou abandono dos direitos ao lote.
- A mobilidade interna: em que a família/proprietário faz o deslocamento de uma lote para outro no interior do assentamento, seja através de troca ou da compra e venda de direitos. Dentre os principais fatores está a ausência do INCRA que facilitam as transferências informais.
- A mobilidade sazonal: em que a família/proprietário permanece no lote por um determinado período e outro na cidade;
- A mobilidade parcial da família: em que apenas alguns membros se deslocam de forma sazonal para efetuar trabalhos fora, como forma de complementar a renda familiar.
- A mobilidade com subdivisão da família: se dá através do deslocamento de filhos em busca de estudo na cidade e que, em algumas vezes as mães são obrigadas a acompanhá-los até que cheguem a fase adulta. Ficando geralmente no lote o chefe de família e filhos homens adulto.

Na mobilidade definitiva constatamos que os principais fatores que tem motivado tal decisão são as dificuldades financeiras enfrentadas principalmente na etapa de instalação no lote, problemas de saúde e ciclo de vida familiar.

Durante o estudo, encontramos principalmente os chefes de família e filhos mais velhos trabalhando em áreas de fazendas ou para agricultores da região nos períodos de entressafra, em especial membros de famílias recém chegadas. De acordo com os dados quantitativos da RAVA, das 38 famílias entrevistadas que forneceram dados durante os quatro levantamentos trimestrais (Q1-Q4), em 36 famílias alguns de seus membros venderam mão-de-obra para complementar a renda familiar. Sendo que destes, 81% trabalharam na pequena produção para agricultores e 19% para agricultores

e fazendeiros. A Tabela 13 apresenta os intervalos dos valores da renda obtida por essas 36 famílias:

Tabela 13: Renda obtida através da venda da mão-de-obra familiar num ciclo agrícola (out. 2007 - nov. 2008). (n=36 famílias)

Nº Famílias	%	Intervalo de valor recebido (R\$)	Valor médio recebido/Família (R\$)
21	59	120,00 – 3000,00	1347,00
7	19	3000,00 – 6000,00	40218,00
8	22	6000,00 – 18000,00	10338,00

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

A renda obtida através da venda da mão-de-obra familiar para as famílias que estão em período de instalação no lote representa a principal fonte de renda, exercendo duplo papel, o de suprir as necessidades básicas da família e garantir os primeiros investimentos no sistema de produção, a exemplo da compra de ferramentas e sementes.

De acordo com Dona Silvana da Silva, pertencente ao grupo dos “novatos”, o que tem ajudado a garantir a permanência da família na terra tem sido o recurso financeiro que seu filho tem adquirido através da venda de sua mão-de-obra para fazendeiros e agricultores do município de Anapu: “o que tem salvado a gente aqui dentro é esse dinheirinho que meu filho tem ganhado trabalhando para os outros, se não fosse isso, seria mais difícil a vida da gente nessa terra”.

Porém, verifica-se que mesmo famílias que já estão há alguns anos na propriedade muitas vezes em momentos de maiores necessidades são obrigadas a vender a mão-de-obra familiar. Isto porque, no sistema de produção essas famílias ainda não conseguiram estabelecer uma atividade agrícola capaz de garantir estabilidade econômica, conforme já mencionado acima. Segundo o Sr. Carlos, morador da Gleba 132, também pertencente ao grupo dos “novatos”, apesar de ter passado grande parte de sua vida trabalhando em fazendas mesmo adquirindo uma terra não o livrou do trabalho do patrão “passei a minha vida toda trabalhando em fazenda e meu sonho era conseguir uma terra pra mim. Consegui essa aqui, mas continuo tendo que trabalhar pra fora”. Essa venda de mão de obra é alegada como uma das principais ameaças ao efetivo processo de territorialização.

8 A MOBILIDADE ESPACIAL DA UNIDADE FAMILIAR À LUZ DA TEORIA DO CAMPESINATO E DO CONCEITO DE PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Conforme abordado por Shanin (2005, p. 2), a “heterogeneidade dos camponeses é indubitável”, podendo somente ser compreendidos a partir de “sua estrutura societária mais geral”, onde suas características específicas se articulam, distinguindo-os de outros grupos. O autor destaca as seguintes categorias de características: controle dos próprios meios de produção, trabalho familiar; economia de subsistência, qualificação ocupacional multidimensional; padrão e tendência de organização política particulares, mas, com semelhanças em todos os pontos do mundo; normas e cognições típicas que influenciam a produção e a vida social; os padrões internos típicos de interação e/ou exploração; e a dinâmica específica de reprodução social.

O autor afirma que essas características são encontradas em qualquer grupo camponês do mundo, o que chama de “cultura diferenciadora”. Conforme discutimos ao longo dos quatro capítulos dessa dissertação, observações empíricas indicam que essa “cultura diferenciadora” tem sido vivida cotidianamente pelo coletivo das unidades familiar presentes nos sítios estudados. Porém, essa “cultura diferenciadora” vem sofrendo fortes revezes dada às dificuldades referidas nos diferentes capítulos, em especial aquelas que ameaçam o processo de territorialização em curso, mesmo nas áreas onde a base territorial fixa é legalmente assegurada.

Para Oliveira (1998, p. 55), a relação entre um grupo social e sua base territorial fixa se constitui em um importante elemento para o entendimento das transformações desse grupo, que em nosso estudo incluiriam a mobilidade espacial das famílias. Partindo da noção de territorialização, buscamos entender o processo de reorganização social dos agricultores do PDS Virola-Jatobá, verificando “1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Com apoio na teoria de Chayanov (1981), analisamos o funcionamento da economia camponesa a partir da relação consumo e trabalho, considerando que esta relação não se fundamenta em um cálculo econômico capitalista. Pois, de acordo com o

autor, enquanto a renda depender fundamentalmente do trabalho familiar haverá um balanço entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo da família. Neste caso, o objetivo do agricultor é “satisfazer as necessidades da unidade de consumo e não necessariamente o lucro”, salvo se esse aumento da produtividade de trabalho garantir vantagens para a família quanto à melhoria de seu nível de vida. Assim, a teoria econômica que visa explicar sistemas econômicos capitalistas não consegue explicar a lógica da unidade economia familiar camponesa não assalariada.

Lançaremos mão também, de estudos de Hébette (2004e) e de Wanderley (1996), para análise dos avanços das apropriações capitalistas sobre o meio de produção camponês (terra e força de trabalho), que provocou situações de expropriações de terras e apropriação da força de trabalho de camponeses através de seu assalariamento. Assim, para melhor entendimento do processo de mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento, partiremos do princípio que estamos lidando com um grupo de camponeses do Brasil, herdeiros de expropriações, mas que entraram na luta pela terra para assim, construir seu território para então preservar sua maneira de ser e existir, o de camponês.

8.1 A MOBILIDADE ESPACIAL À LUZ DOS DEBATES SOBRE O CAMPESINATO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Os relatos de trajetória de vida do Sr. João e do Sr. Roberto ilustram a de outros agricultores do assentamento, constituindo-se em uma memória coletiva de movimentos migratórios de uma parcela do campesinato brasileiro, influenciados por fatores sociais, políticos e econômicos. Entendemos que esses movimentos aparentemente espontâneos são fortemente influenciados pela “política dita de fixação do homem no campo” Hébette (2004e) em um Estado de classe, onde a grande propriedade sempre foi privilegiada pelas políticas econômicas, ficando sempre marginalizada a agricultura familiar. Para Wanderley (1996), a grande propriedade sempre foi dominante na história agrária brasileira, enquanto os espaços camponeses são estruturados de forma precária, dificultando sua consolidação.

Hébette (2004e) e Schmink e Wood (1992), ao tratar os fluxos migratórios ocorridos durante as distintas fases de expansão da fronteira ocorridas no Brasil após a

Segunda Guerra Mundial certificam que tal fenômeno é influenciado pela função do Estado na gerência do capital e da força de trabalho. Pois, para as políticas desenvolvimentistas o excedente de mão-de-obra é imprescindível ao desenvolvimento do capital. Nessa dissertação, ao estudarmos o PDS de Anapu, vimos que, além do Estado, representado pelo INCRA, a mobilidade espacial das unidades familiares, agora intra-regional, é fortemente influenciada por fatores como: o ciclo de vida da unidade familiar; a falta de recurso financeiro e a falta de assistência a saúde e educação.

Contudo, ao estudarmos de forma mais aprofundada o processo migratório de seis agricultores do PDS Virola-jatobá com idade entre 60 e 70 anos, constatamos a partir de sua trajetória de vida uma média de 6 deslocamentos durante o intervalo de idade entre 20 e 40 anos, refletindo os efeitos de tais políticas nos anos 1970 e 1980 sobre o seu processo de mobilidade espacial. Já nos dados obtidos sobre o número de deslocamento nos últimos dez anos (1998 a 2008) junto a 48 famílias, averiguamos que a média de deslocamento no intervalo de idade entre 20 e 39 anos é de apenas 2,6 (Figura 10). Assim, a maior intensidade de mobilidade espacial de agricultores com mesma faixa etária (20 a 40 anos) em diferentes períodos, também apresentou intensidade de mobilidades diferentes, que refletem os efeitos perversos do período de grandes investimentos do Estado em políticas desenvolvimentistas conforme já verificado por Hébette (2004e) e Schmink e Wood (1992) em seus estudos.

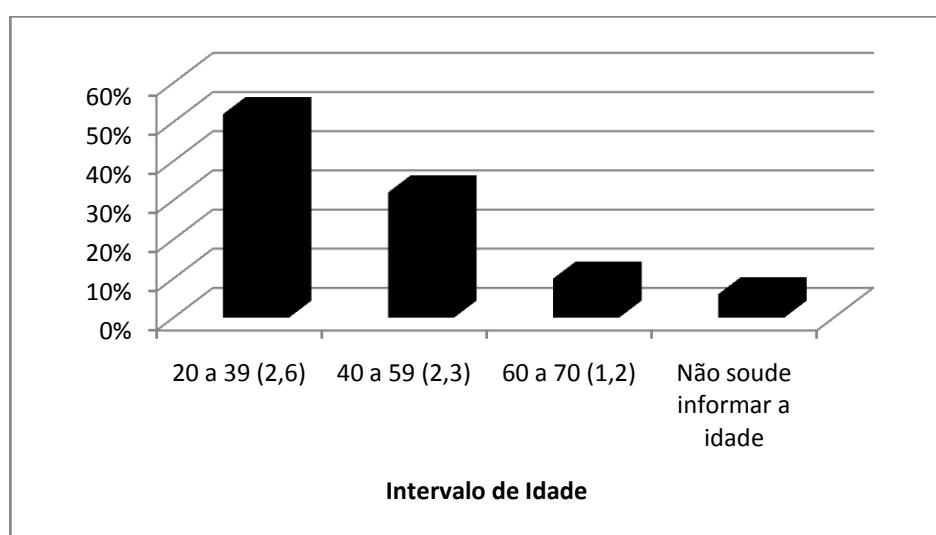


Figura 10: Média do número de lugares onde os chefes de família moraram nos últimos 10 anos (n=48).

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

Esses dados nos mostram que, embora o ciclo de vida tenha um efeito direto sobre o processo de mobilidade espacial dos agricultores, as políticas desenvolvimentistas têm contribuído de forma significativa nesse processo. Dados qualitativos obtidos durante a pesquisa também nos mostrou os efeitos de tais políticas conforme relatou o Sr. Severino dos Santos, 62 anos morador do PDS Virola-Jatobá, em que afirma que as “fofocas” dos garimpos, da exploração de produtos florestais e a oferta de “terras fácil” durante o período de “ocupação” da Amazônia atraiu muitas famílias para o Estado do Pará. “A fama do Pará nesse tempo era muito grande. Tudo tinha no Pará: era ouro, era castanha, era emprego, era terra, e aí, eu vim, assim como muita gente veio” (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Os grandes investimentos econômicos na região norte sejam em políticas de colonização (Programa de Integração Nacional - PIN) como em outros grandes projetos desenvolvimentistas determinou a migração de famílias sem terra de várias regiões do país, mais especificamente do nordeste. Conforme identificado no estudo sobre mobilidade espacial de famílias do PDS Virola-Jatobá, a trajetória de deslocamentos das mesmas são marcada pela subordinação de sua força de trabalho Hébette, (2004e), que é empregada pelo capital, a exemplo da venda da mão-de-obra para latifundiários (fazendeiros), empresas de extração de madeira e de minérios (garimpos), na construção de rodovias e hidrelétricas.

Mas, para essas famílias a busca por estes tipos de trabalhos se constitui em estratégias de manutenção da reprodução familiar e de busca por recursos para numa etapa posterior adquirir um “pedaço” de terra para assim, reproduzir-se enquanto camponês. Pois, para Miranda (2008), para os camponeses herdeiros de expropriações, o que tem a “deixar a seus filhos são os caminhos percorridos, suas crenças, tradições e os segredos do ofício de lavrador” (Idem, p.189) apreendidos pelo processo de socialização. De acordo com o estudo de Wanderley (1996), o acesso a terra neste caso acaba aparecendo como “última” esperança de reconquistarem a sua autonomia e liberdade.

8.2 O ASSENTAMENTO COMO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Conforme sugerido por Oliveira (1988), abordaremos a assentamento como uma base territorial fixa, onde analisaremos o processo de territorialização que se constitui na reinvenção do espaço, ou seja, em sua reorganização social. Para o autor, essa reorganização social implica na constituição de uma nova unidade sociocultural, onde os camponeses utilizam mecanismos políticos e especializados para garantir a sua condição de camponês. Por se tratar de um espaço de encontros de famílias com características culturais diferenciadas, a construção do lugar se constituirá na “reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

8.2.1 “A gente tem que ganhar o mundo pra se tornar homem”

Wolf (1976) ao tratar as especificidades das famílias nucleares e extensas, destaca que, enquanto na primeira as estratégias são de preparar os filhos para tomarem seus próprios caminhos, a segunda estabelece estratégias para manter os filhos sobre sua dependência:

As famílias extensas socializam para continuidade do grupo, as famílias nucleares socializam para afinidade, para o estabelecimento de uma díade nuclear nova e independente (Wolf, 1976, p. 99).

Uma das etapas de preparação do filho para a constituição de uma nova díade pode ser a saída temporária ou permanente do mesmo da casa dos pais ainda solteiro, conforme constatado no estudo de Woortmann (1990), sobre migração, família e campesinato no nordeste brasileiro. O mesmo em seu estudo trata três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho, a migração do pai e a migração definitiva.

A primeira categoria de mobilidade abordada trata-se da necessidade de um filho de uma família nucleada em idade de se casar ir a buscar de seu espaço próprio, de forma a evitar ou limitar o fracionamento do lote, quando a terra deste não é suficiente para garantir a reprodução da nova família a se constituir. Pois, após o jovem se tornar um chefe de família, deverá ter um “chão de morada”, um lugar de trabalho para dar continuidade a sua condição de camponês.

No caso do Seu João Soares, filho de uma família de treze irmãos, decidiu deixar a casa dos pais aos dezenove anos de idade quanto ainda era solteiro devido às necessidades enfrentadas e da necessidade de “se tornar homem”.

Neste caso, a saída da casa dos pais pode ser considerada em uma das estratégias das famílias nucleadas em garantir a reprodução do modo de vida camponês. Este é um procedimento comum ocorrido em famílias constituídas por grandes números de filhos, principalmente homens em que a renda obtida da terra não consegue suprir as novas necessidades exigidas por esses jovens a exemplo de dinheiro para “dar uma volta” ou para “comprar uma roupa nova”.

Já no caso do Sr. Roberto, o mesmo só deixou a casa dos pais após o matrimônio e, diferente dos pais do Sr. João, os do Sr. Roberto não possuíam terra tendo que desde adolescente trabalhar para terceiros, com seu pai e irmãos. Mas após o casamento teve que sair da casa dos pais para então assumir o papel de chefe de família, onde afirma que “de lá pra cá a peleja passou a ser minha”. A “peleja” aqui aparece como a responsabilidade pela reprodução no novo núcleo familiar constituído.

As duas situações nos mostram que, diferente dos filhos das famílias extensas que sofrem pressões e tensões para libertar-se dos pais Wolf (1976), os da nucleares têm essa situação facilitada. Conforme constatamos, esse processo é comum entre os filhos homens o que confere a socialização de uma hierarquia, para assim se tornar um novo chefe de família.

O processo de deslocamentos seja na fase que antecede o casamento como posterior se constitui em processos de construção de redes sociais que favorecerão tanto novos deslocamentos como a permanência em determinado local. Verificamos que a trajetória de vida do Sr. João como do Sr. Roberto foram marcadas por constantes deslocamentos favorecidos por redes sociais. Porém, a maioria dos deslocamentos efetuados pelo Sr. Roberto teve maior influência da rede social de parentesco, diferente dos efetuados pelo Sr. João em que este processo sempre teve maiores influências das redes sociais estabelecidas durante seus deslocamentos após a saída da casa dos pais.

Woortmann (1990) destaca que a mobilidade pré-matrimonial além de ter a finalidade de acumular recursos para uma nova etapa da vida e realizar a passagem ritual, tem também a finalidade de constituir uma rede social de apoio que garanta a melhores possibilidade de deslocamentos:

Isto é, a construir um “capital social”, e também um “capital simbólico” representado pelo “conhecer bem o lugar”, pelo “saber onde procurar”, isto é, pelo saber movimentar-se pelo espaço social (Idem, p. 39).

Como o Sr. Roberto não efetuou a saída pré-matrimonial, seus primeiros deslocamentos acabaram ficando mais restritos as redes sociais de parentesco. Já o caso do Sr. João por ter estabelecido redes sociais na fase pré-matrimonial teve seus deslocamentos mais favorecidos e menos dependente das relações de parentesco. Assim, conforme tratado por Woortmann (1990), os novos núcleos familiares se apropriam dessas redes sociais para então poder movimentar-se pelo novo espaço social.

Quanto a segunda mobilidade de migração tratada por Woortmann (1990), diz respeito a uma migração que geralmente ocorre logo após o casamento como uma continuidade da migração pré-matrimonial, que se constitui na estratégia de “assegurar a permanência da família e da posição do chefe de família na hierarquia” (Idem, p. 39). Mas, conforme observado nas trajetórias de vida, nem todos os jovens efetuaram a migração pré-matrimonial, onde o início independente do processo de deslocamento iniciou-se após o casamento.

Averiguamos no estudo das trajetórias de vida de seis famílias do PDS Virola-Jatobá na maioria dos casos, os primeiros deslocamentos após o matrimônio embora estivesse relacionado com a busca da reprodução do novo núcleo familiar não estavam diretamente relacionados com a busca pela terra. Conforme os relatos do Sr. João e do Sr. Roberto, quando ainda jovens a preocupação era a de garantir a reprodução no imediato, considerando que por possuir muita “energia” para o trabalho encontravam facilidades em vender mão-de-obra para terceiros. Nesta etapa do ciclo de vida os mesmo afirmaram que para garantirem o suprimento das necessidades básicas da família efetuaram constantes deslocamentos desempenhando em algumas situações atividades que não eram agrícolas, a exemplo das atividades de exploração de ouro em áreas de garimpos.

Porém, após o nascimento dos filhos e o aumento da idade com conseqüente diminuição das “energias” para o trabalho passaram a sentir maiores necessidades de adquirir um “pedaço” de terra para morar e trabalhar. Pois, com o aumento do número de dependentes a decisão de migrar passou a depender de mais recursos financeiros comparados à situação anterior ao nascimento dos filhos, pois conforme analisado por Woortmann (1990, p. 40) “não se migra de graça”. Outro fator que dificultou os deslocamentos foi o aumento das dificuldades em conseguir trabalhos em fazendas

devido a idade e a existência de filhos dependentes. Para o Sr. Roberto, “quando a gente chega uma certa idade, os donos de terra já não quer tá arrumando serviço e, quando tem filhos que ainda não trabalha, aí que a situação fica pior”, não justificando a partir de então, viver no “trecho” como uma “boroça” nas costas.

Esta mesma situação foi também relatada por Dona Maria dos Santos, moradora do PDS Virola-Jatobá em que afirma a necessidade de se adquirir uma terra para se fixar após o nascimento do filho:

[...] eu falei pro meu marido, vamos caçar um jeito de se aquietar, porque quando a gente é só é uma coisa, quando se tem família é outra, né? Vamos largar esse negócio de trabalhar em fazenda pros outros e caçar um lugar pra se aquietar, numa terra (Maria dos Santos, entrevista em Abril/2010).

Assim, para os agricultores do assentamento a luta pela terra consistiu também em “arrumar um pedaço de terra para os filhos trabalhar”, para assim poder ensinar a arte de ser agricultor. Conforme observamos durante a pesquisa, as crianças geralmente a partir dos oito anos de idade já começam participar de algumas atividades agrícolas, mais especificamente o da produção de farinha (Figura 11). Para Shanin (2005), os padrões específicos de socialização do aprendizado do camponês é uma das características pelas quais podemos distinguir os camponeses.



Figura 11: Crianças do PDS Virola-Jatobá participando com a família do processamento da farinha da mandioca.

Foto: trabalho de campo, 2010.

Para o Sr. Severino dos Santos, assim como para os demais agricultores do PDS com as diferentes trajetórias, trabalhar na terra foi o que aprenderam a fazer. Assim, o ofício de ser agricultor foi o que sempre garantiu a reprodução familiar desses

agricultores. Mesmo no caso do Sr. João, em que se identificou a atividade de garimpagem, dedicou grande parte de seu tempo, constatamos nas trajetórias de vida que as novas experiências acabavam favorecendo novos deslocamentos pelo “saber trabalhar” em outras atividades que permitissem a almejada condição de relativa autonomia.

Assim, para as famílias que estiveram somente atreladas ao trabalho na terra, ou seja, que aprenderam os segredos de ser lavrador apreendidos pelo processo de socialização (Wanderley, 1996), suas trajetórias acabaram se restringindo a dois modos, a do trabalho para o patrão e o trabalho para si mesmo, no qual acesso a terra é percebido como meio de assegurar sua condição de camponês. Mas para as mulheres entrevistadas, quem mora “em terra alheia, não tem lugar certo para morar” e, para os homens “trabalhar nas terras dos outros não dá futuro pra ninguém”. Aqui a terra aparece simbólica e praticamente como local de morada e de trabalho.

Partindo das análises de trajetória de vida e das descrições qualitativas dos agricultores entrevistados verifica-se que não podemos tratar o processo de mobilidade como uma ameaça ao campesinato. Pois, a mobilidade espacial é uma das estratégias para garantia da reprodução familiar camponesa, conforme tratado por Woortmann (1990):

A migração de camponeses não é apenas conseqüências da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (Idem, p. 35).

8.2.2 “Nós que conquistamos essa terra”

Conforme já relatamos anteriormente, o grupo majoritário das famílias que ocupou lote no início do processo de ocupação do assentamento é oriunda, sobretudo dos Estados do Tocantins e do Maranhão. Enquanto no segundo momento de ocupação o grupo majoritário era de povoados (Quatro Bocas e São Pedro) do município de Marabá. Embora o processo de controle de entrada de famílias no interior do assentamento tenha ocorrido de forma distinta em dois momentos, entre o grupo dos “antigos” e “novatos”, as estratégias de relações de parentesco e de vizinhanças entre

famílias prevaleceram em ambas, pois, para essas famílias que permaneceram o “melhor é ter aqui pessoas que a gente já conhece”.

No caso do PDS Virola-Jatobá, mesmo que muitas famílias tenham reagido às condições adversas deixando o assentamento, seja através da venda dos direitos ao lote ou até mesmo de seu abandono, outras permaneceram. As que permaneceram, a partir de sua organização interna estabelecida por relações de parentesco e de vizinhança buscaram superar as diversas situações de constrangimentos, tais como: isolamento; ausência de serviços públicos de saúde e educação; falta de recurso financeiro; e perda de produção; conflitos, todas associadas à ausência do Estado.

Segundo Wolf, (1976 p. 109), essas pressões surtirão efeitos diferentes dependendo da especificidade de situação em que cada família estiver submetida. Por outro lado, para reduzir os efeitos das pressões, os camponeses podem estabelecer o “mecanismo de partilha”:

Assim, se um grupo doméstico tem falta de farinha, pode tomar emprestado de outro. Se precisar de sementes, fará o mesmo. Ou se precisar de um pedaço de terra, tomará emprestada ou alugará de outra propriedade que tem menos bocas para alimentar (WOLF, (1976), p. 110).

Nestas situações de pressão cabe enfatizar a importância de uma rede social bem consolidada, no que diz respeito principalmente às relações bem estabelecidas como a de vizinhança e de parentesco. Considerando a importância dessas relações, durante o processo de ocupação do PDS Virola-Jatobá, as famílias priorizavam a entrada de novas famílias com quais já possuíam relações de vizinhança ou de parentesco dos locais de onde vieram. Com essas famílias, praticam uso de “mecanismos de partilha”; trabalho de mutirão; ocupação dos lotes de forma sequencial para evitar o isolamento entre famílias; e ações coletivas para evitar ameaças de grupos externos (fazendeiros e madeireiros).

Assim, no início do processo de ocupação, quando alguma família era tida como risco à coesão social do grupo, a diretoria da associação junto com outras lideranças da comunidade (geralmente os moradores que participaram de forma mais direta do processo de luta pela conquista da terra) decidiam favorecer o deslocamento desta família do assentamento para então colocarem outra família com a qual a comunidade aprovasse.

[...] quando tinha alguém dando problema aqui dentro do PDS, a gente não fazia questão de este permanecer aqui não... Então quando o cara decidia vender o lote a gente apoiava e até, procurava alguém que interessasse em comprar o direito... Nós não queríamos gente que desse problema aqui dentro! (Salomão Borges, ex-presidente da associação, entrevista em Julho/2009).

Aqui, para ser “um de nós” é preciso ser aceito pelo grupo, conforme abordado por Oliveira (1998), esse processo é um dos mecanismos políticos especializados utilizados pelo grupo no processo de territorialização. Entendemos mecanismos políticos aqui como aqueles utilizados para lidar com diferenciais de poder. Assim, quando as famílias que são bem aceitas pela comunidade em momentos de dificuldades recebem apoio das demais famílias para assim evitar o deslocamento definitivo. Mesmo que essa família em dificuldades tenha que se deslocar definitivamente poderá retornar e será bem aceita pelo grupo. Um exemplo é o caso do Sr. João Soares, que por motivos de doença teve que vender os direitos ao lote, mas um ano depois, comprou novamente os direitos de outro lote no assentamento, conforme relatou: “eu voltei pra cá porque eu já conhecia o pessoal daqui e eles gostam muito da gente... aí que eles ajudaram a gente conseguir um lote aqui”.

Os “mecanismos de partilha” tratados por Wolf (1976) foram também observados nas relações entre famílias do assentamento e exercem um importante papel na permanência das mesmas na terra. Como situações mais comuns observadas durante a realização de nossos estudos foram: o compartilhamento de áreas já preparadas para o plantio e áreas de roça em período de colheita; o sistema de troca de sementes; empréstimos de mantimentos (café, sal, açúcar, óleo, sabão, arroz, feijão, farinha de mandioca) e ferramentas; e partilha daquilo que a “natureza” lhes dará com abundância (carne de caça, fruto do açaí).

Conforme relataram alguns agricultores, quando uma família não consegue preparar sua área de roçado seja por problemas de saúde ou por fatores climáticos (quando o agricultor não consegue efetuar a queima do roçado devido às incidências de chuvas), as famílias que preparam uma área de roçado com tamanho maior acabam cedendo um pedaço para que essa possam implantar seus cultivos anuais, sobretudo o arroz e o milho para o consumo. Já, quando a família não consegue uma área preparada para implantar seus cultivos principalmente o do arroz, acabam efetuando colheita no sistema de meia em áreas de vizinhos. Porém, percebemos que os “mecanismos de

partilha” ocorrem com maior frequência entre famílias que “vizinham” mais, ou seja, estabelecem mecanismos de reciprocidade baseados em valores comuns.

Esse ato de “vizinhar” também foi percebido no processo de partilha da carne de caças ou de criação de suínos, em que a família sempre procurava dividir com aquelas que possuíam uma relação de maior proximidade. Sendo também, a essas famílias que mais recorrem em momentos de maiores necessidades.

[...] aqui, com a Jomara e o marido dela a gente não faz cerimônia... ela é como se fosse da família. Pois quando fiquei doente e a Maria estava também se tratando na rua era ela quem fazia as coisas aqui pra mim, ela foi o meu socorro... Aqui é assim, se falta alguma coisa na casa dela ela vem pegar aqui emprestado e se falta alguma coisa aqui em casa eu corro na casa dela pra pegar... As frutas que tem produzindo aí ela vêm sempre apanhar e quando mata uma caça lá, mandam um pedaço pra mim. É assim! (Roberto Nascimento, 62 anos, morador pioneiro do assentamento, entrevista em Abril/2010).

Esses mecanismos utilizados vêm exercendo um importante papel na permanência das famílias do assentamento nesse processo de territorialização.

8.2.3 “O mundo não está mais do jeito que era: as coisas mudaram”

Conforme tratado por Shanin (2005), os camponeses enquanto sujeitos coletivos continuam a existir, ao contrário do que era previsto por Karl Marx quanto ao futuro do camponês: o seu aburguesamento ou a sua transformação em trabalhadores assalariados:

É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo (SHANIN 2005, p. 8-9).

O autor ao tratar o campesinato como segmento social constituído por sujeitos coletivos enfatiza que os camponeses são tanto condicionados pela história como também são capazes de condicioná-la. Desse modo, “eles persistem, ao mesmo tempo

em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas” (SHANIN, 2005, p. 9).

Nesta pesquisa, conceituamos os agricultores dos assentamentos estudados como camponeses. Porém, devido às transformações sociais ocorridas no seio desta categoria, há necessidade de novas pesquisas sobre variáveis que vêm alterando profundamente as situações até o momento observadas, para uma revisão do conceito clássico de camponês de autores como Chayanov e Eric Wolf. Por exemplo, questões sobre a relação consumo e produção vêm sendo levantadas pela relevância dos valores recebidos através da aposentadoria e do programa Bolsa Família. Um outro exemplo, é a proibição do trabalho infantil, que já permeia discursos e práticas das famílias.

Essas transformações sociais são percebidas tanto no interior do PDS Anapu (Virola-Jatobá e Esperança) quanto no PA Itapuama. Pois verificamos uma heterogeneidade de perfis de agricultores, bem como: agricultores que dependem do lote como um local de morada e de trabalho (maioria); mais como uma local de morada, já que a renda que garante a reprodução da família é proveniente de atividades não agrícolas; e os apenas dependem apenas como um local de produção. Além do diferencial de perfis como resultado dessa transformação, observamos também o constante aumento de necessidades de consumo, diferente das necessidades do camponês abordadas no estudo de Wolf (1976), que se restringem às exigências de um mínimo calórico, o fundo de manutenção e os fundos cerimoniais. Parte dessas novas necessidades é expressa na fala do Sr. Severino dos Santos, morador do PDS Virola-Jatobá:

[...] hoje muitas pessoas tem na cabeça assim, que no assentamento a gente precisa só de comer. Muitos dizem assim: não, mais tu tens almoço todo dia, tu jantas rapaz, pra que melhor do que isso. Mais num é isso gente! Nós não só queremos isso, hoje a coisa não está só assim, de precisar só jantar e de terra, nós precisamos de outras coisas que possa transformar nossas vidas... Olhe, além de comer, nós precisamos de colégio bom, que aqui não tem, nós precisamos de um posto telefônico, nós precisamos de um posto de saúde. Né? Nós precisamos de uma usina de pilar arroz pra gente não precisar ir lá pra Anapu e, nós precisamos de recurso pra nós viver, pra nós termos uma vida melhor (Severino, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Por estarem inseridos em uma sociedade de consumo, logo, a percepção das necessidades vão se modificando ao longo do tempo, cabendo destacar que essas necessidades não se restringem aquelas apontadas por (Wolf, 1976). Conforme relata o agricultor, as necessidades de hoje já não são as mesmas, existem outras, como as de serviços de comunicação, saúde e educação. Quanto às necessidades materiais essas também vêm passando por modificações. Na fala do agricultor “precisar de recurso... pra nós ter uma vida melhor” está diretamente relacionado como a necessidade de adquirir uma televisão, um aparelho DVD, uma geladeira, uma moto como transporte para o seu filho, dinheiro para comprar medicação, roupas, calçados e para o lazer.

Porém, mesmo havendo essa percepção de maior necessidade por bens de consumo, o cálculo para a produção de produtos agrícolas quanto o tamanho da área a ser preparada para a implantação de cultivos é sempre relacionado com a quantidade de mão-de-obra familiar disponível, tendo em vista, que a maioria dos agricultores não possui recurso financeiro para efetuar pagamentos de diárias e empreitas, conforme afirmam “aqui, todo mundo é fraco não tem condição pra pagar ninguém”. Assim, as regras de intervenção no desmatamento, como a restrição de abertura de área de 3ha/ano, observou-se que este limite não é ultrapassado. Pois, ao serem questionados durante nosso trabalho de pesquisa sobre tal decisão, os mesmos sempre afirmavam que não adiantava abrir uma área de roça que posteriormente não pudessem dar conta de cultivá-las, conforme relata o Sr. Roberto: “pra que o agricultor derribar meio mundo de mata? Só pra estragar terra? Uma coisa que ele não dá conta”.

Ao analisarmos o roçado como um espaço simbólico pode-se verificar que o mesmo além de exercer a função de produção, exerce também o papel de socialização dos filhos e utilização da mão-de-obra familiar ociosa. Assim, conforme abordado na teoria de Chayanov (1981) e Wolf (1976) a produção agrícola camponesa não obedece a um cálculo baseado na lucratividade.

8.3 CONQUISTA AO DIREITO À TERRA, AUTONOMIA RELATIVA OU AINDA SUBORDINAÇÃO?

Mesmo que o acesso ao direito a terra represente para os agricultores a conquista da tão sonhada autonomia, nem sempre o acesso a esse direito tem garantido tal objetivo. “A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na

sociedade brasileira” (WANDERLEY, 1996, p. 8), mais especificamente no campo das políticas públicas, fator este que tem dificultado e/ou inviabilizando a permanência das famílias na terra.

No histórico de trajetória de vida de famílias do PDS Virola-Jatobá, averiguamos que em etapas anteriores ao assentamento, algumas famílias tiveram o acesso a terra, mas por problemas estruturais não conseguiram permanecer na terra. Um dos exemplos são os pais do Sr. Roberto, que mesmo após vários anos de luta, após adquirir o primeiro “pedaço” para a família, a situação de isolamento de malária inviabilizou a sua permanência:

[...] depois de meu pai tanto lutar com a família pelo mundo conseguiu a primeira terrinha em Vitorino Freire, mas aquela distância toda da rua e a malária fizeram meu pai desistir... Aí a gente foi embora trabalhar de novo pros outro (Roberto Nascimento, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

A instabilidade na terra determinada por condições precárias à permanência da família foi também verificada na etapa atual tanto no PA quanto no PDS conforme já mencionamos anteriormente. Pois, grande parte das famílias ao terem seus sonhos desfeitos após se depararem com as condições de precariedade dos assentamentos acabaram dando continuidade à busca de novas oportunidades em outros espaços. Em estudos de Hébette (2004a), Hébette (2004e), Hébette (2004f), Hébette (2004g) e Abelém e Hébette (1998), as precárias condições tanto nas áreas de colonização quanto de projetos de assentamentos no estado do Pará foram também apontadas como importante fator na mobilidade espacial de agricultores. Assim, a política de acesso a terra, com sua meta de “fixar” o homem no campo, sem se indagar quais as razões e condições para tanto, tem levado a novos deslocamentos conforme relata o Sr. Severino dos santos, morador do PDS Virola-Jatobá:

[...] a gente espera é que as pessoas não procurem só saber se o cara vende terra, procure saber, o porquê! O porquê isso tá acontecendo e quais as reivindicação da pessoa, quais são os argumentos, quais são as necessidade que a pessoa tem na terra, que são muitas. Eu digo isso porque já aconteceu comigo. Eu tenho enfrentado muitas necessidades... Eu vejo muita gente dizer: tem gente que vende terra porque não quer. Esse aí não merece terra. Mas não é

bem assim não!... Todo mundo sabe que a reforma agrária no papel é uma coisa muito bacana, muito bonito, mais na prática não é assim... Aqui não existe reforma agrária (Severino, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Quando o agricultor fala da necessidade de se questionar os motivos pelos quais os agricultores vendem os direitos associados à terra, o mesmo chama a atenção para uma questão importante, que é uma venda que não caracteriza lucro, mas sim, estratégias para dar continuidade de sua condição de camponês. As situações observadas de abandono de lote no assentamento são também importantes indicadores para o entendimento do processo de mobilidade espacial de unidades familiares.

Quanto às situações observadas de venda de direitos aos lotes, constatamos através da formação de preço (Figura 12) que estas transferências não propiciam melhores oportunidades de acesso a terra em outros assentamentos rurais.

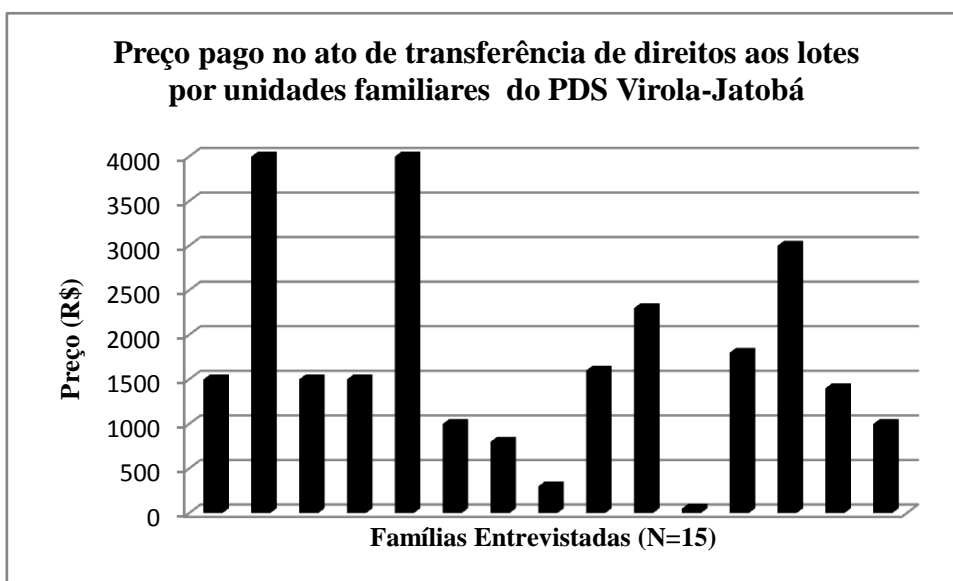


Figura 12: Preço pago no ato de transferência de direitos ao lote por 15 unidades familiares do PDS Virola-Jatobá.

Fonte: Projeto da RAVA, 2007.

Conforme podemos observar na figura acima, os valores variam de R\$ 50,00 a R\$ 4.000,00. De acordo com as informações obtidas em entrevistas junto aos agricultores do assentamento, o preço está relacionado com a benfeitoria constituída no lote e não com a terra física. O relato de um dos detentores (família nº 11 apresentada na figura acima) de lote confirma tal afirmação:

[...] peguei um lote através da associação lá na Gleba 130A, mas o lote ficava longe e era muito acidentado, aí eu passei para o Seu Getúlio, ele só me pagou R\$ 50,00 de um broque que eu tinha feito (Adelino Sanches, 25 anos, entrevista em Julho/2009).

Em outras situações observadas, mesmo que as benfeitorias tenham influenciado a formação do preço, fatores como doença têm levado algumas famílias a negociarem seus direitos aos lotes por preços que não cobriam as benfeitorias feitas. Em outras situações observadas, algumas famílias abandonaram a terra logo no primeiro ano de instalação no lote, ao se deparar com a falta de recurso financeiro, falta de estrada e a falta de escola, considerando a distância entre as existentes no assentamento.

Assim, estas situações são explicadas pela teoria de Chayanov (1981, p. 142), pela forma diferenciada com que as unidades familiares realizam o processo de constituição do preço da terra. De acordo com o mesmo, “num mercado monetário de terra as propriedades não mudam de mãos sem pagamento”. Conforme podemos observar, nos processos de transferências de direitos associados à terra ocorridos no interior do assentamento, a constituição do preço não segue uma lógica de mercado monetário de terras, com lucro esperado na transação. Os lotes têm mudado de mãos apenas com o pagamento de benfeitorias e, em alguns casos, agricultores decidem deixar a terra ao próximo ocupante sem retornos de qualquer espécie.

No que diz respeito à situação econômica dos agricultores do assentamento, verificamos que, assim como o Sr. Severino, muitas famílias tiveram o acesso a terra através da posse espontânea, pois se tratavam de agricultores descapitalizados, tanto para comprar um “pedaço” de terra como para manter o suprimento das necessidades básicas da família. A dificuldade de permanência na terra principalmente na etapa inicial de instalação no lote é relatada pelo Sr. Severino dos Santos:

[...] a pessoa que vem pra um mato desses, pra arrumar uma terra, que vem sem dinheiro pra comprar a terra, aquela pessoa num tem nada... As vezes quando ele chega, nos primeiro mês até um ano, se ele trouxer um dinheirinho, ele ainda tá numa boa. Porque aqui, todo mundo é fraco não tem condição pra pagar ninguém. Mas quem não tem uma reserva, logo que chega a coisa começa a apertar, ele não tem produção pra de imediato fazer um dinheiro, e às vezes ainda vem a doença. Aí, o que ele vai fazer? Ir embora,

vender o lote! (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

A falta de recurso financeiro dos agricultores nessa etapa inicial atrelada as dificuldades de consolidar atividades agrícolas que consigam garantir maior estabilidade econômica familiar (cacau e gado considerando o contexto econômico da região), tem levado a dois caminhos, o da mobilidade definitiva e o da venda da força de trabalho.

Conforme verificado por Chayanov (1981) e Wolf (1976), no caso estudado também constatamos que a lógica da economia das unidades de produção não está fundamentada no lucro e sim na quantidade de mão-de-obra familiar disponível para o trabalho e nas necessidades de consumo. Pois, tanto para o caso do Sr. Roberto como para a maioria das famílias do assentamento, a produção agrícola é prioritariamente voltada para a obtenção de produtos voltados para a sua condição de existência, ou seja, para o consumo direto familiar (ex: arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, café, inhame, batata) e para obtenção de mercadorias não produzidas na propriedade (sal, óleo, farinha de trigo, carne bovina, açúcar, sabão, querosene, diesel, fósforo, tabaco, munição e ferramentas). Esta lógica da relação consumo/trabalho obedece à teoria de Chayanov (1981), em que:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Porém, conforme constatado em nossa pesquisa, grande parte dos agricultores do assentamento são obrigados a vender a sua força de trabalho para complementar a renda familiar, tendo em vista que a produção obtida do roçado (culturas anuais) não tem conseguido suprir as necessidades de consumo da família, conforme relato o Sr. Severino:

[...] olhe, hoje se você for avaliar a renda mensal de cada colono aqui, já dizendo por mim, tem mês que não ganho nada... o que tenho pra fazer um dinheirinho as vezes é uma mandioca, faço uma farinha. Tem mês que é cem, tem mês que é duzentos reais e tem mês que não é nada. Hoje então, eu não posso nem estipular uma renda certa. Hoje se uma pessoa me procurar: qual é o nível da tua renda por mês? Eu fico atrapalhado

pra dizer (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Aqui, a venda da força de trabalho familiar se constitui em uma “faca de dois gumes”, pois, se por um lado tem ajudado garantir a permanência da família na terra, por outro, tem dificultado o agricultor em dedicar mais tempo de trabalho nas atividades em seu lote. Mediante a necessidade da venda da força de trabalho, acesso a terra não significou “o trabalho livre do patrão”, mas sim, mais uma etapa de luta para atingir esse objetivo. Conforme abordado por Mendras (1984, apud Wanderley 1996, p. 5) “toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, libertando-se dos direitos senhoriais e das servidões coletivas”.

No caso estudado, dois fatores têm dificultado as famílias conquistarem a estabilidade econômica da unidade de produção familiar. O primeiro diz respeito a perda de autonomia do agricultor sobre o sistema de produção, quanto a decisão de estabelecer atividades agrícolas mercantis como a criação de gado e a implantação do cacau, sendo a primeira limitada pelas regras de intervenção no desmatamento e a segunda, pelos limites de fertilidade do solo, conforme já mencionado anteriormente.

O segundo está relacionado aos limites de comercialização dos produtos produzidos na propriedade (culturas anuais) em função do nível de preços. Sendo esta, uma situação comum para todos os agricultores do assentamento. Conforme tratado por Wolf (1976), nem sempre a produção obtida do trabalho será a mesma para as unidades de produção, pois, dependerá de fatores como:

A situação de mercado, a localização da unidade relativa aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a quantidade de terra e outras condições de produção da unidade econômica (WOLF, 1976, p. 138).

Para Wanderley (1996), desde o período colonial brasileiro os camponeses nesse campo de luta pela sua reprodução social ao longo da história sempre têm buscado ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. Como principal estratégia para garantir tal segurança econômica, esses camponeses sempre buscaram integrar os seus sistemas de produção um “produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe” (Idem, p. 11).

No atual contexto econômico da agricultura familiar na Transamazônica são duas as principais atividades econômicas geradoras de renda que apresentam maior

segurança financeira para o agricultor, o cacau e o gado. Essas foram atividades que receberam vários incentivos do governo através de políticas de créditos. Porém, devido o gado representar riscos ambientais quanto o avanço do desmatamento e sua baixa produtividade por área, passou a ser considerada repensada no campo da agricultura familiar. A partir de então, em novas modalidades de assentamentos como o PDS, a criação comercial de gado é proibida. Tal restrição aliada ao limite da parcela de uso alternativo de 20ha são questionadas pelos agricultores do assentamento quanto aos impactos sobre a sua condição de permanência na terra.

Além de tais restrições que têm limitado a sua autonomia, os agricultores questionam também os limites impostos quanto o direito de propriedade que se restringe apenas ao direito de uso e acesso a um documento coletivo. Esse questionamento pode ser representado pela fala do Sr. Severino dos Santos:

[...] me contrario com mais uma coisa, porque eu não queria terra pra ter documento coletivo de cem duzentas pessoas. Eu queria um documento meu, pra onde eu chegar eu dizer: eu tenho terra, tá aqui meu documento, seja de quatro alqueires, de cinco, de dez, mais eu ter meu documento. Não tenho! Como é que eu vou provar? Eu não tenho nada pra provar que sou agricultor eu não tenho documento da terra... O negócio é que eu não queria isso, eu queria o documento da minha terra. O dia em que eu morrer, meu filho pode dizer que tem terra? (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

Na fala do agricultor, podemos constatar a importância do domínio do direito sobre a terra física por reafirmar os significados atribuídos a propriedade como constituição de um patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996). Ribot e Peluso (2003, p. 156), afirmam que a “propriedade geralmente evoca um tipo de demanda socialmente reconhecida e apoiada em um direito, seja esse reconhecimento por lei, costume ou convenção”. Constata-se assim, que o direito de propriedade reconhecido por lei é contraditório aos interesses do grupo local. Isso porque, tal instrumento de regularização fundiária aparece como uma forma de controle do desmatamento, ou seja, como uma forma de controlar os agricultores familiares que passaram a ser responsáveis pelos desmatamentos da região. Essa transferência de responsabilidade é discutida por Almeida (2008).

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado os responsabiliza pelo avanço do desmatamento, lhes transfere a responsabilidade de conservar. Hoje mediante a tal camisa de força e sem condições de se manter na terra os agricultores questionam o papel do Estado que de um lado exige que essas regras de intervenção sejam obedecidas e do outro, não tem lhes dado condições para que as regras sejam respeitadas, conforme relata um agricultor:

[...] quem é a pessoa que pode dizer que é feita a reforma agrária aqui no Pará? Não tem! Aqui não tem reforma agrária, aqui tem é escravo do governo. Pois, o sujeito não tem uma casa, não tem um transporte, não tem condição de vida... Agora vêm normas por cima de normas. A gente sabe que precisa preservar, que é a nossa floresta que sustenta o oxigênio não só pra nós, mas pro mundo todo. Mas não é só isso! Esses argumentos deveriam vir junto com financiamento, com uma série de coisa pra não mexer nessa mata... Nós não temos um recurso, uma coisa que nos sustente, que nos previna pra não mexer nessa mata. Nós mexemos, porque nós não temos outra saída (Severino dos Santos, 62 anos, entrevista em Abril/2010).

A fala acima reflete a incoerência das políticas de intervenção no desmatamento e as condições dadas aos agricultores. Assim, insatisfeitos por não receberem os direitos que lhes são reservados enquanto beneficiários da chamada reforma agrária ao mesmo tempo em que as referidas obrigações são cobradas agricultores usam constantemente expressões como: “o governo colocou a gente aqui pra ser seu escravo”; “a gente está aqui pra ser guarda da floresta”; “sofrendo, não vou ficar aqui de graça pra tomar conta da mata pro governo”. Tanto o relato acima do agricultor como as referidas expressões não dizem respeito a oposição às regras, mas sim oposição à situação a qual foram submetidos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos a questão da mobilidade espacial de agricultores de assentamentos da Transamazônica, consideramos a história do campesinato brasileiro em geral e a do amazônico, em particular, que é a história da luta pela terra. Porém, conforme constatamos, o acesso a terra em áreas de assentamentos da chamada reforma agrária na Transamazônica não tem representado uma conquista no que se refere à consolidação do modo de vida camponês.

Ao listar os fatores que têm influenciado a mobilidade espacial de agricultores em áreas de assentamentos convencionais (PA Itapuama) e especiais (PDS Anapu) da chamada reforma agrária na Transamazônica, rejeitamos qualquer caráter determinístico, considerando que esses fatores afetam a tomada de decisões individuais e coletivas sobre a mobilidade das famílias, porém não o fazem isolada ou unilateralmente. O estudo nos mostrou um jogo de interações entre diferentes fatores podendo criar novos contextos importantes, dentro dos quais os indivíduos podem ou não se organizar coletivamente para reconfigurar esses fatores e, assim, influenciar sua permanência na área. Percebemos nesta pesquisa o importante papel dos atores e suas instituições, em sua agência e mobilização.

Conforme analisado, a dificuldade de consolidação do campesinato na Transamazônica tem se dado desde o início de sua ocupação com o programa de colonização na década de 1970. Mediante este estudo, constatamos que mesmo passado algumas décadas, os agricultores de novas áreas de assentamentos da chamada reforma agrária continuam enfrentando os velhos desafios do período de colonização somando-se ainda, novos desafios no que se refere às políticas de intervenção no desmatamento. Neste contexto, cabe ainda destacar as políticas contraditórias que ora se apóiam em noções vinculadas ao chamado ambientalismo e ora no desenvolvimentismo, a exemplo das contradições entre a implementação das regras de intervenção no desmatamento e a execução do PAC, onde tem prevalecido a lei do capital. Pois, os programas federais prioritários, todos no PAC, são, hoje, grandes responsáveis pelo desmatamento na Amazônia (construção de rodovias e grandes hidrelétricas). Quanto às regras de intervenção no desmatamento, no caso estudado, essas têm se apresentado de forma divergente às condições e necessidades dos grupos sociais locais.

Como as condições possíveis aos grupos sociais estudados não têm se mostrado suficientes à sua reprodução, esses continuam se deparando com os mesmos

constrangimentos enfrentados na etapa anterior ao acesso a terra, especialmente a dependência ao “trabalho para patrão”. Para superarem parte dos constrangimentos enfrentados principalmente no início do processo de ocupação, os agricultores tanto do PA quanto dos PDS têm adotado mecanismos de partilha, de reciprocidade, bem como, de solidariedade, como condição para a sua permanência na terra.

Na concepção de dona Silvana da Silva: “tem que estar nós tudo ali, junto” parte da necessidade de fortalecimento da organização interna, para enfrentar os constrangimentos provocados, principalmente, pelas omissões do Estado e pela falta de recursos financeiros no período de instalação no lote. Desse modo, de forma estratégica, algumas famílias conseguiram instituir um nível organizacional interno baseado numa rede de solidariedade a fim de superar tais constrangimentos, conforme afirma seu José Silvana: “aqui logo no início, todo mundo se ajudou, era mutirão pra fazer roça, foi pra lutar por escola, foi pra fazer a estrada daqui, por isso o nome da vicinal daqui é Transunião!”. São essas relações e práticas sociais que ocupam o cerne da luta pela sobrevivência e, neste processo de construção social do território o que vale mesmo é a vivência de dificuldades reais e cotidianas em que se descobrem alternativas reais de superação. Nestas situações de pressão, os mecanismos de partilha fundamentado na solidariedade aparecem dentro do processo de territorialização como de fundamental importância.

Para facilitar essas relações de reciprocidade, as famílias dos assentamentos estudados têm priorizado uma forma organizativa de ocupação das áreas a partir de redes sociais já estabelecidas em locais anteriores. Nessa situação, cabe enfatizar a importância de uma rede social bem consolidada, no que diz respeito principalmente às relações bem constituídas como a de vizinhança e de parentesco.

Porém, mesmo tendo a reciprocidade positiva como um importante mecanismo para a consolidação do campesinato nessas áreas de assentamentos, fatores como o parcelamento dos lotes tanto nas áreas de colonização como dos projetos de assentamentos convencionais (PA) e especiais (PDS) aliados as condições de baixa fertilidade do solo, somados ao comportamento do mercado agrícola da região tem dificultado a possibilidade de consolidação de grupos camponeses, tornando-se a mobilidade espacial como algo imprescindível, onde desistir de um lote significa ir à busca de outro que lhes ofereçam melhores oportunidades. Como vimos essas estratégias não têm sido suficientes em diversas situações, levando os agricultores à auto-exploração ou a novos deslocamentos na tentativa de garantir a sua reprodução

enquanto camponês em outros espaços. Verifica-se no caso estudado que a dificuldade de consolidação dos grupos sociais em processos de territorialização, não diz respeito apenas à falta de terra, como também, à vulnerabilidade da unidade familiar de produção ante um Estado desfavorável à economia camponesa.

Essa vulnerabilidade encontra-se presente no relato das trajetórias de vida de agricultores tanto do PDS Anapu quanto do PA Itapuama, onde enfatizam que o ato de se “aventurar pelo mundo” se constitui numa estratégia de busca por melhores oportunidades. Assim, a falta de terra ou de condições de permanecer na mesma tem os levado a desempenhar uma série de atividades onde a mobilidade identitária (garimpeiro, carpinteiro, serralheiro, agricultor, extrativista) esteve sempre associada a sua mobilidade espacial. Esta dinâmica é uma característica própria de parte do campesinato brasileiro, onde os constantes deslocamentos seguidos das diversas atividades desenvolvidas não os levaram a deixar de ser camponeses, ao contrário, foram essas estratégias apreendidas pelo ato de saber se movimentar pelo mundo que tem garantido a reprodução social desse grupo. Tais movimentos são orientados pela busca de condições para concretizar os projetos de vida da família, que são geralmente norteados pelas expectativas em relação ao futuro, ou seja, o de libertar-se da sujeição do patrão, constituir um patrimônio e assegurar o futuro dos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, A.; HÉBETTE, J. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica e meio ambiente. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora da UNICAMP, Campinas – São Paulo, 1992.

ALENCAR, A.; et al. **Desmatamento na Amazônia**: indo além da “emergência crônica”. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / FUA, p. 15-126, 2008.

ANDERSEN, L. E.; et al. The Sources and agents of deforestation. In: **The Dynamics of Deforestation and Economic Growth in the Brazilian Amazon**. Cambridge University Press. Cap. 4, p. 66-90, 2002.

BARRETO, A. M. Apropriação Ilícita de Terras Públicas na Amazônia: o caso Gleba Ituna, no Estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Banco da Amazônia. Belém, v. 3, n. 5, Jul./Dez. 2007. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_05/Revista_Amazonia_5_COMPLETA.pdf#page=7 > ISSN 1809-4058, online (Acesso em: 20 set. 2009).

BECKER, B. K. **Amazônia**. 6 ed. Ática, São Paulo, 1998.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Hucitec, São Paulo, 1994.

BINSWANGER, H. P. Brazilian Policies that Encourage Deforestation in the Amazon. **World Development**, v. 19, Issue 7, p. 821-829, Jul. 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. [tradução: Fernando Tomaz (Português de Portugal)]. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, LEI Nº 10.406, de 2002. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/fatimacleide/Educacao/c%3%B3digocivil.pdf> > (Acesso em: 05/02/2009).

BRASIL. Decreto Lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-publicacaooriginal-1-pe.html> > (Acesso em: 03/09/2009).

BRASIL. Lei 11.284, de 2 de março de 2006, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm >. (Acesso em: 22/08/2010).

BRASIL. LEI n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504compilada.htm> > (acesso em 10/02/2011).

BRASIL. República Federativa do Brasil: Diário da Câmara dos Deputados. Brasília – DF, ano LX, n. 069, maio/2005.

CALDAS, M. et al. Theorizing Land Cover and Land Use Change: The Peasant Economy of Amazonian Deforestation. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 97, Issue 1, p. 86–110, Mar. 2007.

CAMPARI, J. S. **Challenging the turnover hypothesis of Amazon deforestation: Evidence from colonization projects in Brazil**. Ph.D. dissertation, The University of Texas at Austin, USA, 2002.

CARVALHO, G. et al. Sensitive development could protect Amazonia instead of destroying it. **Nature**, 409, 131, Jan. 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad económica campesina**. B. Aires, Nueva Vision, 1974, 339 p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In. **A questão agrária**. SILVA, J. G; STOLCKE, V. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollac José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, p. 133-163 [Original 1929], 1981.

DENZIN, N. **Interpretive Biography: Ethnographic Practice for the 21st Century**. Thousand Oaks: Sage, 1997.

DENZIN, N., LINCOLN, Y.S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

FEARNSIDE, P.M. Amazonian Deforestation and Global Warming: Carbon Stocks in vegetation replacing Brazil's Amazon Forest. **Forest Ecology and Management**, v. 80, Issues 1-3, p. 21-34, Jan. 1996.

FEARNSIDE, P.M. Land-Tenure Issues as Factors in Environmental Destruction in Brazilian Amazonia: The Case of Southern Pará. **World Development** v. 29, Issue 8, p. 1361-1372, Ago. 2001.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa Região da Amazônia Oriental**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: **Campesinato territórios em disputa**. Paulino, E. T. e Fabrini, J.E. (Orgs.). p. 273-301. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas**. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1989.

GOMES, F. A. **Transamazônica a redescoberta do Brasil**. São Paulo: Cultura Editora, 1972.

GUERRA. G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Edições Vértice. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAYASHI, S.; SOUZA JR, C.; SALES, M.; VERÍSSIMO, A. Estatística de Desmatamento. IMAZON, **Transparência Florestal**, Junho de 2010.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. État appropriation sociale de l'espace dans le front pionnier Amazonien. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. 1, Belém: EDUFPA, p. 311-329, 2004.

HÉBETTE, J. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004, 373p.

_____ “A reforma agrária é a gente que faz”. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, p. 265-273, 2004h.

_____ A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, p. 275-294, 2004g.

_____ A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, p. 33-41. 2004a.

_____ **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol.II. Belém: EDUFPA, 2004c, 304p.

_____ **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol.IV. Belém: EDUFPA, 2004d, 387p.

_____ Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I. Belém: EDUFPA, p. 331-354, 2004f.

_____ O Estado e os movimentos migratórios. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I. Belém: EDUFPA, p. 355-366, 2004e.

HÉBETTE, J.; et al. Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o Leste do médio Tocantins. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, p. 51-168, 2004.

HÉBETTE, J.; Moreira, E. S. Situação social das áreas rurais amazônicas. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. 4, Belém: EDUFPA, p. 43-61, 2004.

HÉBETTE, J.; MOREIRA, E. S.; LEITÃO, W. M. Uso e abuso no trato dos recursos naturais em áreas da Amazônia Oriental: história e atualidade. In. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v. 3, Belém: EDUFPA, p. 273-285, 2004.

HECHT, S. Environment, Development and Politics: Capital Accumulation and the Livestock Sector in Eastern Amazonia. **World Development** v. 13, Issue 6, p. 663–84, Jun. 1985.

HEREDIA. B. M. A. **A morada da vida, trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste**. Editora: Paz e Terra, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=15> (Acesso em: 10/01/2011).

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Taxa de desmatamento do SAD 2010. (Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/transparencia-florestal-da-amazonia-legal-marco-de/at_download/file> (Acesso: 13/10/2010).

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Projeto **PRODES**: http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/grafico1_prodes2009.pdf. (Acesso em 15/2/2010).

LAURANCE, W. F. et al. Environment: The Future of the Brazilian Amazon. **Science**, 291, p. 438-439. 2001.

LAURANCE, W. F. et al. Predictors of deforestation in the Brazilian Amazon. **Journal of Biogeography**, v. 29, p. 737-748, 2002.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Um futuro para ao campo: reforma agrárias e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

LUDEWIGS, T. et al. Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 37, Issue 8, p. 1348–1359, Ago. 2009.

MANN, P. **Métodos de investigação sociológica, sociologia e ciência**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 9-20, 1973.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Imprensa: Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República do Município de Altamira/PA. Ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. 2007. Disponível em: <[http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/2008/ACP Improbidade INCRA STM.pdf](http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/2008/ACP_Improbidade_INCRA_STM.pdf)> Acesso em 17 de fev. 2010.

MIRANDA, E. M. Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

NEPSTAD, D.C. et al. **Avança Brasil: The Environmental Costs for Amazonia**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Belém, Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/avanca/participen.htm>>. Acesso em: 10 Jun. 2009.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In. **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformação na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe, p. 133-159, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma agrária**. Campinas, SP, n. 2-3, v. 25, 1995.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios” misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANÁ**. 4(1): p. 47-77, 1998.

OSTROM, E.; et al. **The Drama of the Commons / Committee on the human dimensions of global change**. Washington: National Academy Press, 2001.

PACHECO, P. et al. **Acesso à Terra e Meios de Vida: examinando suas interações em três locais no Estado do Pará**. Belém–Pará: CIFOR/LAET/ARCA, 2009.

PERZ, S. G.; WALKER, R. T. Household Life Cycles and Secondary Forest Cover Among Small Farm Colonists in the Amazon. **World development**, v. 30, Issue 6, p. 1009-1027, Jun. 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDF, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª Ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RIBOT, J. C.; PELUSO, N. L. A Theory of Access. **Rural Sociology** 68(2), 2003. p. 153-181, 2003.

ROY, G. A. Agricultura Familiar nas Frentes de Colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém, Vol.1, n.3, p. 81-107, 2002.

SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003, 299p.

SANTOS, I. V.; et al. **A terra nas disputas pelo desenvolvimento e conservação na região da Transamazônica, Altamira - Pará**. Belém, Para: CIFOR, 2008.

SANTOS, I. V.; PORRO, N. M.; PORRO, R. **Interventions to curb deforestation and stability in access to land: A comparative study between two modalities of land regulation in the Transamazon region, Brazil**. International Land Coalition, 2011.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. [tradução: Bennett, P.; McDonough, J. F.; Michel, M.; e Schlemmer, K.]. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SCHLANGER, E.; OSTROM, E. Property-rights regime and natural resources: A conceptual analysis. **Land Economics**, v.86, n.3, 1992.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Contested Frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

SCHMITZ, H.; Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito na atualidade brasileira. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**, 32, Caxambu, 2008.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: elementos Teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**. Ituba, v. 19, p. 21 – 30, 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Ano 8, N.7, 2005.

SOUSA, D. B. **Sensibilização em manejo florestal: organização e mobilização de agricultores familiares do município de Senador José Porfírio, Pará**. (monografia de conclusão do curso de Eng. Agrônômica) Altamira-PA, UFPA, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1996.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo C.C. da Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.

WOOD, C.; WALKER, R; TONI, F. Os Efeitos da posse da terra sobre o uso do solo e investimentos entre pequenos agricultores na Amazônia Brasileira. In **Viabilidade de Sistemas Agropecuários na Agricultura Familiar da Amazônia**. Tourrand, J. e Veiga, J.B. eds. Belém, Pará, Brasil: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

WOORTAMNN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan./Jun. 1990. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol7_n1_1990/vol7_n1_1990_2artigo_35_53.pdf>. Acesso em 16 de Jun. 2010.

ANEXOS

ANEXO A: Questionários RAVA: levantamento de dados da comunidade (V1-V2), domiciliar (A1) e de produção (Q1-Q4)

Questionário protótipo PEN - RAVA: Condições Amazônicas de Vida e Ambiente – Versão 27 de julho 2007 / Página 3

Levantamento Inicial da comunidade (V1)

“Comunidade” refere-se a uma população pequena, a uma localidade ou vila aonde se realizará o estudo. É a unidade geográfica mínima principal onde se localizam os domicílios. Deverá especificar-se nas narrativas, de acordo a cada contexto.

Nota: Veja o guia técnico para identificar a fonte de informação apropriada e os entrevistados/informantes indicados para as diversas perguntas que compõem o levantamento da comunidade.

Informação para controle

Atividades	Data(s)	Quem fez?	Está OK? Se não, faça comentários
Encontros com autoridades			
Encontros com grupos de interesse/comunitários			
Outras entrevistas			
Revisão do questionário			
Codificação do questionário			
Digitalização de dados			
Verificação e aprovação da digitalização de dados			

A. Variáveis climáticas e geográficas

1. Qual é o nome da comunidade?	1. _____ (nome)	2. _____ (código ##)
2. Quais são as coordenadas de GPS no centro da comunidade? (formato UTM)		
3. Qual é a latitude da comunidade?		graus
4. Qual é a longitude da comunidade?		graus
5. Qual é a altitude (metros acima do nível do mar) da comunidade?		metros
6. Qual tem sido a precipitação média anual (mm/ano) no distrito/município durante os últimos 20 anos (ou menos, veja os guias)?		mês/Ano
7. Qual é o coeficiente de variação da precipitação nos últimos 20 anos? (Nota: Preencher se os dados estiverem prontamente disponíveis)		

B. Demografia

6. De que forma a comunidade se estabeleceu? Espontânea (1) ou induzida (2)?	(1 – 2)
7. Em que ano a comunidade foi fundada/estabelecida?	
8. Qual é o tamanho atual da população da comunidade?	habitantes/pessoas
9. Quantas famílias vivem atualmente na comunidade?	famílias
10. Qual era o tamanho total da população na comunidade 10 anos atrás?	habitantes/pessoas
11. Quantas famílias viviam na comunidade 10 anos atrás?	famílias
12. Quantos habitantes (aprox.) que vivem agora na comunidade são originários de outras comunidades/regiões e mudaram-se nos últimos 10 anos (imigração)?	habitantes/pessoas
13. Quantas pessoas (aprox.) deixaram a comunidade nos últimos 10 anos (emigração)?	habitantes/pessoas
14. Quantos grupos diferentes (grupos étnicos, tribais) vivem na comunidade?	

C. Infra-estrutura

1. Quantos domicílios (aprox.) na comunidade têm acesso a electricidade?	Famílias
2. Quantos domicílios (aprox.) na comunidade têm acesso a (= utilizam) água encanada?	Famílias
3. Quantos domicílios (aprox.) utilizam o crédito formal (bancos governamentais ou privados)?	Famílias
4. Há instituições <i>informais</i> de crédito (como clubes de poupança) ou pessoas que emprestam dinheiro aos quais a comunidade tem acesso?	(1-0)
5. Há algum centro de saúde na comunidade?	(1-0)

6. É possível chegar até a comunidade por uma estrada com acesso para carros durante todas as estações do ano? Se "sim", veja pergunta 8.		(1-0)		
7. Se "Não": Qual é a distância em quilômetros para a estrada mais próxima que seja utilizável durante todas as estações (todo o ano)?		km		
8. Há algum rio ou igarapé dentro dos limites da comunidade que seja navegável durante todas as estações? Se 'sim', veja pergunta 10.		(1-0)		
9. Se 'não': qual é a distância ao rio ou igarapé mais próximo navegável durante todas as estações do ano?		km		
10. Qual é a distância do centro da vila/comunidade para o próximo ... (em km e minutos pelos meios de transporte mais comuns)		1. km	2. min	3. código – transporte
	1. Mercado local			
	2. Maior mercado regional para bens de consumo			
	3. Mercado onde os produtos agrícolas são vendidos			
	4. Mercado onde os produtos florestais são vendidos			
11. Existe alguma escola na comunidade?		(1-0)		
12. Se a resposta é 'sim': Que nível educacional proporciona a escola? 1º. grau incompleto (1) 1º. grau completo (2); 2º. grau incompleto (3); 2º. grau completo (4)				
13. Quantas salas de aula tem a escola?				
14. Se a resposta a 11 é 'não': Qual a distância da comunidade à escola mais próxima?		1. Km	2. min	

D. Categorias florestais e de uso/cobertura da terra

1. Categorias de uso da terra na comunidade (área aproximada em hectares)

(Amazônia: 1ha=4 tarefas; 2,4 ha= 1 alqueire paulista; 4,8 ha = 1 alqueire mineiro).

Nota: Veja o guia técnico para a definição de categorias de terra e de posse/propriedade.

1. Categoria de terra (código-terra)	2. Área total (há)	3. Categorias de posse da terra (ha)			
		3. Governo	4. Coletiva	5. Individual	6. Acesso livre (de fato)
<i>Floresta:</i>					
1. Floresta Natural					
2. Floresta Manejada					
3. Floresta Plantada					
<i>Terra Agrícola:</i>					
4. Áreas de cultivo agrícola					
5a. Pasto natural					
5b. Pastagem plantada					
6. Sistemas agroflorestais					
7. Silvopastoreio					
8a. Pousio/Capoeira fina (até 5 anos)					
8b. Pousio/Capoeira grossa (> 5 anos)					
<i>Outras categorias de terra:</i>					
<i>Arbustos/Cerrado/Campina</i>					
Campestre que não serve de pasto					
Áreas Residenciais, infra-estrutura					
Zonas de Pântanos/Igapó/Várzea					
Outro, especifique:					
Total da área					

2. Quais são as principais categorias florestais, usuários florestais e produtos florestais na comunidade?

Nota: O objetivo é associar categorias florestais a usuários e produtos. Veja o Guia Técnico para detalhes.

Nota: A área total florestal deverá ser igual à indicada na tabela anterior.

1. Tipo florestal (código-floresta)	2. Propriedade (código-posse)	3. Área aprox. (ha)	Usuários principais ¹⁾ (máximo 3)			Produtos principais (máx. 3) (código-produto)		
			4. Ordem 1	5. Ordem 2	6. Ordem 3	7. Ordem 1	8. Ordem 2	9. Ordem 3

1) Por “usuários principais” entende-se aqueles que obtêm um maior valor, benefício (para autoconsumo e comercialização) dos produtos florestais de uma determinada categoria florestal nos últimos 12 meses.

Códigos: Seleccione o mais apropriado entre os seguintes grupos (alguns se sobrepõem):

1 = Comunitários que são membros de uma associação, cooperativa, ou grupo semelhante (GRUPO);

2 = Comunitários que não são membros do GRUPO;

3 = Usuários da comunidade com orientação para subsistência;

4 = Usuários da comunidade que se dedicam ao comércio de pequena escala;

5 = Usuários da comunidade que se dedicam ao comércio de grande escala;

6 = Usuários de fora da comunidade com orientação para subsistência;

7 = Usuários de fora da comunidade que se dedicam ao comércio de pequena escala;

8 = Usuários de fora da comunidade que se dedicam ao comércio de grande escala;

9 = Outros, especifique:

3. A comunidade pratica alguma forma ativa ou deliberada de manejo florestal?

Tipo de manejo	Código ¹⁾
1. Plantio de árvores	
2. Abate/corte/derrubada de árvores não desejadas (competidoras)	
3. Proteção de determinadas árvores (ou grupos de árvores) nas florestas para promover a regeneração natural dessas espécies	
4. Proteção de áreas florestais para serviços ambientais específicos, como captação de água	
5. Estabelecer evidência de direitos de uso para um número limitado de usuários para produtos específicos (por exemplo, árvores melíferas)	
6. Outras, especifique	

1) Códigos: 0=não, de forma alguma; 1=Sim, mas somente até certo ponto; 2=sim, frequentemente.

E. Base de recursos Florestais

Nota: As perguntas devem ser feitas através de reuniões na comunidade, ou com grupos focais, consultando o grupo para cada categoria (i.e. coluna por coluna, e não linha por linha).

	1. Lenha ou carvão	2. Espécies para madeira	3. Alimento da floresta	4. Medica- mento da floresta	5. Forragem da floresta	6. Outros ¹⁾
1. Qual é o Produto Mais Importante (PMI) atualmente para o bem estar das pessoas na comunidade (nesta categoria)? ²⁾ (nome)						
2. (código-produto)						
3. Como é que a disponibilidade dos produtos mais importantes variou nos últimos 5 anos? <i>Código: 1= diminuiu; 2= constante; 3= aumentou</i>						

1) Seleccione o produto mais importante para a comunidade que não se enquadre em qualquer das outras cinco categorias.

2) “Muito importante” é definido como o mais importante para o bem estar da comunidade, quer seja através do uso doméstico ou através da venda para dinheiro, ou ambos.

4. Para cada categoria: Se a disponibilidade de PMI nesta categoria diminuiu , quais são as razões? <i>Por favor ordene os motivos mais importantes, máx. 3 (Deixe o resto em branco).</i>	Razões	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3
	1. Redução da área florestal devido a abertura de pequenos roçados para agricultura						
	2. Redução da área florestal devido a grandes projetos (plantações, assentamentos, etc)						
	3. Redução da área florestal devido a compra de terra por pessoas de fora que restringem acesso						
	4. Aumento no uso de PMI porque as pessoas locais (da comunidade) coletam mais						
	5. Aumento no uso de PMI porque as pessoas de outras comunidades coletam mais						
	6. Restrições de uso pelo governo federal ou estadual (p. ex., para conservação florestal)						
	7. Restrições locais de uso (p.ex., regras comunitárias)						
	8. Mudanças climáticas, p.ex., seca e menos chuva						
	9. Outras, especifique:						
5. Se a disponibilidade de PMI nesta categoria aumentou , quais são as razões? <i>Por favor ordene os motivos mais importantes, máx. 3.</i>	Razões	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3
	1. Menor desmatamento para agricultura (incluindo criação)						
	2. Menor uso/coleta do produto por pessoas da comunidade						
	3. Menor uso/coleta do produto por pessoas de fora						
	4. Menor uso/coleta do produto por usuários de grande escala comercial/projetos						
	5. Mudanças no manejo das florestas						
	6. Mudanças climáticas, p. ex., mais chuva						
	9. Outras, especifique:						
6. Qual seria o fator mais importante para aumentar os benefícios (uso ou rendimentos) dos PMI? <i>Por favor ordene as razões mais importantes, máx. 3.</i>	Ação	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3	Ordene 1-3
	1. Maior acesso à floresta /PMI: , comunidade com mais direito de uso						
	2. Melhor proteção das florestas /PMI (evitar uso excessivo)						
	3. Melhoria nas habilidades e conhecimentos sobre como coletar e usar os produtos						
	4. Maior acesso a crédito/capital e equipamentos/tecnologia						
	5. Melhor acesso aos mercados e menor risco de baixa de preço						
	9. Outras, especifique:						

F. Instituições florestais

Nota: As perguntas devem ser feitas através de reuniões na comunidade, ou com grupos focais, consultando o grupo para cada categoria (i.e. coluna por coluna, e não linha por linha).

Nota: O Produto Mais Importante (PMI) em cada categoria deverá ser idêntico ao da tabela anterior.

	1. Lenha ou carvão	2. Espécies para madeira	3. Alimento da floresta	4. Medica- mento da floresta	5. Forragem da floresta	6. Outros ¹⁾
1. Qual é o produto mais importante (PMI) para o bem estar das pessoas na comunidade (nesta categoria)? (nome) (=E1)						
2. (código-produto)						
3. Em que tipo de mata/floresta você obtém o PMI? (código-floresta)						
4. Qual a situação de posse desta mata/floresta? (código-posse)						
5. Na comunidade há regras locais/habituais que regulam a utilização do PMI? Códigos: 0=nenhum/muito pouco; 1=sim, mas vago/não claro; 2=sim, existem regras claras Se o código for '0', dirija-se para 7.						
6. Se 'sim' (código '1' ou '2' acima): as regras locais são aplicadas/respeitadas pelos membros da comunidade? ¹⁾						
7. Há regras governamentais de regulamentação do uso da floresta? Códigos: 0=nenhum/muito pouco; 1=sim, mas vago/não claro; 2=sim, existem regras claras Se o código for '0', dirija-se para 9.						
8. Se 'sim' (código '1' ou '2' acima): as regras governamentais são respeitadas pelos membros da comunidade? ¹⁾						
9. Os comunitários/moradores necessitam de autorização/licença para explorar os PMI? Códigos: 0=não; 1=sim, usuários tem de informar as autoridades; 2=sim, necessário permissão por escrito se código '0', dirija-se para a próxima seção.						
10. Se 'sim' (código '1' ou '2' acima): O usuário precisa pagar pela permissão?	(1-0)	(1-0)	(1-0)	(1-0)	(1-0)	(1-0)
11. Se 'sim': quem dá a autorização/licença? Códigos: 1=líder da comunidade; 2=GRUPO; 3=funcionário florestal (departamento florestal); 4=outro funcionário governamental; 9=outro, especificar:						

1) Códigos: 0=não /muito pouco; 1=até certo ponto por alguns grupos de comunitários; 2=té certo ponto por todos; 3=sim, mas somente por alguns grupos de comunitários; 4=sim, por todos; 9=não existem regras particulares/específicas.

G. Grupos de usuários florestais

1. Existência de grupos de usuários (grupos de interesse) florestais (GUF).

Nota: Veja guia técnico para definição.

1. Quantos grupos de usuários florestais (GUFs) existem na comunidade?				
2. Informação sobre cada GUF (usar uma coluna por GUF).				
		1. GUF 1	2. GUF 2	3. GUF 3
1. Quando é que o GUF se formou? (ano)				
2. Como é que o GUF se formou? Códigos: 1=iniciativa local; 2=iniciativa de uma ONG; 3=iniciativa governamental, p. ex., Departamento florestal; 4=outra, especifique:				
3. O principal objetivo do GUF está relacionado com o manejo de uma área florestal particular ou produto(s) florestal em particular? Códigos: 1=área; 2=produto(s); 3=ambos				
4. Se o objetivo for o manejo de um produto (códigos 2 ou 3 acima), qual é o produto (principal)? (código-produto)				
5. Quantos membros participam do GUF?				
6. Quantas vezes por ano o GUF tem encontros?				
7. O GUF possui um plano de manejo por escrito?		(1-0)	(1-0)	(1-0)
8. Quais são as principais tarefas do GUF? Selecione quantas for apropriado: 1-0 código	1. Estabelecer regras de uso	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	2. Monitorar e fiscalizar	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	3. Silvicultura & manejo	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	4. Coleta de produtos florestais	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	5. Venda de produtos florestais	(1-0)	(1-0)	(1-0)
9. Outras, especifique:		(1-0)	(1-0)	(1-0)
9. Algum projeto de desenvolvimento foi implementado na comunidade nos últimos 5 anos usando os lucros ou retornos do GUF? [Outra formulação:] Houve alguma benfeitoria comunitária originada dos lucros/rendimentos do GUF? (Difícilmente os benefícios serão entendidos como "projeto")		(1-0)	(1-0)	(1-0)
10. Alguém na comunidade violou as regras do GUF nos últimos 12 meses? Se não, dirija-se para 14.		(1-0)	(1-0)	(1-0)
11. Se 'sim': o GUF impôs alguma penalização para quem não cumpriu das regras? Se não, dirija-se para 14		(1-0)	(1-0)	(1-0)
12. Se 'sim': Qual foi o tipo de penalização? Códigos: 1=multa (pagamento em espécie); 2=Devolução de produtos coletados; 3=trabalho adicional; 4=exclusão do grupo; 9=outro, especifique:				
13. Quais são os grupos de usuários que mais frequentemente violaram as regras nos últimos 5 anos? Códigos: 1=membros do GUF; 2= não membros do GUF na comunidade; 3=pessoas de outras comunidades; 9=outros, especifique:				
14. De um modo geral, na escala de 1-5 (1 é baixo, 5 é altíssimo) quão efetivo pode-se dizer que o GUF está assegurando o uso sustentável e a repartição justa dos benefícios da floresta?				

Nota: Qualquer GUF na comunidade deverá ser discutido na narrativa da comunidade.

H. Grupos de usuários agrícolas/agroflorestais

1. Existência de grupos de usuários (grupos de interesse) agrícolas/agroflorestais (GUAs).

Nota: Veja guia técnico para definição.

1. Quantos grupos de usuários agrícolas/agroflorestais (GUAs) existem na comunidade?				
2. Informação sobre cada GUA (usar uma coluna por GUA).				
	1. GUA 1	2. GUA 2	3. GUA 3	
1. Quando é que o GUA se formou? (ano)				
2. Como é que o GUA se formou? Códigos: 1=iniciativa local; 2=iniciativa de uma ONG; 3=iniciativa governamental, p. ex., Departamento agrícola; 4=outra, especifique:				
3. O principal objetivo do GUA está relacionado com o manejo de uma área de terra particular ou de produto(s) em particular? Códigos: 1=área; 2=produto(s); 3=ambos				
4. Se o objetivo for o manejo de um produto (códigos 2 ou 3 acima), qual é o produto (principal)? (código-produto)				
5. Quantos membros participam do GUA?				
6. Quantas vezes por ano o GUA tem encontros?				
7. O GUA possui um plano de manejo por escrito?	(1-0)	(1-0)	(1-0)	
8 = Quais são as principais tarefas do GUA? Selecione quantas for apropriado: 1-0 código	1. Establecer reglas de uso agrícola	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	2. Establecer reglas de uso agroforestal	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	3. Producción agrícola colectiva	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	4. Producción agroforestal colectiva	(1-0)	(1-0)	(1-0)
	5. Venta de productos agrícolas/agroforestales	(1-0)	(1-0)	(1-0)
9. Outras, especificar:	(1-0)	(1-0)	(1-0)	
9. Algum projeto de desenvolvimento foi implementado na comunidade nos últimos 5 anos usando os lucros ou retornos do GUA? [Outra formulação:] Houve alguma benfeitoria comunitária originada dos lucros/rendimentos do GUA? (Difícilmente os benefícios serão entendidos como "projeto")	(1-0)	(1-0)	(1-0)	
10. Alguém na comunidade violou as regras do GUA nos últimos 12 meses? Se não, dirija-se para 14.	(1-0)	(1-0)	(1-0)	
11. Se 'sim': o GUA impôs alguma penalização para quem não cumpriu das regras? Se não, dirija-se para 14	(1-0)	(1-0)	(1-0)	
12. Se 'sim': Qual foi o tipo de penalização? Códigos: 1=multa (pagamento em espécie); 2=Devolução de produtos; 3=trabalho adicional; 4=exclusão do grupo; 9=outro, especifique:				
13. Quais são os grupos de usuários que mais frequentemente violaram as regras nos últimos 5 anos? Códigos: 1=membros do GUA; 2= não membros do GUA na comunidade; 3=pessoas de outras comunidades; 9=outros, especifique:				
14. De um modo geral, na escala de 1-5 (1 é baixo, 5 é altíssimo) quão efetivo pode-se dizer que o GUA está assegurando o uso sustentável e a repartição justa dos benefícios da floresta?				

Nota: Qualquer GUA na comunidade deverá ser discutido na narrativa da comunidade.

Levantamento Final da Comunidade (V2)

Informação para controle

Atividades	Data(s)	Quem fez?	Está OK? Se não, faça comentários
Encontros com autoridades			
Encontros com grupos de interesse/comunitários			
Outras entrevistas			
Revisão do questionário			
Codificação do questionário			
Digitalização de dados			
Verificação e aprovação da digitalização de dados			

A. Variáveis climáticas e geográficas

1. Qual é o nome da comunidade?		*(nome)	(comunidade ##)
2. Qual foi a precipitação na comunidade nos últimos 12 meses?			mm/ano
3. Se os dados de precipitação não estiverem disponíveis (pergunta 2): Como foi a precipitação nos últimos 12 meses comparando com um ano normal (= Média dos últimos 20 anos)? Códigos: 1= Muito abaixo do normal (< 50 %); 2= Abaixo do normal (50-90%); 3= Normal (90-110%); 4= Acima do normal (110-150%); 5= Muito acima do normal (> 150%)			

B. Risco

1. A comunidade sofreu alguma crise nos últimos 12 meses? Códigos: 0= Não; 1=sim, crise moderada; 2=sim, crise severa	1. Enchente/alagamento e/ou excesso de chuva	
	2. Seca	
	3. Incêndios/queimadas (em cultivos/ florestas/pastos, etc.)	
	4. Ataque generalizado de animais/pragas/doenças na época da colheita; ou doença em animais	
	5. Epidemias humanas (doenças)	
	6. Conflitos políticos /civis	
	7. Crises macro-econômicas	
	8. Chegada massiva de refugiados ou imigrantes	
	9. Outras, especifique:	

C. Salários e preços

1. Qual foi a diária típica para mão-de-obra agrícola não treinada para um adulto masculino/feminino durante as estações de alta/baixa na comunidade nos últimos 12 meses? (Moeda nacional/dia) (considerar diária "a seco" = sem almoço)		Homem	Mulher
	Época de alta	1.	2.
	Época de baixa	3.	4.
2. Qual é o principal produto para a alimentação na comunidade? (código-produto)			
3. Qual foi o preço por kg do principal alimento durante os últimos 12 meses, antes e depois da principal colheita agrícola? (Moeda nacional/kg)		1. Antes da colheita/safra	2. Depois da colheita/safra
4. Qual seria o valor de um hectare de terra na comunidade (sem benfeitorias) própria para a produção agrícola (i.e., não degradada, não muito inclinada, e própria para cultivos comuns, num raio de 1km da estrada principal ou povoado) (Moeda nacional / hectare)			

Nota: O caso de comunidades nas quais não exista atribuição de valor à terra deverá ser discutido na narrativa da comunidade.

D. Serviços florestais

<p>1. A comunidade (seja a comunidade como um todo, ou indivíduos na comunidade) recebeu qualquer benefício direto (em espécie/dinheiro ou através de outra forma de pagamento, como equipamentos/benfeitorias) relativo a serviços proporcionados pelas florestas nos últimos 12 meses?</p> <p><i>Códigos: 0=não; 1=sim, diretamente para as famílias; 2=sim, diretamente para a comunidade (p.ex., projetos de desenvolvimento); 3=sim, ambos para famílias e comunidade</i></p>		
<p>2. Se a comunidade tem recebido pagamentos (códigos 2 ou 3 acima), por favor indique a quantia recebida.</p>	<p>Pagamentos relacionados a:</p>	<p>Valor</p>
	<p>1. Turismo</p>	
	<p>2. Sequestro de carbono</p>	
	<p>3. Proteção da bacia hidrográfica</p>	
	<p>4. Conservação de biodiversidade</p>	
<p>3. A comunidade recebeu algum apoio externo relacionado ao setor florestal (assistência técnica, insumos gratuitos, etc.) do governo, doadores, ONGs, nos últimos 12 meses?</p>		(1-0)

Nota: Se algum pagamento ou assistência tenha sido recebido, deverá ser mais detalhado na narrativa da comunidade.

Primeiro Levantamento Anual de Domicílios (A1)

Informação para controle

Atividade	Data(s)	Por quem?	Está OK? Se não, faça comentários
Entrevista			
Revisão do questionário			
Codificação do questionário			
Digitalização de dados			
Verificação e aprovação da digitalização de dados			

A. Identificação

1. Identificação e localização do domicílio.

1. Nome e número do domicílio		*(nome)	(domicílio#IDH)
2. Comunidade		*(nome)	(comunidade #IDC)
3. Distrito/Município		*(nome)	(município #IDM)
4. Nome e número de identificação pessoal IDP do entrevistado primário (vide B, abaixo)		*(nome)	(IDP)
5. Nome e número de identificação pessoal IDP do entrevistado secundário (vide B, abaixo)		*(nome)	(IDP)
6. Ponto de referência do com base em GPS (formato UTM)			
7. Distância do domicílio ao centro da comunidade (em minutos a pé, e em km)	1.	min	2. km
8. Distância do domicílio ao rio/igarapé mais próximo	1.	min	2. km
9. Distância do domicílio à estrada mais próxima (trafegável o ano todo?)	1.	min	2. km

B. Composição do domicílio

1. Quem são as pessoas que vivem no domicílio?

Nota: Recorde-se da definição de Domicílio no guia técnico.

1. Número de identificação pessoal (IDP)	* Nome do membro do domicílio	2. Parentesco com o/a responsável pelo domicílio ¹⁾	3. Ano de nascimento (aaaa)	4. Sexo 0=masculino 1=feminino	5. Educação (anos de estudo que completou)
1		Responsável pelo domicílio			
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					

1) Códigos: 1=esposa/o; 2=filho/filha; 3=genro/nora; 4=neto(a); 5=Mãe/pai; 6=sogra/sogro; 7=irmão ou irmã; 8=cunhado/a; 9=tio/tia; 10=sobrinho/sobrinha; 11=filho/filha adotivo(a); 12=outra relação familiar; 13=não parente.

2. Gostariamos de fazer perguntas sobre sua unidade familiar.

1. Qual é o estado civil da pessoa responsável pelo domicílio? <i>Códigos: 1=casado ou amigado e morando junto com cônjuge; 2=casado mas o cônjuge trabalha longe; 3=viúvo/viúva; 4=divorciado; 5=nunca foi casado; 9=outros, especifique:</i>	
2. A quanto tempo é que o domicílio se formou (veja a definição de Domicílio)	Anos
3. O/a responsável pelo domicílio nasceu na comunidade? Se 'sim', dirija-se para 6.	(1-0)
4. Se 'não': A quanto tempo o/a responsável pelo domicílio vive nesta comunidade?	Anos
5. O/a responsável pelo domicílio pertence ao maior grupo étnico da comunidade?	(1-0)
6. Se respondeu 'não' à pergunta 3: de onde veio antes de morar nesta comunidade? <i>Códigos: 1=comunidade vizinha; 2= município vizinho; 3=outro estado; 4= outro</i>	
7. O cônjuge (esposa/marido) do/a responsável pelo domicílio nasceu na comunidade? Se 'sim', dirija-se para 10.	(1-0)
8. Se 'não': A quanto tempo o cônjuge do/s responsável pelo domicílio vive nesta comunidade?	Anos
9. Se 'não': de onde veio antes de morar nesta comunidade? <i>Códigos: 1=comunidade vizinha; 2= município vizinho; 3=outro estado; 4= outro</i>	
10. Em quantos lugares o/s responsável pelo domicílio morou nos últimos 10 anos, excluindo esta comunidade?	
11. Quantos filhos do casal não vivem mais com a família?	Filhos
12. Qual foi o total de filhos do casal, incluindo crianças falecidas?	Filhos
13. Quantos filhos do casal faleceram antes de completar 5 anos de idade?	Filhos
14. A família utiliza algum método para controle de natalidade?	(1-0)
15. Os membros do domicílio contrairam algum doença tropical grave nos últimos 12 meses? <i>Códigos: 1=malária; 2= dengue; 3=leishmaniose; 4= outra doença grave (especificar)</i>	pessoas
16. Qual a religião predominante no domicílio? <i>Códigos: 1=católico; 2=evangélico; 3=outro (descrever); 4= não tem religião</i>	

C. Terra (Estabelecimento, propriedade, lote ou posse)**0. Por favor informe sobre a terra que ocupa e utiliza:**

1. Desde que ano explora a terra (onde está sendo feita a entrevista)?	aaaa
2. De que maneira chegou a esta terra? <i>Códigos: 1=posse ou ocupação pelo próprio entrevistado; 2=posse ou ocupação de seus antepassados; 3=comprou a terra de terceiros; 4=obteve através do governo (colonização ou assentamento); 5=recebeu propriedade como herança; 9=outros, especifique:</i>	
3. Como define esta terra que ocupa/utiliza? <i>Códigos: 1=terra própria individual; 2=terra coletiva em nome de um grupo ou associação; 3=terra com direito de uso comum; 4=terra arrendada, alugada; 5=não ocupa nem utiliza terra; 9=outros, especifique:</i>	
4. Caso responda 1 na pergunta anterior, e tenha comprado a terra, qual o valor total pago?	R\$
5. Caso responda 1 e não tenha comprado a terra, qual o valor estimado da terra?	R\$
6. Possui algum tipo de documento desta terra <i>Códigos: 1=título definitivo individual; 2=título provisório individual; 3=documento definitivo para um grupo/associação; 4=documento provisório para um grupo/associação; 5=nenhum documento; 9=outros, especifique:</i>	
7. Possui mais de uma terra / estabelecimento / lote / propriedade? Se não, dirija-se para a próxima sessão	(1-0)
8. Se possui outra "terra", além desta onde se realiza a entrevista, aonde se localiza? <i>Códigos: 1=vizinho a ese lote; 2=mesmo município; 3=outro município; 4= outro estado</i>	
9. Qual o tamanho (área em hectares) desta outra "terra"	ha

1. Por favor indique o tamanho da terra/área (em hectares) que possui/ocupa de acordo com as categorias abaixo. Informe se arrenda terra de alguém ou para alguém.

Nota: Veja as definições de categorias de terra e categorias de posse/propriedade no guia técnico.

Categoria	1. Área (ha)	2. Categoria de posse /propriedade (código-posse)
<i>Floresta:</i>		
1. Floresta natural		
2. Floresta manejada		
3. Floresta Plantada		
<i>Área agrícola:</i>		
4. Culturas agrícolas		
5a. Pastos naturais		
5b. Pastagem plantada		
6. Sistemas agroflorestais (SAFs, quintal)		
7. Silvopastoreio		
8a. Pousio/Capoeira Fina		
8b. Pousio/Capoeira Grossa		
9. Outros tipos de vegetação/ usos da terra (residencial, capinzal, pântanos, etc.)		
10. Total da terra possuída (1+2+3+...+9)		
11. Terra alugada/arrendada a alguém: incluída em 1-9		
12. Terra alugada/arrendada de alguém: não inc. em 1-9		

2. Por favor informe sobre as áreas de cultivo agrícola incluindo cultivos agroflorestais:

1. Quantas áreas/parcelas agrícolas está utilizando ou colhendo neste ano?		<i>parcelas</i>			
2. Para cada parcela, informe o tamanho, qual(is) o(s) cultivo(s) presentes em cada uma delas ¹⁾ , os anos de pousio para cultivos anuais, e os anos de estabelecimento para cultivos perenes?					
#	1. Área (ha)	2. Cultivos presentes (caso consorciado)	3. Principal cultivo	4. Anos de pousio (para anuais)	5. Anos do plantio (para perenes e semi-perenes)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

Códigos (vide tabela de código-produto para lista completa):

Anuais: 201=arroz de sequeiro; 215=arroz de várzea; 202=milho; 212=milho verde; 221=macaxeira/aipim; 222=batata; 223=batata-doce; 226=mandioca; 241=soja; 245=caupi; 254=feijão; 256=fava; 382=cana-de-açúcar; 401=algodão;

Perenes: 312=banana; 325=maracujá; 326=abacaxi; 327=plátano; 351=cacau; 352=café; 367=pimenta-do-reino; 381=dendê; 404=seringueira; 504=cupuaçu; 508=pupunha; 510=açaí cultivado;

3. Por favor indique sobre as áreas de pastagem plantada em sua terra:

1. Qual a área plantada com cada tipo de pasto, e em quantos piquetes estão divididos				
#	1. Área (ha)	2. Tipos de pasto ¹⁾	3. Número de piquetes	4. Área plantada nos últimos 3 anos
1				
2				
3				
4				
<i>Códigos: 1= braquiária (Brachiaria decumbens); 2=braquiário (Brachiaria brizantha); 3= colônião (Panicum maximum); 4= quicuí; 5= andropogon; 6= jaraguá; 9=outras, especificar</i>				

D. Bens e poupanças**1a. Por favor indique o tipo de casa que possui?**

1. A casa em que mora é própria? ¹⁾	
2. Qual é o tipo principal (mais comum) de material das paredes? ²⁾	
3. Qual é o tipo principal (mais comum) de material no seu telhado/cobertura? ³⁾	
4. Quantos m ² aproximadamente tem a casa?	m ²
5. Qual é o tipo principal (mais comum) de material do piso? ⁴⁾	
6. Como é o abastecimento de água em sua casa? ⁵⁾	
7. Qual é o tipo de sanitário presente em sua casa? ⁶⁾	
8. Possui eletricidade em sua casa? ⁷⁾	
9. Possui outra casa além desta em que está morando / casa na cidade?	

1) Códigos: 0=não; 1=casa própria; 2=casa própria compartilhada com outra pessoa(s); 3=aluga a casa sozinho; 4=aluga a casa com outra família(s); 9=outros, e especifique:

2) Códigos: 1=barro/areia; 2=madeira; 3=peças metálicas; 4=tijolos ou cimento; 5=tronco de palmeira; 6=folhas de palmeiras; 9=outro, especifique:

3) Códigos: 1=capim ou palha de palmeiras; 2=madeira (tábuas); 3=peças metálicas/zinco; 4=telhas de cerâmica; 5=telhas tipo eternit; 9=outros, especifique:

4) Códigos: 1=barro/terra batida; 2=madeira (tábuas); 3=cimento; 4=lajotas/cerâmica; 9=outros, especifique:

5) Códigos: 1=encanada; 2= manual (poço empadrado); 3>manual (chafariz); 4>manual (rio/lago); 9=outros, especifique:

6) Códigos: 1= interno c/água corrente; 2= externo c/ a.c.; 3=fossa séptica/latrina; 4=fossa rústica; 0= não possui;

7) Códigos: 1=rede elétrica; 2= gerador próprio; 3=painel solar; 0= não possui; 9=outros, especifique:

1b. Por favor indique o número e valor das benfeitorias que a família possui.

	1. Unidades possuídas	2. Valor total ¹⁾		1. Unidades possuídas	2. Valor total ¹⁾
1. Paiol / galpão de alvenaria			2. Galpão aberto		
3. Curral			4. Cerca	km	
5. Açude ou tanques			6. Outras construções		

1) valor que seria obtido pela benfeitoria, no caso da venda da terra. (Se a benfeitoria não for própria, coloque '0')

2. Por favor indique o número e valor dos equipamentos e outros bens que a família possui.

	1. Unidades	2. Valor ¹⁾		1. Unidades	2. Valor ¹⁾
1. Carro/caminhão			14. Carroça para bois		
2. Trator			15. Espingarda/revólver		
3. Moto			16. Antena parabólica		
4. Bicicleta			17. Gerador		
5. Telefone fixo/ celular			18. Balança		
6. TV			19. Forrageira		
7. Rádio			20. Máquinas p/ farinha		
8. Gravador/CD/Vídeo/DVD			21. Piladora de arroz		
9. Fogão (a gás ou elétrico)			22. Máquina de costura		
10. Geladeira/congelador			23. Plantadora manual		
11. Barco de pesca e motor			24. Pulverizador manual		
12. Moto serra			25. Motobomba d'água		
13. Arado			Outros (preço de compra > R\$100)		

1) valor que seria obtido pela venda de todas as unidades, e não o preço de compra). (Se o bem não for próprio, coloque '0')

2b. Por favor indique a quantidade e o valor total das árvores fruteiras plantadas em produção no quintal ou sítio

	1. Unidades		1. Unidades		1. Unidades
1. laranja		7. acerola		14. outras	
2. outros citrus		8. graviola		15.	
3. coco		9. abacate		16.	
4. caju		10. cupuaçu		17.	
5. manga		11. pupunha		18.	
6. goiaba		12. açaí plantado		19.	
Valor estimado total que seria obtido pelas árvores em produção, no caso da venda da terra ¹⁾ :					

OBS. Criações animais que a família possui (VIDE levantamento trimestral).

3. Por favor indique as poupanças e dívidas que a família possui (em moeda local).

1. Quanto a família possui de poupança em bancos, associações de crédito ou clubes de poupança?	R\$
2. Quanto a família possui de poupança em bens não produtivos como ouro e jóias?	R\$
0. A família recebeu crédito bancário ou de alguma outra fonte de crédito?	(1-0)
3. Qual o valor das dívidas não pagas pela família?	R\$

E. Base de recursos florestais

1. Qual a distância entre a casa e a margem da mata/floresta natural ou manejada mais próxima a qual tem acesso e pode usar?	1. ... medida em distância (linha reta?)	km
	2. ... medida em termos de tempo (minutos a caminhar)?	min
2. A família coleta lenha? Se 'não', dirija-se para 7.		(1-0)
3. Se 'sim': quantas horas por semana os membros da família gastam coletando lenha para uso familiar? (o tempo dos adultos deve ser reportado; o tempo de crianças = 50% do tempo de adultos) (considerar também o tempo para ir da casa à floresta) (ver guia técnico)		(horas)
4. Comparando com 5 anos atrás, no domicílio vocês gastam mais ou menos tempo para coletar lenha? Códigos: 1=mais; 2=mais ou menos igual; 3=menos		
5. Como é que mudou a disponibilidade de lenha nos últimos 5 anos? Códigos: 1=diminuiu; 2=mais ou menos a mesma; 3= aumentou se a resposta for o código '2' ou '3', dirija-se para 7.		
6. Se tiver diminuído (código '1' da pergunta acima), como é que vocês reagiram frente ao declínio da disponibilidade de lenha? Por favor ordene as respostas mais importantes, máximo 3.	Resposta	Ordene 1-3
	1. Aumentou o tempo de coleta (ex. o local de coleta é mais distante de casa)	
	2. Plantio de árvores em terra própria/particular	
	3. Aumentou o uso de resíduos agrícolas como combustível	
	4. Compra (mais) lenha e/ou carvão	
	5. Compra (mais) combustíveis comerciais (querosene, gás, eletricidade)	
	6. Reduziu a necessidade de uso de combustíveis, p.ex. usando fogões melhorados	
	7. Mais economia no uso de lenha para cozinhar e aquecer	
	8. Reduzindo a quantidade de alimentos cozidos	
10. Uso de tecnologias mais eficientes		
9. Outro, especifique:		
7. Os membros do domicílio plantaram árvores na sua área/terra nos últimos 5 anos? Se não, dirija-se para a próxima seção.		(1-0)
8. Se sim: qual foi o principal propósito(s) do plantio destas árvores? Por favor ordene os propósitos mais importantes, max 3.	Propósito	Ordene 1-3
	1. Lenha para uso doméstico	
	2. Lenha para venda	
	3. Forragem para alimentação animal	
	4. Forragem para venda	
	5. Madeira/estacas para uso próprio	
	6. Madeira/estacas para venda	
	7. Outros usos domésticos	
	8. Outros produtos para venda	
	9. Sequestro de carbono	
10. Outros serviços ambientais		
19. Outros, especifique:		

F0. Abertura da floresta e/ou capoeira

1. A família derrubou qualquer área de mata ou capoeira nos últimos 12 meses? Se 'não', dirija-se para 9.		(1-0)		
Se sim:	2. Qual foi a área de mata derrubada?	ha		
	2a. Qual foi a área de capoeira derrubada?	ha		
	3. Para que fim foi usada a área derrubada? <i>Códigos: 1=cultivo agrícola; 5=cultivos agroflorestais; 2=plantio florestal; 3=plantio de pasto; 4=usos não agrícolas (Ordene; max 3)</i>	1.Ordem1	2.Ordem2	3.Ordem3
	4. Se usado para cultivos (códigos '1' ou '5' na pergunta anterior), quais foram as principais culturas plantadas? <i>(código-produto) Ordene max 3</i>	1.Ordem1	2.Ordem2	3.Ordem3
	5. Qual foi o tipo de floresta que derrubou? <i>(código-floresta)</i>			
	6. Se foi capoeira, qual foi a idade da capoeira?	anos		
	7. Quem era o dono da floresta derrubada? <i>(código posse)</i>			
	8. A que distância da casa estava a área derrubada?	km		
9. Nos últimos 5 anos a família desmatou a área? Se 'não', dirija-se para 11.		(1-0)		
10. Se 'sim': que superfície total (aproximada) foi desmatada nos últimos 5 anos? <i>(incluir área informada na pergunta 2)</i>		ha		
11. Que quantidade de terra utilizada pela família nos últimos 5 anos foi deixada em pousio (deixada para ser reconvertida em mata)?		ha		

F. Grupos de usuários florestais (GUFs)

Nota: O entrevistador deve primeiro explicar o que quer dizer GUF, cf. o guia técnico. (Evite o nome GUF na entrevista)

1. Você ou outro membro do domicílio são membros de alguma organização (associação, cooperativa, grupo) que trabalha junto e/ou usa os recursos florestais de forma conjunta? Se 'não', dirija-se para 11.		(1-0)
1b. Qual o nome desta organização?		
2. Alguém no domicílio participa normalmente/regulamente nos encontros desta organização? Se 'não', dirija-se para 5.		(1-0)
3. Se 'sim': no domicílio quem normalmente participa nos encontros desta organização e participa de outras atividades da mesma? <i>Códigos: 1=somente a esposa; 2=ambos, mas principalmente a esposa; 3=ambos participam da mesma maneira; 4=ambos, mas principalmente o marido; 5=somente o marido; 9=outros esquemas.</i>		
4. Quantas pessoas dia (= dia completo de trabalho) os membros do domicílio gastaram no total em atividades da organização (encontros, fiscalização, trabalho conjunto, etc.) nos últimos 12 meses?		dias
5. O domicílio faz pagamentos em dinheiro ou contribuições para esta organização? Se 'não', dirija-se para 8.		(1-0)
6. Se 'sim': Quanto é que pagou nos últimos 12 meses? <i>(moeda nacional)</i>		R\$
7. O domicílio recebeu algum pagamento em dinheiro desta organização (p. ex., divisão das vendas/receitas) nos últimos 12 meses? Se 'não', dirija-se para 9.		(1-0)
8. Se 'sim': Quanto é que recebeu nos últimos 12 meses? <i>(Moeda nacional)</i>		R\$
9. Quais foram as razões para vocês se juntarem a esta organização? <i>Por favor ordene as razões mais importantes, max 3.</i>	Razões	Ordene 1-3
	1. Aumentar o acesso aos produtos florestais	
	2. Melhorar o manejo florestal e mais benefícios no futuro	
	3. Acesso a outros benefícios, p.ex., apoio governamental, programas de agências doadoras	
	4. É obrigação proteger a floresta para a comunidade e para o futuro	
	5. Para ser respeitado e considerado como pessoa responsável na comunidade	
	6. Aspectos sociais (encontrar-se com outras pessoas, trabalhar em grupo, rejeição de exclusão, etc.)	
	7. Forçado pelo Governo/líderes/vizinhos	
	8. Melhor preço para produtos florestais	
	10. Melhor qualidade dos produtos florestais	
9. Outros, especifique:		
10. De um modo geral, o que diria sobre como a existência da organização tem afetado os benefícios que a famílias obtêm da floresta/dos recursos naturais? <i>Códigos: 1= grande efeito negativo; 2=pequeno efeito negativo; 3=nenhum efeito; 4=pequeno efeito positivo; 5=grande efeito positivo.</i>		

11. Se não participa de um GUF, porque? <i>Por favor ordene as razões mais importantes, max 3.</i>	Razões	Ordene 1-3
	1. Não há um grupo destes na comunidade	
	2. Sou novo na comunidade	
	3. Os membros da organização de um modo geral pertencem a grupo(s) (etnia, partido político, religião, etc.) diferentes do meu	
	4. Não possui o tempo disponível	
	5. Não possui o recurso/dinheiro requerido para pagar	
	6. Os membros da organização iriam restringir/empatar o meu uso da floresta, e eu pretendo usar a floresta em função das minhas necessidades	
	7. Não acredito que a organização saiba fazer o manejo da floresta	
	8. Falta de produtos florestais	
9. Outros, especifique:		

G. Grupos de usuáriosagrícolas/agroflorestais (GUAs)

Nota: O entrevistador deve primeiro explicar o que quer dizer GUA, cf. o guia técnico. (Evite o nome GUA na entrevista)

1. Você ou outro membro do domicílio são membros de alguma organização (associação, cooperativa, grupo) que trabalha junto e/ou usa a terra de forma conjunta? Se 'não', dirija-se para 11.		(1-0)
1b. Qual o nome desta organização?		
2. Alguém no seu domicílio participa normalmente/regularmente nos encontros desta organização? Se 'não', dirija-se para 5.		(1-0)
3. Se 'sim': no seu domicílio quem normalmente participa nos encontros desta organização e participa de outras atividades da mesma? Códigos: 1=somente a esposa; 2=ambos, mas principalmente a esposa; 3=ambos participam da mesma maneira; 4=ambos, mas principalmente o marido; 5=somente o marido; 9=outros esquemas.		
4. Quantas pessoas dia (= dia completo de trabalho) os membros do domicílio gastaram no total em atividades da organização (encontros, fiscalização, trabalho conjunto, etc.) nos últimos 12 meses?		dias
5. O domicílio faz pagamentos em dinheiro ou contribuições para esta organização? Se 'não', dirija-se para 8.		(1-0)
6. Se 'sim': Quanto é que pagou nos últimos 12 meses? (moeda nacional)		R\$
7. O domicílio recebeu algum pagamento em dinheiro desta organização (p. ex., divisão das vendas/receitas) nos últimos 12 meses? Se 'não', dirija-se para 9.		(1-0)
8. Se 'sim': Quanto é que recebeu nos últimos 12 meses? (Moeda nacional)		R\$
9. Quais foram as razões para vocês se juntarem a esta organização? <i>Por favor ordene as razões mais importantes, max 3.</i>	Razões	Ordene 1-3
	1. Aumentar o acesso à terra	
	2. Melhorar o manejo da terra e ter mais benefícios no futuro	
	3. Acesso a outros benefícios, p.ex., governo, programas de agências doadoras	
	4. Para ser respeitado e considerado como pessoa responsável na comunidade	
	5. Aspectos sociais (encontrar outros, trabalhar em grupo, receio de exclusão)	
	6. Forçado pelo Governo/líderes/vizinhos	
	7. Melhor preço para produtos agrícolas e agroflorestais	
	10. Melhor qualidade dos produtos agrícolas e agroflorestais	
9. Outros, especifique:		
10. De um modo geral, o que diria sobre como a existência da organização tem afetado os benefícios que a famílias obtêm da terra? Códigos: 1= grande efeito negativo; 2=pequeno efeito negativo; 3=nenhum efeito; 4=pequeno efeito positivo; 5=grande efeito positivo.		
11. Se não participa de um GUA, porque? <i>Por favor ordene as razões mais importantes, max 3.</i>	Razões	Ordene 1-3
	1. Não há um grupo destes na comunidade	
	2. Sou novo na comunidade	
	Os membros da organização de um modo geral pertencem a grupo(s) (etnia, partido político, religião, etc.) diferentes do meu	
	Não possui o tempo disponível	
	Não possui o recurso/dinheiro requerido para pagar	
	Os membros da organização iriam restringir/empatar o meu uso da terra, e eu pretendo usar a terra em função das minhas necessidades	
	Não acredito que a organização saiba fazer o correto manejo da terra	
	Falta de produtos agrícolas e agroflorestais	
9. Outros, especifique:		

Levantamento Trimestral do Domicílio (Q1-Q4)

Nota: Todos os rendimentos são levantados para o último mês (últimos 30 dias), exceto para as últimas sessões sobre cultivos, criações e outras fontes de rendimentos para as quais o período para registro é de 3 meses.

Nota: O responsável pelo estudo deverá listar os produtos mais comuns nas várias tabelas, com base em diagnósticos rápidos e no pré-teste do questionário. Após ter perguntado sobre a pré-lista de produtos, o entrevistador deverá perguntar se há algum outro produto não mencionado que o domicílio explorou/coletou no último mês ou 3 meses.

Informação para controle

Tarefa	Data(s)	Por quem?	OK? Se não, faça comentários
Entrevista			
Revisão do questionário			
Codificação do questionário			
Digitalização dos dados			
Verificação e aprovação da digitalização dos dados			

A. Identificação

Nome e número do domicílio		*(nome)	(IDH)
Nome e número da comunidade		*(nome)	(IDC)
Nome e número do Distrito/Município		*(nome)	(IDM)
Nome e IDP do entrevistado primário		*(nome)	(IDP)
Nome e IDP do entrevistado secundário		*(nome)	(IDP)

B. Renda direta da floresta (rendimentos de produtos florestais não processados)

1. Quais são as quantidades e valores de produtos florestais brutos (não processados) que os membros de seu domicílio coletaram para uso doméstico e para venda no mês passado?

Nota: Renda obtida de florestas plantadas é definida como renda direta da floresta, enquanto que renda obtida de sistemas agroflorestais deve ser considerada como renda agrícola (H)

Nota: As quantidades de produtos florestais não processados usados como insumos na elaboração de produtos florestais processados deve ser registrada somente na sessão C, tabela 2, e não na tabela abaixo.

Nota: Respostas nas colunas 3 e 4 devem ser consistentes com as categorias de terra reportadas no levantamento da comunidade (V1-D01) e no levantamento anual do domicílio (A1-C).

1. Produto Florestal (código-produto)	2. Coletado por quem? ¹⁾	Aonde foi coletado?		5. Quantidade de coletada (7+8)	6. Unidade de	7. Uso próprio (incl. presentes)	8. Venda (incl. trocas)	9. Preço por unidade	10. Tipo de mercado (código-mercado)	11. Valor bruto (5x9)	12. Custo de transporte/venda (total)	13. Custo de insumos/ & mão-de-obra	14. Rendimento líquido (11-12-13)
		3. Tipo terra (código-terra)	4. Tipo Pose (código-posses)										

1) Códigos: 1=Somente/principalmente pela esposa e mulheres adultas membros da família; 2=ambos adultos homens e mulheres participando de igual forma; 3=Somente/principalmente pelo marido e homens adultos membros da família; 4=Somente/principalmente por meninas (<15 anos); 5=Somente/principalmente por rapazes (<15 anos); 6=Somente/principalmente por crianças (<15 anos), sendo que rapazes e meninas participaram de forma semelhante; 7=todos os membros da família participam de igual forma; 8=Nenhuma das alternativas anteriores

C. Renda derivada da floresta (renda de produtos processados)

1. Quais são as quantidades e valores dos produtos florestais processados que os membros de seu domicílio produziram no mês passado?

1. Produto (código-produto)	2. Quem na família realiza o trabalho? ¹⁾	3. Quantidade produzida (5+6)	4. Unidade	5. Uso próprio (incl. presentes)	6. Venda (incl. trocas)	7. Preço por unidade	8. Tipo de mercado (código-mercado)	9. Valor bruto (3x7)	10. Custo de insumos/materiais & mão-de-obra	11. Custos de transporte / venda	12. Rendimentos líquidos excl. custo de insumos florestais (9-10-11)

1) Códigos: 1=Somente/principalmente pela esposa e mulheres adultas membros da família; 2=ambos adultos homens e mulheres participando de igual forma; 3=Somente/principalmente pelo marido e homem adulto membro da família; 4=Somente/principalmente por meninas (<15 anos); 5=Somente/principalmente por rapazes (<15 anos); 6=Somente/principalmente por crianças (<15 anos), sendo que rapazes e meninas participaram de forma semelhante; 7=todos os membros da família participam de igual forma; 8=Nenhuma das alternativas anteriores

2. Quais são as quantidades e valores dos produtos florestais não processados usados como insumos para produzir produtos florestais processados na tabela anterior?

Nota: os produtos na coluna 1 terão de ser exatamente os mesmos que os da coluna 1 na tabela anterior.

Nota: Evite duplicidade com a sessão B: os produtos usados como insumos se registram somente na tabela abaixo, e estas quantidades não devem incluir-se no que se registrou na sessão B.

1. Produto processado (final) (código-produto)	2. Insumos: Produtos florestais sem processar (código-produto)	3. Quantidade usada (5+6)	4. Unidade	5. Quantidade de comprada	6. Quantidade coletada pelo domicílio	Aonde foram coletados?		9. Quem na família coleta os produtos florestais? ¹⁾	10. Preço por unidade	11. Valor (3x10)
						7. Tipo de terra (código-terra)	8. Tipo de posse (código-posse)			

1) Códigos semelhantes ao da tabela acima.

Nota: Colunas 7,8,9 deverão ser deixadas em branco se a família não coleta. Coluna 10 (preço) deverá ser perguntado mesmo se só fazem coleta. Caso o preço não estiver disponível, veja Guia Técnico para a valorização.

Nota: Resposta nas colunas 7 e 8 devem ser consistentes com as categorias de terra e posse reportadas no levantamento das comunidades (V1-D01) e no levantamento anual dos domicílios (A1-C).

D. Pesca e piscicultura**1. Quanto peixe foi obtido de ambientes naturais (rios, lagos, mar) durante o mês passado?**

1. Tipo de peixe (listar os nomes locais)	Onde foi coletado?		3. Total pescado (kg) (4+5)	4. Uso próprio (incl. presente)	5. Venda (incl. trocas)	6. Preço por kg	7. Valor bruto (3x6)	8. Custos (insumos, mão-de-obra, venda/transporte)	9. Rendimento líquido (7-8)
	2. Tipo de terra (código-terra)	3. Tipo de posse (código-posse)							

Nota: as respostas nas colunas 2 e 3 devem ser consistentes com as categorias de terra reportadas no levantamento das comunidades (V1-D01) e no levantamento anual dos domicílios (A1-C).

2. Quanto peixe a sua família pescou dos açudes (piscicultura) no mês passado?

1. Tipo de peixe (listar os nomes locais)	2. De onde foi pescado? ¹⁾	3. Total pescado (kg) (3+4)	3. Uso próprio (incl. presente)	4. Venda (incl. trocas)	5. Preço por kg	6. Valor bruto (2x5)	7. Custos (insumos, mão-de-obra, venda/transporte)	8. Rendimento líquido (6-7)

1) Códigos: 1=Tanque/açude propriedade da família; 2=Tanque/açude propriedade de um grupo que a família é membro; 3=Tanque/açude propriedade da comunidade; 4=Tanque/açude propriedade de outros e as pessoas podem comprar direitos de pesca (incluindo custos na coluna 7); 9=Outros, especifique:

E. Rendimentos ambientais não florestais**1. Além dos produtos florestais e pesqueiros das tabelas anteriores, quanto de outros produtos naturais silvestres (p. ex., de cerrados, palmeiras, mangues, capoeiras, terras em pousio, etc.) o domicílio coletou no mês passado?**

1. Tipo de produto (código-produto)	Aonde foi coletado?		4. Quantidade coletada (6+7)	5. Unidades	6. Uso próprio (incl. presente)	7. Venda (incl. trocas)	8. Preço por unidade	9. Valor bruto (4x8)	10. Custos (insumos, mão-de-obra, venda/transporte)	11. Rendimento líquido (9-10)
	2. Tipo de terra (código-terra)	3. Tipo de posse (código-posse)								

Nota: As respostas nas colunas 2 e 3 deverão ser consistentes com as categorias de terra reportadas no questionário das comunidades (V1-D01) e com o questionário anual dos domicílios (A1-C).

2. Quais são as quantidades e valores dos insumos da produção das culturas nos últimos três meses? (refere-se a despesas da agricultura pagas em dinheiro)

Nota: tomar em consideração todos os cultivos da tabela anterior.

1. Insumos/Materiais	2. Quantidade	3. Unidades	4. Preço por unidade	5. Custo total (1 x 3)
1. Sementes				
2. Fertilizantes / adubo químico/ calcário				
3. Pesticidas/herbicidas				
4. Estrume / adubo animal				
5. Tração animal / animal de trabalho				
6. Mão-de-obra assalariada				
7. Aluguel de maquinário				
8. Transporte / venda				
19. Outras, especifique:				
20. Pagamento pelo aluguel da terra				

I. Rendimentos a partir de criações

1. Qual é o número de animais ADULTOS¹⁾ que o domicílio possui, e quantos vendeu, comprou, matou ou perdeu durante os últimos 3 meses?

1. Rebanho	2. Rebanho inicial (3 meses atrás)	3. Venda (incl. trocas), vivos ou mortos	4. Abatidos para uso próprio (ou p/ presente)	5. Perdidos (roubados ,mortos,..)	6. Comprados ou ganhos/ doados	7. Quantos tornaram-se adultos?	8. Rebanho atual (1-2-3-4+5+6)	9. Preço por animal adulto ¹⁾	10. Valor total final (7 x 8)
1a. Vacas, touros									
1b. Garrotes, novilhas									
1c. Bezerros									
2. Búfalos									
3. Cabras									
4. Ovelhas									
5. Porcos									
6. Cavalos									
6a. Burros									
6b. Jumentos									
7. Patos									
8. Galinhas									
9. Cavalos									
10. Preás									
11. Coelhos									
12. Perus									
13.									
19. Outros, especifique:									

1) exceto para o caso de bovinos (itens 1, 2 e 3) para os quais a informação também inclui animais não adultos

2. Quais são as quantidades e valores de produtos animais e serviços produzidos nos últimos 3 meses?

Produto/serviço	1. Produção (3+4)	2. Unidades	3. Uso próprio (inclui presente / doado)	4. Venda (inclui trocas)	5. Preço por unidade	6. Valor Total (1*5)
1a. Carne bovina ou de búfalo ¹⁾						
1b. Carne de ovelha ou bode						
1c. Carne de porco						
1d. Carne de aves						
2. Leite ²⁾						
3. Manteiga						
4. Queijo						
5. Ovos						
6. Couro, peles						
7. Lã						
8. Estrume						
9. Tração animal						
10. Colméias						
11. Mel						
12.						
19. Outros, especifique						

1) Garanta que estes dados correspondem com os das tabelas anteriores de vendas e consumo familiar de animais.

2) Somente o leite consumido ou vendido deve ser incluído. Caso o leite seja usado para fabricar queijo ou manteiga, a quantidade de leite para esta finalidade não deve ser incluída neste campo.

3. Quais foram as quantidades e valores de insumos/materiais utilizados na produção do rebanho durante os últimos 3 meses (despesas com pagamento em dinheiro)?

Nota: O objetivo principal é obter os custos totais, e não as quantidades de insumos.

1. Insumos	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço por unidade	5. Custo total (3 x 4)
1. Forragem / ração				
2. Aluguel de pasto				
3. Medicamentos, vacinas e outros serviços veterinários				
4. Custos de manutenção de estábulos, cercas, currais, etc.				
5. Mão-de-obra assalariada				
6. Outros insumos da própria área				
9. Outros, especifique:				

4. Por favor indique aprox. a distribuição dos tipos de forragem ou pasto utilizadas na alimentação dos animais, incluindo forragem trazida de fora pelos membros do domicílio.

Tipo de forragem e categoria da área utilizada para pastagem ou que seja fonte de forragem			3. Distribuição aproximada (%)
0. Tipo de pasto/forragem (códig- produto)	1. Categoria de terra (código-terra)	2. Tipo de posse (código-posse)	
Total			100%

J. Outras fontes de rendimento

1. Por favor descreva qualquer outra fonte de rendimento que a família vêm recebendo **nos últimos 3 meses**.

1. Tipo de rendimento	2. Quantia total recebida nos últimos 3 meses
1. Remessas (apoio financeiro por parentes/amigos que moram em outro lugar)	
2. Apoio governamental, de ONGs, ou organizações similares	
3. Presentes/apoio de amigos e parentes	
4. Pensão e/ou aposentadoria	
5. Pagamento por serviços florestais	
6. Pagamento pelo aluguel da terra (se for em serviços e bens, indique o equivalente em valores monetários)	
9. Outros, especifique:	

K. Consumo e gastos familiares

1. Qual foi o gasto do domicílio nos últimos 30 dias com:

1. Compra de alimentos para o domicílio	
2. transporte	
3. saúde	
4. educação	
5. vestuário	
6. moradia	
7. objetos / bens	
8. diversão / lazer	

2. Quais os três produtos para a alimentação no domicílio (que foram comprados) que representaram os maiores gastos em sua casa **nos últimos 30 dias**?

(1. _____) (2. _____) (3. _____)

3. Quais os três itens não alimentares que representaram os maiores gastos em sua casa nos últimos 30 dias?

(1. _____) (2. _____) (3. _____)

4. Durante a última semana, qual foi o consumo deste domicílio dos seguintes produtos? E que quantidade dos mesmos foi comprada?

1. Produto	2. Quantidade consumida	3. Quantidade comprada
arroz	kg	kg
feijão	kg	kg
açúcar	kg	kg
café	kg	kg
óleo	l	l
sal		
Produto local 1		
Produto local 2		
Produto local 3		
Produto local 4		

ANEXO B – Resultados de Análises de solo do PDS Esperança (n=22 lotes).

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: ERISVAN DOS SANTOS RAMOS
 Nome da Fazenda: SITIO BAIXO BONITO
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43626
 - ESC. LOCAL: 008/06

pH	mg / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,8	0,8	1,9	-	-	0,11	3	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE
 Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 79426-4

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO
 Alberto Ribeiro
 Eng. Agrônomo
 CRA 4.288-0

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: ANTONIO DIAS REIS
 Nome da Fazenda: SITIO SANTO ANTONIO
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43620
 - ESC. LOCAL: 002/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,5	1,0	2,1	-	-	0,09	6	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE
 Williams de Lima Santos
 Agente de Ativ. Agricola
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO
 Carlos Aguiar
 Eng. Agrônomo
 CREA 4 288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MACIEL SANDRO DE MEDEIROS
 Nome da Fazenda: SITIO JATOBA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43650
 - ESC. LOCAL: 032/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,8	0,8	1,8	-	-	0,05	5	A: 11-30-17	NINIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto
 Engº Agrônomo
 CREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: LUIZ MORAIS DE BRITO
 Nome da Fazenda: SÍTIO BOA ESPERANCA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43647
 - ESC. LOCAL: 029/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,0	1,6	1,6	-	-	0,10	2	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAP: 29426-V

RESPONSÁVEL DO LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: LAERCIO SOUSA DA SILVA
 Nome da Fazenda: SITIO TRES IRMAOS
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43644
 - ESC. LOCAL: 026/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,5	2,4	1,6	-	-	0,07	3	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4.288-0/PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: JOSE FERREIRA LIMA
 Nome da Fazenda: SITIO AGUA BOA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43637
 - ESC. LOCAL: 019/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,3	1,1	2,2	-	-	0,07	3	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. agropecuária
 Matr. SIAPE: 29426-4

RESPONSAVEL DO LABORATORIO

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: ANTONIO JOSE DIAS SANTIAGO
 Nome da Fazenda: SITIO BOM JESUS
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43621
 - ESC. LOCAL: 003/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,5	0,0	6,5	-	-	0,07	2	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Malos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAP: 29426-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Costa
 Eng. Agrônomo
 CREA 4.288-D/PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: IRENILDE VITORINA SILVA
 Nome da Fazenda: SITIO CANTO DO SABIA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43630
 - ESC. LOCAL: 012/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,5	0,1	3,7	-	-	0,18	2	B: 13-35-10	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Mato
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPI: 19428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Ribeiro Junior
 Eng. Agrônomo
 CREA 4.236/0-0

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELAMP
 Nome do Proprietario: PEDRO MOREIRA
 Nome da Fazenda: SITIO BOA ESPERANCA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43657
 - ESC. LOCAL: 039/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,3	0,0	7,8	-	-	0,11	12	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29426-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto
 Eng. Agrônomo
 CREA 4.288-B/PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: JOSE FRANCISCO SANTOS
 Nome da Fazenda: SÍTIO SANTA MARIA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43639
 - ESC. LOCAL: 021/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,0	0,0	3,3	-	-	0,06	20	VER OBSERV.	NIHIL	CACAU

OBSERVAÇÕES:

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. Sítio 08-9

RESPONSÁVEL P/ COLETA
 Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: JOSE MAGNO RIBEIRO PEREIRA
 Nome da Fazenda: SITIO ARAPONGAS
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43641
 - ESC. LOCAL: 023/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,4	0,0	10,9	-	-	0,14	2	B: 13-35-10	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL DO LABORATORIO

Carlos Roberto
 Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: JOSE SOARES LEITE
 Nome da Fazenda: SITIO SOARES
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43642
 - ESC. LOCAL: 024/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,3	0,0	7,2	-	-	0,17	47	VER OBSERV.	NIHIL	CACAU

OBSERVAÇÕES:

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 1288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MANOEL FILHO SILVA REIS
 Nome da Fazenda: SÍTIO SANTA LUZIA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43652
 - ESC. LOCAL: 034/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,9	0,0	3,9	-	-	0,09	8	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 2947949

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Cotteu
 Eng. Agrônomo
 CREA 288-D-PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MANOEL DIAS DE SOUSA
 Nome da Fazenda: SÍTIO SANTA LUZIA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43651
 - ESC. LOCAL: 033/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,6	0,0	4,6	-	-	0,25	5	B: 13-35-10	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por Ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agronomicas
 Matr. SIAP: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Leite
 Eng. Agrônomo
 OREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MARIA GOMES OLIVEIRA
 Nome da Fazenda: SÍTIO BAIXO ALEGRE
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43654
 - ESC. LOCAL: 036/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,2	0,0	6,7	-	-	0,12	11	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANALISE

Williams de Ueno Matos
 Agente de Anál. de Solos
 Matr. SIAPE 2911

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4.288-D PR

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: NILTON COSTA SOUSA
 Nome da Fazenda: SITIO SABIA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43656
 - ESC. LOCAL: 038/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,8	0,0	2,8	-	-	0,21	1	B: 13-35-10	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Anl. agricola
 Matr. SIAPE: 29426-5

RESPONSAVEL

Carlos A. de Almeida
 Eng. Agrônomo
 CREA 4288-B/DF

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: CLEONICE ROSA DE JESUS
 Nome da Fazenda: SITIO AREIA BRANCA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43623
 - ESC. LOCAL: 005/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	CULTURA
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
7,0	0,0	6,2	-	-	0,21	14	D: 16-25-15	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE
 Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPL: 29428-9

RESPONSAVEL
 Carlos Alberto Correia
 Engº Agrônomo
 CREA 4288-D PAROIC

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 28/08/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: FABIO MILARDE OLIVEIRA
 Nome da Fazenda: SÍTIO UNIAO
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43627
 - ESC. LOCAL: 009/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,8	0,0	4,0	-	-	0,11	4	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAP: 29428-9

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MAURICIO JOSE DO CARMO
 Nome da Fazenda: SITIO SAO JOSE
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43655
 - ESC. LOCAL: 037/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,1	0,0	6,8	-	-	0,18	1	B: 13-35-10	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Metas
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAP: 29428

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 28/08/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: REGINAL DOS SANTOS RAMOS
 Nome da Fazenda: SITIO MOSSORO
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43660
 - ESC. LOCAL: 042/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	CULTURA
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,4	0,3	2,2	-	-	0,08	7	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por Ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Análise de Solos
 Matr. SIAF: 19426-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto
 Engº Agrônomo
 CREA 4.288 - D - 01

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisão de Solos e Nutrição Mineral
 S. A. S. - Sistema de Análise de Solos

Data: 28/08/06

RESULTADO DE ANÁLISE DE SOLO E
 RECOMENDAÇÕES DE FERTILIZAÇÃO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietário: REGINAL DOS SANTOS RAMOS
 Nome da Fazenda: SÍTIO MOSSORO
 Município: ANAPU

NÚMERO DA AMOSTRA - LABORATÓRIO: 43660
 - ESC. LOCAL: 042/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,4	0,3	2,2	-	-	0,08	7	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e terá a quantidade de calcário em toneladas por Ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Mota
 Agente de Análise de Solos
 Matr. SIAF: 17420-9

RESPONSÁVEL P/ LABORATÓRIO

Carlos Roberto
 Eng. Agrônomo
 CREA 4.288.00-0

A adubação e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras práticas agronômicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubação básica deve ser realizada no período de setembro a março. O nitrogênio é normalmente fracionado em duas aplicações, sendo a primeira efetuada com a adubação básica e a segunda seis meses após.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Data: 28/08/06
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: LUIZ RODRIGUES DE SOUSA
 Nome da Fazenda: SÍTIO ACAI
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43648
 - ESC. LOCAL: 030/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
6,0	0,0	5,5	-	-	0,25	29	VER OBSERV.	NIHIL	CACAU

OBSERVAÇÕES:

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Ag. 2047
 Matr. SIAPE: 2047

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos. Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

ANEXO C – Resultados de Análises de solo do PDS Virola-Jatobá (n=10 lotes).

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
Nome do Proprietario: EUVANISA A. DE SOUZA
Nome da Fazenda: SITIO FORCA E PODER
Município: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43672
- ESC. LOCAL: 054/06

pH	mBq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
5,8	0,3	2,0	-	-	0,05	4	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
Agente de Ativ. Agropecuária
MATR. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Corrêa
Engº Agrônomo
CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
Nome do Proprietario: ELIZEU DA FONSECA LIMA
Nome da Fazenda: SÍTIO LIMA
Município: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43674
- ESC. LOCAL: 056/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,8	0,8	1,8	-	-	0,08	6	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSÁVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
Agente de Ativ. Agropecuária
Matr. SIAPE: 20428-9

RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Correa
Eng. Agrônomo
CREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: RONALDO COSTA DE ALMEIDA
 Nome da Fazenda: SITIO BOA ESPERANCA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43665
 - ESC. LOCAL: 047/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,6	1,1	1,3	-	-	0,07	3	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 2042849

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO
 Carlos Alberto
 Eng. Agrônomo
 CREA 4288 - D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: ELIAS DA SILVA LIMA
 Nome da Fazenda: SITIO SAO LUIZ
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43668
 - ESC. LOCAL: 050/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,3	1,3	1,5	-	-	0,11	6	C: 12-19-24	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em toneladas por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29426-9

RESPONSAVEL DO LABORATORIO
 Eng. Agrônomo

CREA 4.268-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: MANOEL DOS SANTOS QUEIROZ
 Nome da Fazenda: SITIO NUNCA PENSEI
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43678
 - ESC. LOCAL: 060/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,5	1,1	1,6	-	-	0,07	4	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAP: 20428-0

RESPONSVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Corrêa
 Engº Agrônomo
 CREA 4.289-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: IDEVAN NUNES PIMENTEL
 Nome da Fazenda: SÍTIO CEU AZUL
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43675
 - ESC. LOCAL: 057/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,3	1,5	1,5	-	-	0,06	2	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Corrêa
 Engº Agrônomo
 CREA 4.288-D/PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: JAIR FERREIRA DE JESUS
 Nome da Fazenda: SITIO DOIS IRMAOS
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43677
 - ESC. LOCAL: 059/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,6	0,9	1,7	-	-	0,09	5	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Lopes
 Eng. Agrônomo
 CREA 4288-D/PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: LUIZ BEZERRA CONCEICAO
 Nome da Fazenda: SITIO BOM JESUS
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43670
 - ESC. LOCAL: 052/06


pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
4,2	1,3	1,4	-	-	0,05	3	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.


 RESPONSÁVEL P/ ANÁLISE
 Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9


 RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Corrêa
 Engº Agrônomo
 CREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas applicacoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc.Local: ELANP
 Nome do Proprietario: LEUDIMAR FREITAS DIAS
 Nome da Fazenda: SITIO BOA ESPERANCA
 Municipio: ANAPU

NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43671
 - ESC. LOCAL: 053/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
3,9	2,0	1,6	-	-	0,05	4	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5
 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.

RESPONSAVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Agente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-0

RESPONSAVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Corrêa
 Engº Agrônomo
 CREA 4.288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas
 agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a
 marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas aplicacoes, sendo
 a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.

Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento
 Comissao Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
 Coordenadoria de Pesquisas - Divisao de Solos e Nutricao Mineral
 S. A. S. - Sistema de Analise de Solos

Data: 18/09/06

RESULTADO DE ANALISE DE SOLO E
 RECOMENDACOES DE FERTILIZACAO

Esc. Local: ELANP
 Nome do Proprietario: ELISMAR LIVRAMENTO
 Nome da Fazenda: SÍTIO PINHEIRO
 Municipio: ANAPU


NUMERO DA AMOSTRA - LABORATORIO: 43669
 - ESC. LOCAL: 051/06

pH	mEq / 100 g DE SOLO					P (ppm)	FORMULA RECOMENDADA	CALAGEM (Kg/Ha)	C U L T U R A
	Al	Ca+Mg	Ca	Mg	K				
3,8	1,8	1,5	-	-	0,06	5	A: 11-30-17	NIHIL	CACAU

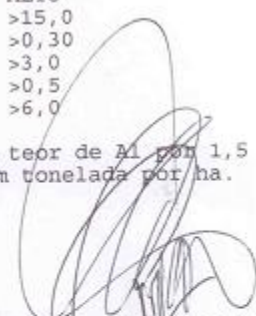
CARACTERISTICAS QUIMICAS DOS SOLOS

ELEMENTO	BAIXO	MEDIO	ALTO
P	<6,0	6,1 - 15,0	>15,0
K	<0,12	0,13 - 0,30	>0,30
Ca+Mg	<2,0	2,1 - 3,0	>3,0
Al	<0,4	0,5	>0,5
pH	<5,5	5,6 - 6,0	>6,0

OBS.: Para fazer a calagem multiplique o teor de Al por 1,5 e tera' a quantidade de calcario em tonelada por ha.


 RESPONSÁVEL P/ ANALISE

Williams de Lima Matos
 Jente de Ativ. Agropecuária
 Matr. SIAPE: 29428-9


 RESPONSÁVEL P/ LABORATORIO

Carlos Alberto Carreira
 Engº Agrônomo
 CREA 4288-D PA

A adubacao e calagem quando bem feitas e acompanhadas de outras praticas agronomicas aumentam a produtividade dos cultivos.
 Para cacau a adubacao basica deve ser realizada no periodo de setembro a marco. O nitrogenio e' normalmente fracionado em duas applicoes, sendo a primeira efetuada com a adubacao basica e a segunda seis meses apos.